



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Sérgio Barreto Azevedo da Silva Júnior

**A “Esquadra de 1910” e as relações entre Rio Branco e Estanislao Zeballos  
(1904-1912)**

São Gonçalo

2025

Sérgio Barreto Azevedo da Silva Júnior

**A “Esquadra de 1910” e as relações entre Rio Branco e Estanislao Zeballos  
(1904-1912)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Scheidt

São Gonçalo

2025

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

S586 TESE	<p>Silva Júnior, Sérgio Barreto Azevedo da. A “Esquadra de 1910” e as relações entre Rio Branco e Estanislao Zeballos (1904-1912) / Sérgio Barreto Azevedo da Silva Júnior. – 2025. 117f. : il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Eduardo Scheidt. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.</p> <p>1. Brasil. Marinha – História – Teses. 2. Zeballos, Estanislao, 1854-1923 – Teses. 3. Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Barão do, 1845-1912 – Teses. I. Scheidt, Eduardo. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.</p>
CRB7 – 6150	CDU 359(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Sérgio Barreto Azevedo da Silva Júnior

**A “Esquadra de 1910” e as relações entre Rio Branco e Estanislao Zeballos  
(1904-1912)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 21 de fevereiro de 2025.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Eduardo Scheidt (Orientador)

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Profª. Dra. Christiane Vieira Laidler

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof. Dr. Gabriel Passetti

Universidade Federal Fluminense

São Gonçalo

2025

## AGRADECIMENTOS

Ao Senhor, primeiramente, pela vida e pela salvação.

Aos meus pais, por tudo o que sou e sei.

Ao meu orientador desde o TCC, o professor Eduardo Scheidt, por me instruir nesta dissertação e pelos esclarecimentos quanto ao ofício do trabalho historiográfico.

Aos professores Christiane Laidler e Gabriel Passetti, por aceitarem participar da banca e pelas valiosas sugestões, comentários e críticas.

Ao historiador e pesquisador Wagner Luiz Bueno dos Santos, da DPHDM, por me mostrar as possibilidades de pesquisas junto às fontes primárias do Arquivo da Marinha, ainda no início da definição do recorte temático.

Ao professor Rafael Brandão, sempre dedicado e paciente com os alunos, por me mostrar o “caminho das pedras”, ainda em 2022, do processo seletivo do Mestrado.

Aos meus colegas de graduação (“Montesquieu”) e Mestrado, pelas trocas e conversas.

Aos professores, técnicos e funcionários que fazem parte da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, pra sempre minha alma mater.

À CAPES, pela oportunidade da bolsa e financiamento nos dois anos de pesquisa.

## RESUMO

SILVA JÚNIOR, Sérgio Barreto Azevedo. *A “Esquadra de 1910” e as relações entre Rio Branco e Estanislao Zeballos (1904-1912)*. 2025. 117f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2025.

Esta dissertação de Mestrado busca se debruçar acerca do processo de modernização da Marinha do Brasil a partir da aquisição da chamada “Esquadra de 1910” e compreender, a partir da atuação de Estanislao Zeballos e Rio Branco, como se desenvolveu a relação de Argentina e Brasil, os dois maiores países da América do Sul, desde então. Tendo como recorte temporal o início do século XX, a pesquisa visa estudar os diversos atores envolvidos no imbróglio.

Palavras-chave: Argentina; Brasil; Marinha; rivalidade; Estanislao Zeballos; Rio Branco.

## RESUMEN

SILVA JÚNIOR, Sérgio Barreto Azevedo. *La “Escuadra de 1910” y las relaciones entre Rio Branco y Estanislao Zeballos (1904-1912)*. 2025. 117f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2025.

Esta tesis de maestría busca centrarse en el proceso de modernización de la Armada de Brasil a partir de la adquisición de la llamada “Escuadra de 1910” y comprender, a partir de la actuación de Estanislao Zeballos y Rio Branco, cómo se desarrolló la relación entre Argentina y Brasil, los dos países más grandes de América del Sur, desde entonces. Con un recorte temporal al inicio del siglo XX, la investigación tiene como objetivo estudiar los diversos actores involucrados en el enredo.

Palabras clave: Argentina; Brasil; Marinha; rivalidad; Estanislao Zeballos; Rio Branco.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	“La Despedido del Dr. Tejedor” .....	72
Figura 2 –	“Un cocinero em apuros” .....	72
Figura 3 –	“El humor yankee” .....	74
Figura 4 –	“Os três reis magros de agora” .....	75
Figura 5 –	Capa da edição: “O peso das offensas” .....	77
Figura 6 –	“No ‘atelier’ da diplomacia” .....	78
Figura 7 –	“Therapeutica pacifica internacional” .....	79
Figura 8 –	“Actualidades na Marinha” .....	83
Figura 9 –	“Consequências do sentimentalismo” .....	85
Figura 10 –	“Nas buchas do bombardeio” .....	86
Figura 11 –	“Porta da rua serventia da casa” .....	87
Figura 12 –	“Mariscal Hermes da Fonseca” .....	88
Figura 13 –	“Los heróes: João Candido” .....	89
Figura 14 –	Capa da edição: “O protesto Rothschild” .....	91
Figura 15 –	Capa da edição: “El laudo” .....	92
Figura 16 –	Capa da edição: “El peligro yankee” .....	93
Figura 17 –	“Se sacó la careta” .....	94
Figura 18 –	“Tamandaré”, “El Emperador” e “Polidoro” .....	95
Figura 19 –	Capa da edição: “Cousas pretas” .....	96
Figura 20 –	Capa da edição: “En honor del presidente de los E.E.U.U. del Brasil – Dr Campos Salles” .....	100
Figura 21 –	Capa da edição: “Recepção de um grande amigo” .....	102
Figura 22 –	Capa da edição: “Muito homem” .....	103
Figura 23 –	Capa da edição: “Boa viagem! – PAZ SUL-AMERICANA” .....	104

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
1	<b>“TUDO PELA PÁTRIA!”: O MAR COMO CAMINHO PARA A MODERNIZAÇÃO</b> .....	11
1.1	<b>A gênese do poder naval brasileiro</b> .....	11
1.2	<b>Mahan sob os olhares argentino e brasileiro</b> .....	17
1.3	<b>Os programas navais brasileiros (1904 e 1906): teoria e debate</b> .....	26
1.4	<b>Breves apontamentos sobre a geopolítica Argentina e o pensamento de segundo Rosa Storni</b> .....	33
2	<b>ZEBALLOS E RIO BRANCO E O ESTEREÓTIPO DE RIVALIDADE: A DISPUTA PELA SUPREMACIA SUL-AMERICANA</b> .....	39
2.1	<b>Estanislao Zeballos: a concepção de uma Argentina</b> .....	39
2.2	<b>Rio Branco: “ubique patriae memor”</b> .....	47
2.3	<b>A rivalidade pela supremacia</b> .....	54
3	<b>O “LONGO ANO DE 1910”: DA DISCÓRDIA AO ENTENDIMENTO ...</b>	67
3.1	<b>A imprensa como voz (e imagem) da rivalidade: as atuações de “O Malho” e “Caras y Caretas”</b> .....	67
3.2	<b>Chibata, representação e raça: a “história vista de baixo”</b> .....	80
3.3	<b>“Tudo nos une, nada nos separa!”: os caminhos do entendimento entre Argentina e Brasil</b> .....	98
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	107
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	109

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação se propõe a analisar e expor algumas das nuances das relações entre Argentina e Brasil tendo como pano de fundo o processo de modernização da Marinha brasileira, que resultara na criação da notória “Esquadra de 1910”, e a atuação dos chanceleres Estanislao Severo Zeballos e José Maria da Silva Paranhos Júnior, mais conhecido como Barão do Rio Branco, reconhecendo-os como importantes vultos políticos e personalidades da política externa de seus respectivos países. A partir das questões navais e diplomáticas, a dissertação busca se debruçar em elementos pertinentes ao estudo do nacionalismo teórico, da geopolítica sul-americana e da consolidação dos estados argentino e brasileiro.

O início do “longo século XX”, como expunha Giovanni Arrighi, mostra-se como um recorte temporal deveras interessante para estudar o concerto internacional na qual se situavam Argentina e Brasil: os “nacionalismos românticos” do século XIX ainda em voga e exercendo influência em suas respectivas classes dirigentes, as inovadoras tecnologias oriundas da Revolução Industrial e suas transformações no setor naval, o dinamismo das economias argentina e brasileira, a busca desses Estados por uma construção de identidade própria que possa diferenciá-los tanto no âmbito sul-americano e mundial, e, sobretudo, os arranjos propostos por suas elites políticas no sentido de dialogar com os vários grupos que reivindicam uma posição no alvorecer do século.

Na Argentina, país de uma singular geografia, encontramos um Estado que, ao mesmo tempo que recebe um grande fluxo imigratório e tenta construir sua identidade política e cultural na América do Sul, também se vê envolvido em disputas territoriais dentro e fora de suas fronteiras, sempre buscando desenhar o seu mapa e consolidar o seu poder – que por sua vez é disputado por duas grandes facções, com seus próprios políticos e intelectuais orgânicos. O Brasil, por outro lado, inicia o século XX com uma recente e brusca mudança de ordem política, e apesar de ser um país territorialmente “satisfeito”, se vê atribulado por desordens militares e insurgências nas diversas partes desse país de extensão continental.

É nesse cenário apresentado que encontramos o nosso objeto, a “Esquadra de 1910”, como responsável por exaltar os ânimos não apenas dos nossos dois supracitados protagonistas, os diplomatas Estanislao Zeballos e Rio Branco mas também de grande parte das classes políticas, militares, populares e da imprensa. A voz de cada um desses grupos é evocada e interpretada neste trabalho, que busca interpretar seus discursos quanto ao processo de modernização da Marinha do Brasil a partir de fontes primárias e discussão bibliográfica.

O trabalho, portanto, se divide em três partes, nas quais, à luz dos postulados da História Social, nos preocupamos em expor em cada uma delas três eixos principais de pesquisa em seus respectivos capítulos. A dissertação se preocupou em utilizar em cada capítulo uma fonte primária específica, além de, ao longo do debate bibliográfico, realizar uma mescla entre autores “clássicos” e novas abordagens, utilizando trabalhos mais recentes como referenciais.

A partir do primeiro capítulo, mais político e “estratégico”, o foco se deu em posicionar todo o imbróglio do processo de modernização da Marinha do Brasil na geopolítica de seu tempo, procurando relacionar os diversos interesses envolvidos na aquisição da “Esquadra de 1910” e as discussões decorrentes a partir dela, como o debate historiográfico acerca da Revolução Industrial e a forma como os países centrais europeus reconheceram na eminente rivalidade entre Argentina e Brasil oportunas possibilidades de negócio.

Ao utilizarmos conceitos das relações internacionais e da geopolítica clássica, sobretudo a partir do pensamento de Alfred Mahan e suas formulações sobre “poder naval”, propomos neste primeiro capítulo dissertar sobre as interpretações brasileiras e argentinas desses conceitos e contextualizá-los. Os relatórios ministeriais da Marinha, que foram algumas das fontes primárias utilizadas no trabalho para a melhor compreensão do processo de modernização da Armada e da concepção da “Esquadra de 1910”, são alguns dos documentos examinados neste capítulo, bem como a utilização dos trabalhos do pesquisador e vice-almirante Armando Vidigal.

No segundo capítulo, propusemos um estudo sobre as trajetórias individuais de Estanislao Zeballos e Rio Branco com o intuito de expor, ao final, uma análise comparativa entre ambos a fim de entender como os mesmos percebiam a aquisição e influência dos encouraçados *dreadnought* pelo Brasil. Ao tratarmos de parte da biografia de ambos, conseguimos traçar semelhanças e diferenças em suas trajetórias e alinhá-las aos processos de afirmação de Argentina e Brasil na política internacional, sendo esta comparação direta uma das premissas do trabalho.

O estudo da obra *Diplomacia Desarmada* como fonte, por exemplo, possibilitou um contato direto com as posições de Estanislao Zeballos acerca de temáticas prementes para o estudo do trabalho como um todo, desde suas concepções sobre a história e diplomacia argentina até a sua firme e controversa postura perante o programa naval brasileiro, além de suas frontais oposições ao Rio Branco.

O terceiro capítulo, por fim, teve como objetivo estabelecido evocar a “história vista de baixo” e a história comparada como metodologias, dissertando sobre atores “marginalizados” deste período histórico e acerca do papel da imprensa, tanto do Brasil quanto da Argentina, em

todo este imbróglio. A utilização da análise de caricaturas, neste capítulo, além de ilustrar o trabalho, também serviu para demonstrar a atuação da imprensa na rivalidade entre os dois países, e como a mesma agiu como “grupo de pressão”, sendo este conceito tratado no capítulo.

As revistas ilustradas *O Malho*, do Rio de Janeiro, e *Caras y Caretas*, de Buenos Aires, foram analisadas dentro do recorte temporal proposto pela investigação, e a partir delas foram coletadas caricaturas referentes às relações entre Estanislao Zeballos e Rio Branco e acerca das representações de Argentina e Brasil. A questão racial, guiada no trabalho principalmente a partir da Revolta da Chibata, aparece como uma forma de apresentar um dos múltiplos vieses possíveis de análise, e a caricatura, mais uma vez, se fez presente, em que foi possível analisar as representações do levante sobretudo no periódico brasileiro.

As relações entre Argentina e Brasil, os dois maiores países da América do Sul, há muito caracterizadas por “avanços e recuos”, mostram-se como um objeto relevante e premente para o estudo das relações internacionais na América do Sul. A perspectiva de uma relação mais próxima entre os dois países, bem como a melhor compreensão brasileira sobre a região, passa necessariamente pelo estudo e reflexão sobre a história.

Debates recentes ou “realimentados”, como a questão do mapa “bicontinental” argentino, a ação brasileira na América do Sul (reclamada por uns como ainda “expansionista”) e as recentes reivindicações e disputas territoriais suscitadas na região (como o imbróglio de Essequibo) podem gozar de melhor análise e estudo a partir do trabalho aqui exposto.

A pesquisa se posiciona, acima de tudo, como uma dissertação de História Social, em que a partir de uma multiplicidade de conceitos utilizados, distintas fontes primárias (discursos parlamentares, Relatórios Ministeriais, ilustrações) e uma amálgama de objetos dentro de um mesmo, o trabalho final fora constituído.

# 1 “TUDO PELA PÁTRIA!”: O MAR COMO CAMINHO PARA A MODERNIZAÇÃO

## 1.1 A gênese do poder naval brasileiro

Este capítulo busca tratar do desenvolvimento do poder naval brasileiro e a constituição de sua Marinha, seja enquanto uma força armada ou como corpo político, sendo os mesmos aspectos fundamentais para compreender a história da política externa do Brasil, as relações com os vizinhos sul-americanos e o pensamento das classes dirigentes do país. A diplomacia do Rio Branco, a aquisição da “Esquadra de 1910” (e todo o debate a partir dela gerada) e o “estereótipo de rivalidade” entre o Brasil e a Argentina, como já descrevia Moniz Bandeira (2010), são perspectivas pertinentes e intrínsecas à questão naval brasileira, objeto que se mostra como um campo aberto para investigações, como esta pesquisa pretende apresentar.

A necessidade de salvaguardar sua extensa costa e garantir a hegemonia sob as duas principais bacias da América do Sul (Prata e Amazonas)<sup>1</sup> foram alguns dos impulsos que moldaram a formação do Brasil enquanto Estado-nação. A manutenção da unidade da América Portuguesa - onde a única forma de comunicação entre pontos tão distantes era pela via marítima - e, já no século XVIII, a urgência em fazer oposição à força crescente em torno de Buenos Aires, sintetizou a necessidade do Império em constituir uma eficiente força naval.

O vice-almirante e pesquisador Armando Vidigal (1928-2009)<sup>2</sup>, autor de inúmeros livros e textos sobre a história marítima brasileira, em obra publicada em 2002<sup>3</sup>, busca propor recortes temporais para dividir a história e evolução do pensamento naval brasileiro, e com isso, a delimita em três: a primeira sendo de 1822 à 1910; a segunda de 1910 à 1977; e a terceira e última de 1977 até a atualidade.

A primeira divisão proposta representaria o início da história do pensamento naval brasileiro com a independência do país, em 1822, e permaneceria até o ano de 1910, com a chegada da “Esquadra de 1910” ao Brasil, sendo este o objeto central desta dissertação; a

---

<sup>1</sup> As regiões platina e amazônica como parte do planejamento estratégico e do pensamento geopolítico brasileiro (OLIVEIRA, 2008).

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e membro do Centro de Estudos de Política e Estratégia da mesma instituição, o vice-almirante Armando Vidigal foi um dos militares mais atuantes no estudo e pesquisa da história da Marinha do Brasil.

<sup>3</sup> VIDIGAL, Armando. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro: meados da década de 70 até os dias atuais**. Rio de Janeiro: Clube Naval, 2002.

segunda divisão iniciaria, então, a partir do ano de 1910 e se prolongaria até o ano de 1977, quando há a denúncia do Acordo Militar Brasil-EUA e início de uma maior autonomia brasileira no setor<sup>4</sup>; a terceira e última divisão, iniciada em 1977, portanto, permaneceria até a atualidade (que corresponderia ao ano de 2002, quando fora publicada a obra).

O historiador Amado Cervo (2001)<sup>5</sup> interpreta que as relações internacionais, no século XIX, se desenvolveram sob duas formas: a “oficial”, que apenas interessa os “atos praticados pelos agentes públicos estatais” (a história diplomática), e aquela de interesse “para além da formalidade estatal”. Ranke, apoiado no eurocentrismo do historicismo positivista, observa que o modelo de organização social e estatal europeu deveria se expandir por certas questões, sendo a “correlação entre ação interna e política externa, e seu reflexo nos processos de rivalidade e concorrência, especialmente os conflitos armados” (MARTINS, 2012, p. 74) a mais interessante para nossa investigação.

Não por acaso, Argentina e Brasil, assim como os Estados europeus, tiveram suas histórias diplomáticas embasadas pelo discurso oficial e como “apêndices” do direito internacional, como anteriormente salientara Cervo. A título de exemplo, dois dos grandes historiadores e pioneiros que versaram sobre a história diplomática de seus países foram atrelados à estrutura do poder estatal<sup>6</sup>: no Brasil, Pandiá Calógeras (1870-1934) ocupa o cargo de Ministro da Guerra entre 1919 e 1922. Tendo desempenhado diversas funções públicas durante sua trajetória política, Calógeras publica diversas obras a respeito da política externa brasileira e sua projeção, sendo “A política exterior do Império”, de 1927, e “Formação histórica do Brasil”, de 1930, suas obras mais proeminentes; na Argentina, Vicente Gregório Quesada (1830-1913), autor de relevantes obras sobre a América Espanhola e o período colonial de seu país, fora diplomata de carreira, cumprindo missões inclusive no Brasil, e Ministro de Governo da província de Buenos Aires em 1877.

Este breve preâmbulo acerca da historiografia das relações internacionais fez-se

---

<sup>4</sup> Em 1977 o presidente Ernesto Geisel rompe as relações militares com os Estados Unidos vigentes desde 1952, não recebendo mais apoio técnico e armas do país. Dois anos antes, em 1975, o Brasil assina um acordo de cooperação nuclear com a Alemanha, que marca o início de um novo ciclo estratégico, político e militar (BRANDÃO, 2008).

<sup>5</sup> Professor da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco, Amado Luiz Cervo, a partir de sua obra acerca da política externa brasileira, se posiciona como um dos grandes intérpretes das relações do país com os vizinhos sul-americanos.

<sup>6</sup> No Brasil, Estevão Rezende Martins observa que um dos responsáveis pela mudança de paradigmas para a análise das relações internacionais fora o historiador José Honório Rodrigues, onde a partir da obra “Interesse nacional e política externa”, de 1966, o mesmo expõe que um dos grandes desafios desta área de estudos corresponde à “contraposição entre a operacionalidade do saber teórico por ela produzido e o comprometimento normativo com a transformação da realidade social” (MARTINS, 2012, p. 83).

necessário para reconhecer a importância, para a história marítima e naval brasileira, de cinco episódios apontados por Vidigal como formadores da nacionalidade: a Guerra de Cisplatina (1825-1828), a Passagem do Tonelero (1851), a Questão Christie (1862-1865), a Guerra do Uruguai (1864-1865) e, por fim, a Guerra do Paraguai (1864-1870).

Após a Guerra do Tríplice Aliança, o Brasil, apesar de consolidar seu poderio naval na América do Sul, vê sua Marinha de guerra composta em “grande parte feita de madeira e com propulsão à roda” (BRAGA, 2020, p. 19). Esta defasagem tecnológica, em que o país não acompanhara a Revolução Industrial, é destacada por Vidigal como um dos fatores para a decadência do poder naval brasileiro:

Destaca-se que em pouco tempo, graças à extraordinária evolução, navios de madeira à vela foram substituídos por navios de ferro, em seguida, de aço. No caso do Brasil, além de não termos indústrias capazes de acompanhar essa evolução, também não havia carvão em grande quantidade (VIDIGAL, 2002, p. 21).

A perda do prestígio para o Exército após a Guerra do Paraguai, a proclamação da República - que é responsável diretamente pela eclosão da Revolta da Armada (1891-1894)<sup>7</sup> -, a estabilidade continental sobretudo após a independência de Uruguai e Paraguai e o fortalecimento naval de Argentina e Chile devido às contendas fronteiriças são alguns dos fatores que Vidigal, novamente, aponta como responsáveis pelo enfraquecimento da Marinha do Brasil.

Silva (2009, p. 38), utilizando Clausewitz ao dissertar sobre a indústria bélica brasileira no contexto da Guerra do Paraguai, descreve os impulsos que um Estado beligerante possui para utilizar todos os seus meios e recursos para vencer um conflito:

A Guerra do Paraguai foi, entretanto, um fator provavelmente mais decisivo, já que o impulso não se limitou a indústrias de tecidos, mas atingiu vários outros setores, como os de produtos químicos, instrumentos óticos e náuticos, couros, vidros, chapéus, cigarros, papel etc (LUZ apud SILVA, 2009, p. 38).

O Brasil se empenhara em vencer a guerra, e para isso utilizou todos os recursos disponíveis no sentido humano (número de homens), e não no sentido material, visto que o país não contava com indústrias bélicas, mas apenas de pólvora e munição (SILVA, 2009, p.42).

A indústria de armamentos e o poderio naval inglês acompanham as inovações tecnológicas da Revolução Industrial que ocorrera naquele país a partir da década de 1750. A

---

<sup>7</sup> A Revolta da Armada foi um levante promovido por marinheiros contra os dois primeiros presidentes da República: Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Divididos entre “rebeldes” e “legalistas”, a rebelião foi responsável por destruir grande parte da estrutura da Marinha do Brasil, além de enfraquecê-la institucionalmente.

historiografia divide tal processo revolucionário em duas fases distintas: a primeira, entre 1750 e 1840, ocorrida na Inglaterra e tendo o carvão como força motriz; e a segunda, ocorrida entre 1840 e 1895, em vários países, e concentrando-se nas indústrias de bens de capital e novas fontes de energia (petróleo e eletricidade) e materiais (principalmente o aço)<sup>8</sup>. As estradas de ferro, por exemplo, eram concebidas como símbolos de modernidade, e eram construídas na Inglaterra sem caráter de urgência (SILVA, 2009, p. 33). As estradas, assim como produtos e materiais, eram exportadas utilizando capital, mão de obra e equipamentos britânicos (HOBSBAWN, 1979 apud SILVA, 2009, p. 33). A revolução gerada pelo aço e os altos lucros que o mesmo conferiu às indústrias são analisados por Hobsbawn:

A nova possibilidade de produção de aço em massa fez recrudescer o impulso geral dado pelo transporte à indústria de bens de capital, pois tão logo o aço começou a ser produzido em grande quantidade, teve início um processo generalizado para a substituição do ferro, menos durável (HOBSBAWN apud Silva, 2009, p. 33-34).

A indústria naval e o desenvolvimento de navios de guerra na Inglaterra, como não poderia ser diferente, gozou profundamente com as mudanças ocorridas a partir da Revolução Industrial, como cita Vidigal:

A revolução industrial, que teve início na Inglaterra a partir do final do século XVIII, só chegou aos navios de guerra na segunda metade do século XIX, mas, então, as mudanças ocorreram em profundidade e se processaram muito rapidamente. (VIDIGAL, 2002, p. 132)

O expressivo desenvolvimento naval e marítimo inglês, proporcionado pelos avanços tecnológicos da Revolução Industrial, também se viu, como veremos adiante, fortalecido geopoliticamente pelas ideias de Alfred Mahan, que se “encaixam” com a estratégia do país para o século XX. No entanto, a França, do almirante Théophile Aube e sua concepção de “Jeune École”<sup>9</sup>, a partir de 1886, surge para desafiar o poderio naval inglês.

Aube fora o principal teórico da “Jeune École”, que fora concebida num contexto de derrota francesa para a Prússia em 1870, além do desgaste após sucessivos esforços do país para

---

<sup>8</sup> David Landes identifica a Segunda Revolução Industrial como a “idade do aço”, pois observa que a natureza havia sido definitivamente dominada, e que o material “se adequava perfeitamente às novas ambições do capital” (LANDES apud MANTUANO, 2018, p. 67).

<sup>9</sup> A “Jeune École”, ou “Jovem Escola”, é o conceito estratégico francês desenvolvido pelo almirante Théophile Aube, que fora Ministro da Marinha do país entre 1886 e 1887. João Roberto Martins Filho (2010, p. 18) analisa tal estratégia como contraponto à tática mahaniana. De caráter defensivo, e que visava o tráfego marítimo (a “guerra de corso”), a “Jeune École” se concentrava na velocidade, em “enxames de pequenos navios” (diferente da estratégia de Mahan que preconizava grandes embarcações).

se armar contra as forças navais inglesas. O almirante francês enxergava uma nova estratégia naval francesa baseada na utilização de torpedeiras<sup>10</sup>, que o mesmo via como o futuro da guerra marítima – indo em contraponto à tendência naval inglesa que preconizava a utilização de grandes navios encouraçados. Influenciado pela escola francesa, como grande parte das marinhas do planeta até a ascensão do pensamento mahaniano no final do século XIX<sup>11</sup>, o Brasil dá novo impulso para a construção naval a partir da década de 1880, devido as tensões com a Argentina na Questão de Palmas<sup>12</sup>.

A prevalência dos torpedos contra grandes navios é comprovado justamente na América do Sul, mais precisamente no Chile, em 1891, na Guerra Civil entre o Congresso e o presidente José Manuel Balmaceda. Apesar da vitória das forças navais do Congresso, as tropas fieis ao presidente Balmaceda, utilizando um torpedo *Whitehead* de 14 toneladas, atacou e afundou o encouraçado *Blanco Encalada*, de 3.500 toneladas. Vidigal (2002, p. 175), ao ilustrar o ocorrido, afirma que se trata do “primeiro sucesso do torpedo ‘automóvel’ contra um navio de guerra bem armado”.

A existência de uma segunda Revolução Industrial é problematizada e observada inicialmente por Eric Hobsbawn, no entanto, na tradição marxista, Lênin e Engels já observavam uma nova fase de industrialização na segunda metade do século XIX (MANTUANO, 2018, p. 2).

A existência de uma segunda fase da Revolução Industrial no contexto após o ano de 1850 é reconhecida, porém, diferente do viés liberal, Mantuano (2018, p. 2) disserta que as inovações das potencialidades técnico-científicas deste ciclo só puderam ser impulsionadas pela nova fase do capitalismo. O vapor, o carvão, o aço e a construção de embarcações maiores presentes nesta Segunda Revolução Industrial respondem a uma maior demanda de troca com a periferia do sistema, possibilitado pelo transporte transatlântico, e subsidiado pelo “capitalismo imperialista”, que Lênin (MANTUANO, 2018, p. 4) caracterizava como processo de “substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios”.

Ferreira (2024, p. 9-10) propõe uma discussão sobre a origem e a polissemia do conceito

---

<sup>10</sup> O barco torpedeiro é caracterizado por seu tamanho diminuto, grande velocidade e o lançamento de torpedos contra embarcações maiores. Aube, em sua gestão, criou na França uma escola de torpedos visando preparar marinheiros aptos ao exercício da condução deste tipo de navio de guerra (VIDIGAL, 2002, p.167).

<sup>11</sup> A Argentina, a título de exemplo, adotara a “Jeune École” como linha central de pensamento estratégico desde a presidência de Julio Argentino Roca, em seu segundo mandato, entre 1898 e 1904 (DELAMER et al., 2008, p. 218).

<sup>12</sup> A Questão de Palmas (1890-1895) foi uma contenda entre Argentina e Brasil pela posse dos territórios atualmente correspondente à porção oeste dos estados de Santa Catarina e Paraná, e fora decidida em favor do Brasil.

de “imperialismo”, e identifica que o primeiro autor a dar uma definição consistente fora o economista John Hobson, na obra *Imperialism: A Study*, em 1902, tendo tal abordagem inaugurado leituras no campo científico feitas por social-democratas, liberais e, principalmente, por marxistas<sup>13</sup>. Mantuano (2018, p. 9), a partir de Hobson, evidencia como tal capitalismo imperialista atrelado à Revolução Industrial impactara a indústria naval, onde a ampliação da performance, a simplificação das tarefas e a diminuição da tripulação<sup>14</sup> eram postas como o objetivo das grandes embarcações feitas de aço e movidas a vapor:

Não é, entretanto, na manufatura e sim na indústria do transporte que iremos encontrar os resultados mais expressivos da influência concentradora da maquinaria. A substituição da carroça e da diligência pela estrada de ferro, do barco a vela pelo navio a vapor, evidencia o maior avanço do capitalismo moderno (HOBSON apud MANTUANO, 2018, p. 9).

A indústria “pesada” de armamentos foi um dos grandes atores responsáveis pela formação de monopólios e oligopólios, que correspondem como a principal característica desta nova fase da industrialização. João Roberto Martins Filho (2010, p. 107) disserta sobre o poder e influência dos empresários do setor, especificamente os estaleiros Krupp, da Alemanha, e a Ansaldo, da Itália, em que os mesmos controlavam não apenas cargos no Legislativo, mas também os meios de comunicação:

No final daquele século, nenhuma atividade econômica aproximava-se mais do retrato que apareceu no Manifesto Comunista do que as enormes indústrias de armamentos (MARTINS FILHO, 2010, p. 107).

A compreensão das atividades econômicas e políticas do setor de armamentos, a inserção desses atores nesta nova fase do capitalismo e a atuação dos estaleiros - os “sujeitos ocultos” - junto ao governo brasileiro é fundamental para entender a compra dos encouraçados *dreadnought* que viriam compor a “Esquadra de 1910”. Nesta parte do trabalho, como exposto, a obra “A Marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910: tecnologia, Forças Armadas e política”, do cientista político João Roberto Martins Filho, exercera grande influência, desde a apresentação de fontes até então inéditas (o livro fora publicado originalmente em 2010) até

---

<sup>13</sup> Andrey Cordeiro Ferreira (2024, p. 10) observa que, diferente de autores sociais-liberais como Kautsky e Hobson, que leem o “imperialismo” como uma patologia/variante possível do capitalismo, os marxistas o interpretam como inerente ao sistema capitalista: Lênin, que o classifica como “fase superior do capitalismo”, e Rosa Luxemburgo, que o vê como uma “reprodução ampliada do capital”.

<sup>14</sup> Tais características também são observadas pelo Ministro Francisco de Paula da Silveira Lobo, integrante do Gabinete do Marquês de Olinda (1866), e destacadas por José Miguel Arias Neto (2020, p. 32). O ministro via que essas transformações seriam capazes de enxugar o quadro de oficiais e reduzir o número de superiores.

à sua multiplicidade de temas envolvidos, perpassando a diplomacia e a política doméstica. Um dos diferenciais propostos por nossa pesquisa quanto à obra de Martins Filho, portanto, se baseia na preconização das relações entre Argentina e Brasil a partir da atuação de seus chanceleres, bem como a utilização de distintas fontes primárias.

## 1.2 Mahan sob os olhares argentino e brasileiro

A geopolítica clássica, no seio de sua base teórica, possui como principais intelectuais e formuladores Halford John Mackinder (1861-1947), geógrafo inglês conhecido pela obra *The Geographical Pivot of History* (1904) e a teoria do *Heartland*<sup>15</sup>, e Nicholas Spykman (1893-1943), geógrafo holandês radicado nos Estados Unidos e que se torna conhecido após a Segunda Guerra Mundial pela teoria do *Rimland*<sup>16</sup>. O terceiro expoente da geopolítica clássica, e que iremos nos debruçar neste trabalho, é o historiador e oficial de Marinha estadunidense Alfred Thayer Mahan (1840-1914), estrategista naval e notório pela obra *The Influence of Sea Power Upon History* (1890), e por fundamentar o conceito de “poder naval”.

Nascido no ano de 1840 no estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos, Mahan era filho de um professor de engenharia militar e sobrinho de um professor de história eclesiástica. Seu tio desempenhara grande papel em sua formação intelectual e religiosa, e desde cedo o incentivou a adentrar no campo religioso. No entanto, por crer num particular “chamado” à vida marítima, ele ingressa, aos 15 anos de idade, na *United States Naval Academy*, onde se forma em 1859 (ALMEIDA, 2013, p. 237).

No contexto político em que estava situado, a Guerra Civil Americana, Mahan, diferente de seus colegas de Academia, defendia a causa do Norte mas “mais para preservá-la do que para abolir a escravidão” (ALMEIDA, 2013, p. 239). Como homem de seu tempo, Mahan acreditava na hierarquização da humanidade em raças, e até na suposta inferioridade do homem negro, no entanto, com sua participação no conflito, o militar se impressiona com as insalubres condições de vida dos escravos do Sul, e a partir disso, torna-se um convicto abolicionista

---

<sup>15</sup> A teoria do “Heartland” (“coração da terra”) fora concebida por Mackinder como a região central entre os continentes europeu e asiático, a Eurásia. O geógrafo previa que quem controlasse tal área, controlaria o planeta, e partir desta concepção temia uma possível aliança entre Rússia e Alemanha contra os interesses do Reino Unido.

<sup>16</sup> A teoria do “Rimland”, por sua vez, fora concebida por Nicholas Spykman para servir como doutrina de segurança nacional dos Estados Unidos no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, e era fundamentada na ação intervencionista estadunidense.

(ALMEIDA, 2013, p. 240-241).

A posição de Mahan a respeito de outros povos e nações não pode ser desprezada para situá-lo em seu tempo e para compreender seu posicionamento político. No contexto da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), que será explorada adiante, suas posições são didáticas para compreender sua postura a respeito de outras culturas, além de seu pensamento geopolítico:

Em 1904 ocorreu a Guerra Russo-Japonesa. Mahan já vinha se preocupando com a Rússia czarista que ele considerava “o grande problema da Ásia”. Para ele os russos se moviam como uma aranha de acordo com a “lei natural e instinto racial”, à procura de águas quentes, tanto na direção da Coreia, Manchúria e China, como no outro lado no Golfo Pérsico. O ataque surpresa japonês contra os russos em 8 de fevereiro de 1904 foi para ele uma surpresa agradável, pois considerava o Japão um país “teutônico” em luta contra os eslavos expansionistas (ALMEIDA, 2013, p. 271).

É pertinente observar que essa preferência de Mahan pelos japoneses e sua “antipatia” pelos russos também pode ser observada em autores brasileiros no início do século XX<sup>17</sup>. O oficial norte-americano, em claras posições russóforas, temia o avanço da Rússia e seu expansionismo, e por outro lado, via com bons olhos as forças militares japonesas, que por ele foram bastantes influenciadas (ALMEIDA, 2013, p. 258-259). O apreço brasileiro - e republicano - aos japoneses existia por motivos sobretudo políticos: a Rússia autocrática e monarquista era ainda vista como um “espelho” da decadente monarquia<sup>18</sup>.

Francisco Eduardo Alves de Almeida (2013) disserta brevemente em sua tese a respeito da aversão que Mahan nutria pela América Latina<sup>19</sup>, mas ironicamente, é justamente em terras latino-americanas, mais precisamente na cidade de Lima, no Peru, que ele se estabelece por dois anos a fim de se preparar para assumir uma vaga como docente na recém-criada *National War College*. A partir disso, o oficial conduz um projeto de “estudo sistemático da história naval, centrando suas pesquisas nos séculos XVII e XVIII, procurando analogias entre as guerras terrestres e navais” (ALMEIDA, 2013, p. 247). Mahan enxerga esta oportunidade na docência como uma “chance da vida”, visto que a história enquanto disciplina sempre fora sua paixão.

---

<sup>17</sup> Raul Tavares, militar brasileiro, publica em 1934 a obra “Guerra Russo-Japonesa”, de dois volumes, a partir de seu trabalho como observador do conflito. Para ele o Japão era uma nação que o Brasil poderia se inspirar para se fortalecer militarmente, marcando oposição à decadente Rússia czarista. Na ocasião em que fora publicada a obra, o discurso anticomunista militar brasileiro mostrava-se intrínseco à posição anti-Rússia adotada (TAKEUCHI, 2009, p. 353).

<sup>18</sup> Ibidem.

<sup>19</sup> “Ele mantinha uma visão cínica e crítica da política e dos políticos daquela região da América Latina. Considerava que a sua tarefa de proteger cidadãos e interesses dos EUA na costa do Pacífico da América do Sul era uma perda de tempo e até o fim de seus dias manteve uma grande antipatia pelos latino-americanos” (ALMEIDA, 2013, p. 246).

Mahan, que fora fortemente influenciado, no campo historiográfico, pelo historicismo do século XIX e por historiadores como Leopold von Ranke e John Lothrop Motley, também recebeu influências, no campo militar e naval, de Antoine-Henri Jomini (1779-1869), teórico francês cujas ideias da guerra terrestre ele transplanta para a guerra naval. A partir destas influências teóricas, e de seus estudos para a *National War College*, Mahan escreve *The Influence of Sea Power Upon History*, sua *magnum opus*.

A obra é delimitada a partir de dois anos centrais: 1660, como ano referente a Restauração Stuart, e 1783, ano do fim da Revolução Americana, e a partir dessa demarcação temporal, Mahan se propõe a realizar os seguintes exercícios: compreender o poderio naval inglês; identificar os fatores da primazia inglesa no mar; compreender a influência do mar para as nações; reconhecer os princípios que regem a estratégia naval; demonstrar a centralidade do mar para as grandes nações; e, por fim, analisar o caráter de governo.

Alfred Mahan percebia o tráfego marítimo como mais fácil e barato que o deslocamento por terra, e a partir disso concebeu a questão do domínio de portos, rotas e comércios como estratégicos para uma nação. O final do século XIX foi, sem dúvidas, um excelente momento histórico para a publicação da obra: Mahan acompanhara a transição tecnológica dos “vasos de guerra” movidos à vela para os grandes encouraçados, além de perceber e refletir demasiadamente acerca da projeção dos Estados Unidos no Oceano Pacífico<sup>20</sup>. A sua obra “legítima” o domínio estratégico dos Estados Unidos na América Central, em Guam e Porto Rico, e explicita seus interesses comerciais no restante do continente americano. No Reino Unido, a coroa britânica, a partir da política de “*Two-power standard*”<sup>21</sup>, se viu estrategicamente amparada pelos argumentos contidos na obra, sustentando seus planos expansionistas para o século XX.

A partir da influência de Theodor Mommsen, historiador especialista em Antiguidade e na história militar de Roma, e do supracitado Antoine-Henri Jomini, Mahan passa a ser considerado o grande teórico do pensamento naval moderno. Os elementos de “poder marítimo”, que são centrais para a compreensão de seu pensamento, são, primeiramente, a posição geográfica. A insularidade da Inglaterra a mantém afastada o suficiente da Europa continental, enquanto sua rival, a França, desvia sua atenção para conflitos terrestres. Mahan

---

<sup>20</sup> Mahan defendia, por exemplo, a anexação do Havaí aos Estados Unidos como forma de, inicialmente, conter a onda imigratória chinesa para o país, e posteriormente, como parte da estratégia estadunidense de projeção no Pacífico (ALMEIDA, 2013, p. 257).

<sup>21</sup> A política de “*Two-power standard*”, adotada pelo almirantado britânico em 1889, consistia na ideia de que a Esquadra do país deveria ter poder de fogo igual ou maior em números que França e Rússia juntos.

reconhece que a posição geográfica pode ser fruto de promoção de concentração ou de exigência de dispersão. A França, para ele, expõe suas fragilidades por ter que dividir suas atenções tanto ao Mediterrâneo, quanto ao Atlântico. Os Estados Unidos, portanto, sofreriam dessa mesma fragilidade – gastos operacionais – caso o Atlântico e o Pacífico tivessem o mesmo fluxo comercial.

Mahan complementa reconhecendo o Mar Mediterrâneo como o mais importante ao longo da história, tanto do ponto de vista comercial quanto militar. Tal importância também é observada décadas mais tarde pelo historiador Fernand Braudel ao desenvolver o conceito de “economia-mundo”<sup>22</sup>.

Em segundo, a conformação física. A possibilidade de navegar em águas profundas<sup>23</sup> e ter acesso a bons portos e bases militares reforçam o poderio militar e logístico inglês. Diferente da França, que possuía condições físicas favoráveis, a Inglaterra teve de desenvolver a habilidade comercial. A Holanda, a título de exemplo, também era pobre de solo e desprovido do controle do mar, e sua vocação comercial fora descoberta a partir da dificuldade. Embora tivesse condições favoráveis, o país sucumbiu devido a sua total dependência de fontes externas.

Em terceiro, a extensão territorial. Mahan afirma que a extensão da costa marítima é uma fonte de força ou fraqueza, conforme o tamanho da população. No contexto da Guerra Civil-Americana, o autor ilustra como exemplo a facilidade que as forças da União tiveram na abertura do Mississippi devido à pouca familiaridade que os confederados tinham com o mar e sua pequena população – sendo não proporcional à extensão da costa a ser defendida.

No Brasil, a necessidade de uma eficaz “defesa de costas”<sup>24</sup> faz-se presente pela necessidade do país em buscar a hegemonia naval na região, como apresenta Johny Araújo<sup>25</sup>.

Na Argentina, como será exposto adiante, o almirante Segundo Rosa Storni a partir de evidente influência mahaniana também reconhece a necessidade de povoar o litoral de seu país

---

<sup>22</sup> A partir da obra “O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II”, cujo primeiro volume fora publicado no ano de 1949, Fernand Braudel teoriza o conceito de “economia-mundo”, que por sua vez influencia o conceito de “sistema-mundo”, que é fortemente estudado por historiadores e economistas como Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi.

<sup>23</sup> “Um elevado número de portos profundos é uma fonte de força e riqueza. Mais ainda o são caso sejam as saídas de rios navegáveis, facilitando neles a concentração do comércio interno de um país; mas, por sua própria acessibilidade, tornam-se fonte de fraqueza na guerra se não forem adequadamente defendidos” (MAHAN, 1890 apud BARACUHY, 2021, p. 67).

<sup>24</sup> José Carlos Araújo Neto (2008, p. 91-93) chama a atenção para o uso genérico do termo “defesa de costas” pela ciência naval brasileira no início do século XX para se referir aos estudos navais e relacionados à guerra marítima.

<sup>25</sup> ARAÚJO, Johny Santana. A construção do poder naval brasileiro no início do século XX. Revista Navigator. Rio de Janeiro: Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), v. 1, n. 2, 2005, p. 69-83.

como garantia de defesa.

Em quarto, o tamanho da população, que Mahan relaciona este elemento à quantidade da população ligada ao “mundo marítimo” (marinha, pesca, estaleiros etc), sendo esta a primeira das qualidades particulares dos habitantes de um país, não sendo, portanto, uma característica natural. Assim como a extensão territorial refere-se à costa e qualidade dos portos, o tamanho da população refere-se ao “número empregado em atividades marítimas, ou pelo menos prontamente disponível para emprego a bordo de navios e para a fabricação de material naval” (MAHAN, 1890 apud BARACUHY, 2021, p. 77).

Em quinto, o espírito nacional, onde Mahan disserta a respeito do apelo ao comércio, ao lucro e a orientação religiosa protestante. O autor expõe sobre como o instinto comerciante inglês moldou, geração após geração, seu espírito marítimo. A partir da necessidade de comercializar, houve a predisposição a fabricar, produzir, negociar e desenvolver frotas marítimas para tais atividades, e essa tendência ao comércio se posiciona como parte do “espírito nacional” dos ingleses. Ele afirma que não, necessariamente, uma nação que busca riqueza por outros meios senão o comércio conseguirá êxito na tarefa de consolidar-se como detentora de poder naval. A título de exemplo, a autor fala sobre com a França, apesar de algumas conquistas navais, escolheu buscar riqueza pelo “empreendimento, frugalidade e acumulação” (MAHAN, 1890 apud BARACUHY, 2021, p. 88).

Por fim, o “caráter” do governo chama a atenção de Alfred Mahan quando o mesmo observa que o grande crescimento da Marinha inglesa sob Cromwell, um dêsposta, na Primeira Guerra Anglo-Holandesa (1654), e os “Atos de Navegação”, imposto por ele, marcaram a supremacia do poder naval inglês, e consistia, entre outras, do enfraquecimento da Holanda, que era o grande transportador de mercadorias da Europa, forçando, então, os Estados a utilizarem seus próprios navios ou navios de bandeira inglesa.

A obra de Mahan, cujo centro e principal objeto tratado é a história marítima e naval do Reino Unido, torna o autor uma personalidade cultuada na Europa<sup>26</sup>. A mesma obra, mais *The Influence of Sea Power Upon the French Revolution* (1892) e *Sea Power in its Relations to the War of 1812* (obra de dois volumes publicada inicialmente em 1905), integram a série chamada *The Influence of Sea Power*. No entanto as obras posteriores não repetem o sucesso editorial da primeira nem desempenham a mesma influência pelas Marinhas mundo afora.

As ideias de Mahan e seus conceitos de guerra e estratégia naval atraem a atenção de todo o planeta, pela primeira vez, no alvorecer do século XX, no contexto da Guerra Russo-

---

<sup>26</sup> Francisco Almeida (2013, p. 258) relata, por exemplo, que Mahan chegou a ser convidado para jantar com a própria rainha Vitória em Londres devido à repercussão de sua obra.

Japonesa (1904-1905), e mais precisamente na Batalha de Tsushima<sup>27</sup>, em maio de 1905. A tensão entre Japão e Rússia se deu como consequência da busca de ambos pelo controle da região conhecida como Manchúria e da Península Coreana. O conflito, vencido pelos japoneses, foi uma importante vitória para o país pois, além de liberar a Coreia do domínio chinês e colocá-la sob sua influência, também serviu como experiência para o restante do conflito que ainda estava por vir.

A contenda inicia-se com um ataque surpresa de dez torpedeiros japoneses contra uma Esquadra russa na região de Port Arthur, região próxima a Manchúria, em fevereiro de 1904. Após a resposta russa, em agosto, o conflito escala e atrai a atenção do planeta – além de mobilizar por completo as forças militares dos dois países. Em maio de 1905, há a eclosão da Batalha de Tsushima, onde o Japão, à luz dos conceitos mahanianos, obtém uma expressiva vitória sobre as forças russas:

Nenhum navio de linha japonês foi perdido; apenas três torpedeiras foram afundadas. Sofreram avarias de diferentes graus três cruzadores e seis destróieres (VIDIGAL, 2000, p. 188).

A singularidade da Batalha de Tsushima apresenta significativas mudanças na guerra naval, revolucionando aspectos táticos e estratégicos. José Carlos Araújo Neto (2008, p. 75) explica que até essa batalha, os combates eram travados a pequenas distâncias, e a partir da aplicabilidade das ideias de Mahan, pela primeira vez, foram travadas batalhas de média e longa distâncias, adotando canhões de tiro rápido e menor calibre.

A Guerra Russo-Japonesa se mostrou como um episódio *sui generis* da história militar, e pode-se dizer que a mesma inaugurou o século XX ao sintetizar grande parte dos eventos políticos e econômicos e inovações bélicas existentes: tais modernizações tecnológicas tributárias das revoluções industriais, a disputa das potências europeias por mercados, as novas estratégias militares, disputas territoriais etc. A atuação de adidos militares e representações diplomáticas no conflito, dos dois lados, foram empregados:

A experiência adquirida pelos observadores foi extraordinária e voltaram a seus países com informações que permitiram aos marinheiros assimilarem os formidáveis conhecimentos sobre o triunfo nipônico (NETO, 2008, p. 76).

A Argentina e o Brasil enviaram representantes e observadores para o conflito sob

---

<sup>27</sup> “La Batalla Naval de Tsushima, una pequeña isla en el estrecho de Corea que separa Japón de Asia continental, fue el punto culminante de la guerra. La misma es aún considerada una de las cinco batallas navales más importantes de la historia, equivalente a Lepanto, Trafalgar, Jutlandia y Midway” (BÓVEDA, 2008, p. 355).

diferentes contextos. Buenos Aires encarrega o Capitão da Marinha Manuel Domecq García para atuar no Japão como seu representante, e à Rússia, designa o Capitão-de-Fragata José Moneta e o Tenente-Coronel do Exército Enrique Rostagno. O Brasil envia ao teatro de operações o Capitão-de-Corveta Antônio Júlio de Oliveira Sampaio, que se torna o adido naval brasileiro no Japão. Diferente da Argentina, o Brasil não designa representantes oficiais para acompanhar o conflito do lado russo.

Para a condição de adido militar, visando acompanhar os combates terrestres do conflito, o Brasil enviara ao Japão o oficial José Maria Moreira Guimarães, que publica, em 1908, a obra “No Extremo Oriente”, onde relata sua experiência e visões sobre a guerra<sup>28</sup>.

A designação de Antônio Júlio de Oliveira Sampaio é relatada pelo Ministro da Marinha Júlio César de Noronha nos Relatórios Ministeriais de 1904 e 1905, que correspondem como fontes primárias desta pesquisa. Sua atuação é benquista pelo Ministro, que reconhece seu esforço para cumprir seu ofício mesmo com as dificuldades encontradas com a língua japonesa. Terminada a guerra e tendo cumprido satisfatoriamente a cobertura do conflito, Antônio Júlio Sampaio fora removido para a Inglaterra a fim de completar os estudos sobre estratégias e reorganização naval. É pertinente reconhecer aqui a centralidade inglesa na discussão sobre o poder naval no início do século XX: o país, ainda hegemônico militarmente no planeta, e com possessões em todos os continentes, fora o lugar onde as ideias de Mahan mais se disseminaram, e os seus estaleiros dominavam o mercado mundial de construção naval.

A atuação do adido naval brasileiro na Guerra Russo-Japonesa enquanto observador baseou-se em acompanhar as declarações de oficiais estrangeiros que acompanharam *in loco* a Batalha de Tsushima – declarações essas que eram publicadas pelos jornais e periódicos japoneses:

O adido afirmou em seus relatórios que houve uma unanimidade entre os observadores navais no Japão quanto à necessidade de se evitar a falta de homogeneidade dos navios que compusessem a esquadra. Sendo que essa homogeneidade deveria estender-se à velocidade dos navios, cuja disparidade caracterizava-se como uma grande desvantagem diante do inimigo. Além disso, navios do tipo destroyer e as torpedeiras perderam utilidades táticas, abrindo espaço para os cruzadores do tipo scout, e os submarinos, segundo o adido, estariam em fase de ensaio, ignorando-se um tipo real que pudesse prestar serviços como elemento de combate (NETO, 2008, p. 73-74).

O Programa Naval de 1906 (“Rumo ao Mar”), concebido pelo Ministro da Marinha

---

<sup>28</sup> Como já exposto, o conflito russo-japonês também fora interpretado como uma disputa entre a “Rússia autocrata” e o “Japão constitucional”. Moreira Guimarães nutria forte admiração pelo Japão e sua cultura, e na condição de republicano, via a Rússia como espelho do antigo (e “retrogrado”) modelo político monarquista que vigorou no Brasil (TAKEUCHI, 2009, p. 85).

Alexandrino Faria de Alencar, fora radicalmente influenciado pelas “lições da guerra do Extremo Oriente” e pelos relatórios conduzidos pelo adido Antônio Júlio Sampaio. Como veremos no próximo capítulo, a teoria mahaniana fora absorvida e crucial para a alteração do Programa antecessor, concebido em 1904 pelo então Ministro Júlio César de Noronha.

A presença da Argentina na Guerra Russo-Japonesa se apresenta como mais substancial e atuante que a brasileira, e isso se deve quase que inteiramente aos Pactos de Maio (1902)<sup>29</sup>, que apaziguou, por ora, as turbulentas relações entre Argentina e Chile que perduraram durante grande parte do final do século XIX. A Inglaterra atuara como mediadora no conflito, e obrigara a Argentina e o Chile à venderem para ela seus encouraçados em construção (os argentinos “*Moreno*” e “*Rivadavia*”, e os chilenos “*Libertad*” e “*Constitución*”). O interesse inglês na aquisição das embarcações encontrava-se em repassá-los ao Japão utilizando um intermediário, no caso, a Argentina.

Jorge Bóveda (2008, p. 342) explica que com esta negociação, a Inglaterra conseguiu repassar ao Japão os quatro navios e, ao mesmo tempo, não sofreria “represálias” diretas da Rússia pelo fato de utilizar “intermediários”.

O tabuleiro geopolítico europeu se mostrou presente na Guerra Russo-Japonesa, e posicionou os franceses e alemães ao lado russo, e os ingleses, preocupados com o expansionismo do Czar, ao lado dos japoneses:

O sistema de alianças europeias havia isolado a Grã-Bretanha internacionalmente e, no leste da Ásia, as marinhas francesa e russa, combinadas, superavam a frota britânica. Envolvidos em uma corrida naval com a Alemanha e desconfiados da intromissão da Rússia na China e das implicações da construção da ferrovia Transiberiana, os britânicos precisavam de aliados. O Japão também foi diplomaticamente isolado após a Intervenção Tripartite e teve que lidar com a presença russa na Manchúria e sua potencial ameaça à Coreia (DARÓZ, 2018, p. 39).

A negociação dos navios de guerra “*Moreno*” e “*Rivadavia*”- mais tarde renomeados para “*Nishin*” e “*Kasuga*” pela Marinha japonesa - é até a atualidade lembrada como a responsável pela gênese das relações bilaterais entre a Argentina e o Japão, e que fora em grande parte costurada pelo oficial Manuel Domecq García. A finalização da construção destes navios fora realizada em Gênova, na Itália, e imediatamente entregue à Marinha do Império do Sol Nascente. Devido à essa “negociação triangular” envolvendo Inglaterra, Argentina e Japão, o governo de Buenos Aires recebe de Tóquio um convite oficial para designar um representante

---

<sup>29</sup> Os Pactos de Maio, ou *Tratado de Equivalencia Naval, Paz y Amistad*, foi o acordo assinado entre Argentina e Chile com o intuito de apaziguar as relações entre os dois países a fim de “ajustar de forma pacífica as pendências limítrofes, ou encaminhar para a arbitragem do governo da Grã-Bretanha” (HEINSFELD, 2019, p. 544-545)

no conflito, e o capitão Manuel Domecq García, que já exercia a função de representante argentino e chefe da Comissão Naval em Gênova, fora o escolhido, sendo apresentado às autoridades do país e recebendo estadia da legação britânica (BÓVEDA, 2008, p. 346).

Domecq García, em carta, relata certas desconfianças e “cuidados” que os japoneses tinham com ele, e claro, com outros estrangeiros. Contudo, a atuação do adido argentino obteve destaque por seguir, com discrição, as obrigações que lhe foram impostas, e no ano seguinte, em 1905, Domecq García consegue autorização para embarcar numa esquadra japonesa e participar do teatro de operações:

Se me manifestó - dice Domecq García - que aquella autorización no era oficial, sino absolutamente oficiosa y de buena voluntad, puesto que en outra forma era imposible, por cuanto en ninguna circunstancia el gobierno japonés permitiría que oficialmente se supiese aquella excepción grandísima que conmigo se hacía, debida a las instancias y buenos oficios del Embajador Británico allí presente y al reconocimiento que se tenía hacia nuestro país y a mi actitud discreta y moderada durante mi permanencia en el Japón y que se esperaba la continuase en igual forma (BÓVEDA, 2008, p. 348).

Por fim, Manuel Domecq García, ao final de sua estadia e atuação no Japão, fora recebido pelo próprio Imperador Matsuhito, e seguiu como um “representante cultural” entre os dois países até sua morte, em 1951.

O outro lado do conflito, o russo, também recebera representantes argentinos como observadores internacionais: o Tenente-Coronel do Exército Enrique Rostagno e, principalmente, o Capitão-de-Fragata José Moneta.

A excursão de Moneta ao país foi proveitosa, embora o oficialato russo soubesse da relação da Argentina com o Japão e a Inglaterra, quanto à venda dos encouraçados (BÓVEDA, 2008, p. 349). O dissabor existente entre o argentino e as autoridades russas fora amenizada por influência do diplomata Eduardo García Mansilla, encarregado de negócios argentino em São Petersburgo:

Fue merced a la influencia personal que ejercía nuestro encargado de negocios, Eduardo García Mansilla (1866-1930), sobre el propio Emperador Nicolás II y otras influyentes personalidades de la corte lo que evitó a Moneta un bochornoso regreso al país con las manos vacías (BÓVEDA, 2008, p. 349).

José Moneta, junto a adidos militares da Alemanha, França e Inglaterra, presenciaram o ataque japonês a Port Arthur, que origina o conflito. Após a Guerra, Moneta é designado para servir em Londres, assim como o adido brasileiro Antônio Júlio de Oliveira Sampaio.

### 1.3 Os programas navais brasileiros (1904 E 1906): teoria e debate

No final do século XIX, a busca dos países latino-americanos em modernizar-se foi fortemente fomentada pelos interesses comerciais dos grandes estaleiros europeus. José Roberto Martins Filho (2010, p. 109), por exemplo, relata como as visitas aos castelos de Schneider e Krupp, magnatas da indústria de armamentos, eram paradas obrigatórias de chefes de Estado e políticos influentes que visitavam a Alemanha, entre eles o próprio futuro presidente brasileiro Hermes da Fonseca. O autor também discorda de Hobsbawn quando o historiador britânico afirma que os países centrais, a partir de seus estaleiros, só negociavam aos países periféricos produtos obsoletos e de menor qualidade. O cruzador chileno *Esmeralda*, como veremos a seguir, sustenta tal argumento do pesquisador brasileiro.

A atuação “independente” nas negociações dos estaleiros britânicos com outras nações mundo afora fora “capaz de modificar percepções na própria Marinha britânica” (MARTINS FILHO, 2010, p. 114). O cruzador *Esmeralda*, de posse da Marinha chilena, foi construído em 1882 pelo estaleiro Armstrong, e fora encomendado pelo país sul-americano no contexto contencioso de corrida armamentista com a Argentina. Sua aquisição é considerada como um dos fatores que influenciaram a Inglaterra a rever sua política naval, a partir de 1884, e passar à iniciativa privada (estaleiros Armstrong e Vickers) parte significativa de suas embarcações<sup>30</sup>.

A precaução inglesa devido à disputa entre Chile e Argentina era de certa forma justificada pelo fato das embarcações serem construídas pelos seus próprios estaleiros, como expõe uma revista inglesa especializada:

É difícil contestar a asserção de que a Marinha britânica não tem navio para, guardadas as proporções, igualar esses cruzadores das marinhas argentina, chinesa e chilena, construídos aqui: eles são superiores em velocidade, proteção, armamento e mesmo em capacidade de carvão (MARTINS FILHO, 2010, p. 114-115).

João Roberto Martins Filho (2010, p. 115-116) disserta sobre os pioneirismos latino-americanos e o lugar do subcontinente neste negócio global: o México, após encomendar junto a um estaleiro londrino, em 1842, os vapores “*Guadalupe*” e “*Montezuma*”, se torna o primeiro país a adquirir navios de ferro para o uso militar. O Chile, novamente, é responsável por iniciar

---

<sup>30</sup> Os equipamentos militares navais ingleses, até 1884, eram produzidos pelo estaleiro estatal de Woolwich, ficando aos estaleiros privados apenas o mercado externo. A superioridade dos estaleiros privados, percebida a partir da construção do *Esmeralda*, fez a Marinha britânica romper, em 1886, em definitivo, com a Woolwich e tornar os estaleiros Armstrong e Vickers como sede da construção naval inglesa (MARTINS FILHO, 2010, p. 113-114).

o primeiro grande programa naval sul-americano, em 1887, com a aquisição do encouraçado *Capitán Prat*, o primeiro totalmente equipado com maquinário elétrico e produzido por um estaleiro francês: “incapazes de produzir seus próprios navios, as nações periféricas se consolavam adquirindo vasos de guerra que nem as grandes potências possuíam” (MARTINS FILHO, 2010, p. 116).

O Brasil, seguindo o exemplo dos vizinhos latino-americanos, adentra o século XX com fortes debates e discussões acerca da restauração de sua Marinha por diversos fatores: o atraso tecnológico, a distância militar perante os países da região e, principalmente, devido a Revolta da Armada, que destruiu grande parte do arsenal de guerra do país.

Arias Neto (2014, p. 86-87) descreve, a partir de documentos oficiais (relatórios ministeriais e atas do Congresso, majoritariamente), o apelo e as “angústias” das classes dirigentes acerca da deterioração das instalações, material e armamentos da Marinha, as péssimas condições sanitárias e a urgência da necessidade da “reforma geral”<sup>31</sup>.

Influenciado primordialmente pelas concepções de defesa da “Jeune École”, Arthur Silveira da Motta, o Barão de Jaceguai (1843-1914), desempenhou ao longo da vida diversas funções dentro da Marinha, desde a atuação enquanto chefe de Esquadra até enquanto diretor da Escola Naval. Sua obra “Organização Naval”, uma reunião de artigos publicados em 1896, é referenciada por Arias Neto (2014, p. 88) como grande influência para os programas navais do início do século XX.

O Barão de Jaceguai, além de ter atuado na Guerra do Paraguai, também pode ser considerado o pioneiro dentre os autores brasileiros, das mais diferentes vertentes, que se debruçaram sobre a temática marítima e naval neste conturbado período. Campanhas de republicanos civis e militares pela “restauração” da Marinha eram propostos por questões de “patriotismo” e luta contra “imperialismos”<sup>32</sup>, além, de claro, dos crescentes investimentos dos vizinhos argentinos e chilenos.

A partir do texto “Lição do Extremo Oriente”, inserido dentro da obra *Cartas da Inglaterra*, escrito por Rui Barbosa (1849-1923), e publicado em 1895 pela *Revista Marítima*

---

<sup>31</sup> A necessidade de uma “reforma geral” era reivindicada por todos os quadros da Marinha, principalmente pelo seu Ministro, o almirante Jerônimo Francisco Gonçalves, reconhecendo como “paliativas” as medidas realizadas até o dado momento quanto ao material flutuante. Em Mensagem Presidencial ao Congresso, no ano de 1895, o novo presidente Prudente de Moraes, reconhecia tal necessidade, mas também pontuava acerca da instável condição econômica que o país atravessava (ARIAS NETO, 2014, p. 86-87).

<sup>32</sup> Os crescentes orçamentos militares de países europeus e dos Estados Unidos (este último, sobretudo pela Guerra Hispano-Americana, de 1898) despertavam certo temor em autores de diversas vertentes políticas, como o monarquista Eduardo Prado, autor de “A Ilusão Americana” (1893), que possuía reservas quanto à aproximação aos Estados Unidos.

*Brasileira* e pelo *Jornal do Commercio*, o diplomata baiano posiciona-se como mais um intelectual e homem público brasileiro que busca “denunciar” o despreparo da Marinha brasileira. Sob a acusação de ser o mentor intelectual da Revolta da Armada, Rui Barbosa foge do Brasil e desembarca na Inglaterra após rápidas passagens por Argentina e Portugal. Desde Londres, Barbosa acompanha *in loco* a efervescência do debate naval nos países europeus e a repercussão do pensamento mahaniano a partir da eficiência do poderio naval japonês no conflito que se estendia no “extremo oriente” - e que será aprofundado adiante.

Rui Barbosa disserta ao longo do texto sobre a importância da constituição de uma forte e equipada Armada, e que, diferente do Exército<sup>33</sup>, as forças navais não podem ser constituídas de “improviso”.

Quanto às críticas ao governo conduzidas por Rui Barbosa no contexto do levante, o diplomata, guiado por seu forte espírito civilista<sup>34</sup>, estava certo que Floriano Peixoto desejava aniquilar as forças navais do país.

Arias Neto (2014, p. 99) complementa que o posicionamento de Barbosa em prol do desenvolvimento e progresso material da Marinha inseria-se no contexto de otimismo e “regeneração nacional” do começo do século XX. O Rio de Janeiro, a capital da “jovem República”, deveria possuir uma forte Marinha de guerra e poder naval, e junto a isso, acompanharia uma série de investimentos e mudanças político-administrativas a fim de transformar o Distrito Federal numa capital moderna: a reforma do prefeito Pereira Passos, que pretendia tornar o Rio de Janeiro uma cidade parecida a Paris; as obras de modernização do porto conduzidas pelo engenheiro Paulo de Frontin; a grande “reforma sanitária”, comandada por Oswaldo Cruz, com o intuito de combater doenças como a varíola e a febre amarela.

Com discurso próximo à defesa de um “militarismo jacobino” – expressão deveras utilizada por Arias Neto - e defensor de uma base industrialista para a recuperação naval<sup>35</sup>, o terceiro interlocutor a esse debate sobre a importância da modernização da Marinha fora o jornalista Arthur Dias (1870-1913), autor da obra *O problema naval: condições atuais da Marinha de guerra e seu papel nos destinos do país*, publicada em 1899. Arias Neto (2014) o

---

<sup>33</sup> Muito impactado pela obra de Mahan, Rui Barbosa assinala que a preparação de uma Marinha de guerra requer mais tempo, treinamento e recursos que forças terrestres. Ao seu ver, a Revolta da Armada pôde constatar na prática que tal premissa é verdadeira, vide as dificuldades encontradas pelo país para se rearmar: “A defesa de um Estado é o mais importante dos seus problemas. E nesse problema, dos dois elementos que envolve, o mais imperioso é a defesa marítima” (BARBOSA, 1895, p. 130).

<sup>34</sup> João Roberto Martins Filho (2010) interpreta que Rui Barbosa encontrou a partir da Marinha e das questões navais um meio para sua militância política e forma de marcar oposição a Floriano Peixoto.

<sup>35</sup> “Arthur Dias recuperava o pensamento militar industrialista, surgido ao final do Império, desenvolvido, entre outros, por Custódio de Melo e Jaceguai” (ARIAS NETO, 2014, p. 96).

considera fortemente influenciado pelas obras de Clausewitz, e no âmbito da filosofia política e do direito internacional, do darwinismo, sobretudo pela sua crença na existência de “nações vivas” – que por sua vez, deveriam exercer domínio sobre as “nações mortas”<sup>36</sup>, além de também considerar a guerra e o conflito entre os Estados como tão natural quanto o comércio, a indústria etc.

Em 1900, um ano após a publicação da obra - onde o mesmo denuncia o estado material dos armamentos brasileiros após a Revolta da Armada -, Arthur Dias integra a comitiva do presidente Campos Sales à Argentina, e pôde observar in loco a superioridade naval do país se comparado ao Brasil, e com isso, passa a ser ainda mais incisivo em suas posições acerca da necessidade de modernização e investimentos (BAGGIO, 2008).

Os debates aqui expostos por Rui Barbosa, pelo Barão de Jaceguai e por Arthur Dias acerca da questão militar e naval brasileira antecederam e fizeram parte de um distinto momento econômico. A partir do final do governo de Campos Sales (1898-1902) e início do governo de Rodrigues Alves (1902-1906), onde a volta de investimentos estrangeiros e o saneamento do tesouro, assim como o supracitado plano de urbanização da capital federal guiaram o desenvolvimento do país, a necessidade de materializar um programa naval se consolidou nas mãos do Ministro da Marinha Júlio César de Noronha, em 1904.

Descrito por Martins Filho (2010, p.77) como “de caráter discreto e perfil cavalheiresco”, Júlio César de Noronha, nasceu no Rio de Janeiro em 1845, tendo ingressado nos quadros da Marinha aos 17 anos de idade, além de ter possuído destacado papel da Guerra do Paraguai sob a patente de Tenente e mantido a posição legalista, ao lado do presidente Floriano Peixoto, no contexto da Revolta da Armada.

A respeito do Programa Naval proposto pelo ministro no ano de 1904, Martins Filho (2010) trata da “nebulosidade” do processo decisório do mesmo, e afirma que o Programa não era “da Marinha mas do Ministro” - restando aos engenheiros navais e demais oficiais do quadro técnico apenas a concordância -, reforçando a forte personalidade e o caráter centralizador de Noronha. Assim, fora estabelecido um Programa de reconstituição naval que consistia na aquisição de “três encouraçados de 12.500 a 13.000 toneladas de deslocamento, três cruzadores-encouraçados de 9.200 a 9.700 toneladas, seis caça-torpedeiros de 400 toneladas, seis torpedeiros de 130 toneladas, seis torpedeiros de 50 toneladas, três submarinos e um vapor-

---

<sup>36</sup> A forte defesa do militarismo atrelado às críticas a governos civis, diferente de Rui Barbosa, encaminharam Arthur Dias à defesa de um desenvolvimento naval brasileiro autônomo, visto o contexto internacional: a passagem de um domínio europeu, desde o Congresso de Viena, para a emergência de potências como os Estados Unidos, Rússia e Japão. Arthur Dias enxergava que o desenvolvimento marítimo e naval brasileiro poderia elevar o país à categoria destes três Estados.

carvoeiro capaz de carregar 6.000 toneladas de combustível”<sup>37</sup>.

A respeito dessas escolhas, Martins Filho (2010, p. 75) observa que tais “pressupostos reuniam tanto princípios da “Jeune École” (economia, número) quanto lições do Capitão Mahan (que desconfiava de todo excesso de confiança com tecnologia)”. O princípio do “justo-meio” fora a via encontrada pelo ministro Júlio César de Noronha para o desenvolvimento de uma Esquadra com o maior número possível de navios de menor dimensão, adaptando, desta forma, o programa aos recursos ordinários disponíveis. Tal estratégia também servia para evitar a possibilidade de cair na “armadilha da quantidade” (“quanto mais, melhor”), como se mostrava a tendência das nações em apostar em grandes embarcações.

Ao analisar o Relatório Ministerial de 1904, escrito pelo próprio Ministro Júlio César de Noronha, é possível observar a preocupação do mesmo para a construção e reforma de um novo e moderno arsenal de guerra para abrigar as novas embarcações encomendadas, porém seguindo conscientemente o princípio do “justo-meio” e respeitando um teto de gastos:

Assim, sem gravar o erário com dispêndios exagerados e imediatos, conseguir-se-á construir o nosso porto militar e dispor de um arsenal aparelhado não só para a reparação de todos os navios da armada, como para a construção, que for conveniente, de algumas das unidades táticas do atual programa ou de qualquer outro que possa ser adotado (RELATÓRIO MINISTERIAL 1904, p. 66 - adaptado).

Um ponto pertinente a ser considerado a respeito do arsenal, e que é tratado pelo Ministro, é a sua localização. A proximidade do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro ao centro comercial e político da capital, bem como as suas dimensões, não corresponderia aos anseios e aspirações do Programa Naval proposto, e a partir disso, Júlio César de Noronha no Relatório sugere a mudança para o sul do estado do Rio de Janeiro:

Mudar este arsenal, que está encravado na área comercial, com oficinas dispersas, para sítio apropriado, onde a reparação e a mobilização dos navios possam ser efetuados com celeridade e economia, e atender a uma necessidade premente (RELATÓRIO MINISTERIAL 1904, p. 64 - adaptado).

O deputado fluminense Laurindo Pitta é reconhecido por ser o principal defensor do fortalecimento da Marinha do Brasil no âmbito da Câmara do Deputados, e fundamentado nas ideias de Rui Barbosa e Arthur Dias, apresentara pequenas mudanças no Programa Naval e o submete como projeto de lei em dezembro de 1904. Arias Neto (2014) apresenta a estratégia

---

<sup>37</sup> O verbete alocado no site do CPDOC/FGV sobre o Ministro Júlio César de Noronha está disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NORONHA,%20J%C3%BAlio%20de.pdf>> Acesso em: 17 jul 2024.

“implícita” do Programa, e a partir disso sintetiza qual o interesse do Ministro com a proposição do mesmo:

O objetivo do Programa era alcançar a hegemonia sul-americana, garantir a defesa nacional contra a Argentina e o Chile, prováveis inimigos do Brasil, e a defesa continental, neste caso em conjunto com aqueles países, frente à uma possível agressão norte-americana ou europeia (ARIAS NETO, 2014, p. 103)

Nem apenas do apoio e entusiasmo ao Programa Naval do Ministro Júlio César de Noronha mobilizou o debate à época. As críticas ao projeto tiveram como forte articulador o almirante Alexandrino Faria de Alencar, então comandante da Divisão Naval do Sul, e sucessor de Noronha na pasta da Marinha, sendo nomeado pelo presidente Afonso Pena (1906-1909) e permanecendo no cargo até o fim do governo do presidente Nilo Peçanha (1909-1910). As críticas de Alencar baseavam-se na questão do deslocamento dos encouraçados, a precariedade da infraestrutura existente para receber as embarcações e quanto a questão organizacional e educacional dos quadros da Marinha (preparação de pessoal).

Gaúcho de Rio Pardo, Alexandrino Faria de Alencar nasceu no ano de 1848, e ingressara na Escola Naval em 1865, tendo alcançado o posto de guarda-marinha em 1868. Uma característica singular de sua carreira militar fora a intensa atuação internacional que desempenhara, tendo atuado desde a Divisão Naval de Montevidéu até a ocupação do cargo de adido militar na China, além de diversas missões na Europa, na África e na América do Norte<sup>38</sup>. Senador de notável atuação pelo Amazonas, Alexandrino de Alencar se torna um forte nome para ocupar a pasta da Marinha após o presidente eleito Afonso Pena ter percebido sua atuação e críticas ao Programa Naval de 1904, e o convite é oficializado em outubro de 1906.

As diferenças entre Júlio César de Noronha e Alexandrino Faria de Alencar remontavam à Revolta da Armada. Enquanto Noronha manteve-se legalista junto ao presidente Floriano Peixoto, Alencar, por outro lado, participara ativamente ao lado dos rebeldes, exilando-se em Montevidéu após a derrota e retornando ao Brasil, anistiado, em 1897.

O Programa “Rumo ao Mar”, como ficara conhecido o Programa Naval de 1906, concebido por Alencar, se diferenciava do Programa anterior por alguns fatores. Os Relatórios Ministeriais escritos por ele, assim como foram embasadas suas críticas ao Programa de Noronha, percebiam a necessidade da formação “educacional” do militar, propondo novos regulamentos no ensino, como as novas diretrizes incorporadas pela Escola Naval e o projeto

---

<sup>38</sup> O verbete alocado no site do CPDOC/FGV sobre o Ministro Alexandrino Faria de Alencar está disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/ALENCAR,%20Alexandrino%20Faria%20de.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2024.

de escolas profissionais por todo o país. A discordância quanto a localização do arsenal também é outro ponto fundamental do Programa “Rumo ao Mar”: Alencar não considerava apropriado remover o arsenal do Distrito Federal para o sul do estado do Rio de Janeiro, como era proposto por Noronha, e iniciara a partir disso o trâmite de remoção do arsenal para a Ilha das Cobras, na Baía de Guanabara, e próximo ao centro comercial do Rio de Janeiro:

O ponto mais conveniente para a localização do Arsenal é a Ilha das Cobras, onde já se acham os diques e grande parte das oficinas.

A construção de um cais na parte norte da ilha, para a atracação dos navios permitirá ganhar a área necessária à instalação de todas as oficinas e suas dependências. (RELATÓRIO MINISTERIAL 1907, p. 17 - adaptado).

Dentre todas as propostas e alterações do novo Programa “Rumo ao Mar”, a mais significativa, não apenas dentro da Marinha e do país, mas também que alcançara repercussão internacional, fora a encomenda junto ao estaleiro Armstrong para a construção de três encouraçados do tipo *dreadnought*, chamando a atenção do meio político, da imprensa e exaltando os ânimos da vizinha Argentina:

O programa de 1906, que revogou todo o anterior, parece ter resultado da recriação das velhas ideias dos estadistas do Império: equipamento da esquadra, que terminou por estimular uma corrida armamentista na América do Sul, inspirando terror ao Chile e à Argentina [...] (ARIAS NETO, 2014, p. 107).

A encomenda dos *dreadnoughts Minas Geraes e São Paulo*<sup>39</sup> representou uma cisão frontal ao Programa Naval de 1904 que tinha como base o “justo-meio”, concebida por Júlio César de Noronha a partir da orientação orçamentária do governo e que preconizava a aquisição de um grande número de pequenas embarcações, além de encouraçados e cruzadores – a que Martins Filho (2010, p. 141) considera como o “primeiro delírio” naval pré-Primeira Guerra Mundial.

O temor europeu sobre a “misteriosa” compra dos *dreadnoughts* pelo Brasil possuía como pano de fundo a desconfiança mútua desses Estados pela possibilidade dessa encomenda ser instrumentalizada por um terceiro – que utilizaria o Brasil apenas como intermediário. Neste contexto insere-se a supracitada questão da concorrência entre os países e estaleiros (Inglaterra x Alemanha e Armstrong x Vickers, por exemplo), e as rápidas mudanças tecnológicas ocorridas a partir da Segunda Revolução Industrial.

---

<sup>39</sup> Originalmente, um terceiro *dreadnought* havia sido encomendado: o *Rio de Janeiro*. Previsto para ser entregue em 1912, no entanto, esta encomenda fora repassada para a Turquia, que nunca o recebeu, e o mesmo acabara sendo incorporado à Marinha britânica no contexto da Primeira Guerra Mundial.

O Brasil, portanto, àquele momento, posicionava-se junto a Inglaterra como as únicas nações detentoras de um *dreadnought*, e a partir disso, houve a escalada da crise das relações entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, que se encontravam apaziguadas desde a Questão de Palmas. Assim como na Europa, a aparição do *dreadnought* pela Inglaterra desequilibrou a balança de poder<sup>40</sup> continental, enfraqueceu a influência da “Jeune École”, e fez a Alemanha perseguir alternativas para fazer frente ao poderio inglês, na América do Sul a “balança de poder” entre os seus dois maiores países pesou mais para o lado brasileiro.

João Roberto Martins Filho (2010, p. 161-163) expõe, como tentativa argentina de resposta ao Programa Naval brasileiro, as iniciativas do governo portenho, a partir de seu Congresso, de aumentar para oito milhões de libras os gastos para investimentos navais (a “lei pró-armamentos”), sendo o chanceler Estanislao Zeballos grande defensor e partidário desta posição. A supracitada lei e a forte campanha encabeçada por Zeballos em favor da mesma serão objetos de pesquisa e análise mais adiante.

#### **1.4 Breves apontamentos sobre a geopolítica Argentina e o pensamento de Segundo Rosa Storni**

Para a compreensão da geopolítica argentina e de sua estratégia naval, faz-se necessário, portanto, realizar um breve preâmbulo acerca de sua formação territorial. Marcos Antônio Fávaro Martins (2016) vê o pensamento estratégico argentino dividido entre duas distintas correntes no início do século XX: a geopolítica insular e a geopolítica continental, tendo esta última gozado de supremacia sobre a primeira a partir dos anos de 1910, e possuindo como principal articulador o político e advogado Horácio Carrillo, de posição nacionalista e ligado aos quadros da *Unión Cívica Radical* (UCR)<sup>41</sup>.

A geopolítica insular, como proposta pelo almirante Segundo Rosa Storni, diferente da corrente defendida pelo Carrillo, “é um descendente do liberalismo, trocava qualquer acréscimo de território continental pela projeção atlântica, com forte presença militar, econômica e

---

<sup>40</sup> MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul**. São Paulo: Annablume Editora, 1996.

<sup>41</sup> A *Unión Cívica Radical* (UCR), partido político mais antigo da Argentina, teve como líder Hipólito Yrigoyen, presidente que governou o país em duas oportunidades, entre 1916 e 1922 e 1928 e 1930. O partido representou a principal força política da Argentina até a ascensão de Juan Domingo Perón e do *Partido Justicialista*.

científica sobre a plataforma continental, que o autor chamou de ‘mar argentino’” (FÁVARO MARTINS, 2016, p. 19).

O almirante Segundo Rosa Storni (1876-1954), desde seu ingresso ainda jovem na Escola Naval até sua aposentadoria em 1935, ocupou altos cargos na Marinha de seu país, e chega até à posição de chanceler, na presidência de Pedro Pablo Ramírez (1943-1944). Dentre suas obras publicadas encontram-se *Trabajos hidrográficos y límite argentino en el Canal de Beagle* (1905) e *Proyecto de régimen del mar territorial* (1911). Suas duas principais obras podem ser consideradas *El mar territorial* (1926) e *Intereses argentinos en el mar* (1916), sendo esta última a base desta pesquisa e resultado da seleção de discursos proferidos pelo almirante a oficiais argentinos, além de considerada a sua obra mais importante.

De orientação política liberal, e “advogado da ordem vigente” (FÁVARO MARTINS, 2016, p. 37), Storni em sua *magnum opus*, enumera as “dificuldades físicas” encontradas pelo litoral do país e as atribui a um “chamado” ao povo argentino para solucioná-las:

hay algo de providencial en ciertos fenómenos de nuestro desarrollo histórico: así como esas tierras se salvaron para ser en el porvenir un factor primordial de nuestra grandeza, la riqueza no nos ha sido dada a los argentinos sino a condición de titánicos esfuerzos, de luchas donde se templan y renuevan las energias de las razas (STORNI, 2009, p. 141).

Numa referência à ocupação argentina dos territórios ao sul, Storni faz alusão às “Campanhas do Deserto”, uma série de expedições militares e científicas ocorridas entre os anos de 1878 e 1885 a fim de dominar e reconhecer territórios que estavam sob domínio indígena. Tal espaço político argentino, ao longo do século XIX, e ainda no contexto das “Campanhas do Deserto”, esteve dividido entre federalistas e unitários – a quem Segundo Storni se posiciona como herdeiro político:

A particularidade argentina reside no fato de que, diferentemente do Brasil, não existiu um projeto nacional consolidado na maior parte do século XIX. Seu território era fragmentado em diversas províncias autônomas. Os projetos dissidentes se agruparam em duas diferentes facções, com duas distintas propostas: a dos unitários, que advogavam pela centralização do poder em Buenos Aires e a dos federalistas, que conferiam maior autonomia às províncias (ARANHA, 2020, p. 57).

Os federalistas aglutinavam-se em torno de Juan Manuel Rosas, governador de Buenos Aires, e responsável por instaurar um governo fortemente centralizado em 1829, submetendo as demais províncias ao seu controle a partir de conchavos políticos com lideranças locais ou pela utilização da força militar. Os unitários, por sua vez, representavam setores da elite de Buenos Aires, tendo Domingo Faustino Sarmiento, presidente do país entre 1868 e 1874, e o

escritor Juan Batista Alberdi<sup>42</sup>, dois de seus representantes, além de opositores a Rosas.

O presidente Sarmiento publica, em 1845, durante exílio político no Chile, a obra *Facundo – Civilización y Barbárie – Vida de Juan Facundo Quiroga*, considerada obra fundadora da literatura argentina, e que apresenta a partir da vida e trajetória do caudilho Juan Facundo Quiroga, aspectos do caráter nacional do país, além de ilustrar a dicotomia entre a “civilização” (compreendida como Buenos Aires) e a “barbárie” (o interior indígena). Tal distinção, presente na obra de Sarmiento, pode-se dizer que também é aplicada por Storni ao conceber uma nova dicotomia entre “interior” e “litoral”. O autor pensava a ocupação do país a partir da concentração de populações nas grandes cidades do litoral platino, e via a economia argentina como prospecta à construção naval e indústria pesqueira, além de sustentada por uma forte marinha mercante. A ocupação se daria a partir dos rios, sendo formadas “cidades portuárias” – que por sua vez formariam “hinterlands” (FÁVARO MARTINS, 2016, p. 55).

Sarmiento é responsável por impulsionar na Argentina uma série de modernizações, destacando-se no campo educacional, e acompanha as inovações tecnológicas e militares da época, que foram postas em prática no contexto da Guerra Civil Americana (1861-1865). A Argentina, então, adquire as unidades navais de ferro e vapor, formando a primeira esquadra de torpedeiras do país, além de impulsionar a construção do primeiro arsenal de Marinha, na região de Zárate, em Buenos Aires. Em 1872, com a promulgação da *Ley de Armamentos Navales*, é criado um batalhão para servir à Esquadra, tornando a Marinha argentina ainda mais moderna, contando com a incorporação de monitores, bombardeiros, canhões etc (DELAMER et al, 2008, p. 214).

A “geração de 1837”, primeiro movimento intelectual argentino que se empenhara em conceber um projeto de nação após a independência - e que Sarmiento estava inserido -, influenciava os rumos do país, e tinham como anseio a “civilização”:

Alcançar a civilização europeia seria o objetivo principal traçado pela constituição. Era legítimo terminar a “conquista” do continente iniciada pelos europeus no século XVI, já que seus descendentes partilhavam (ou almejavam partilhar) seus referentes. Deveria ser o objetivo do governo, abandonar o elemento americano, indígena; povoando o país de imigrantes europeus, construindo ferrovias, indústrias, canais navegáveis, tudo que aproximasse a República da civilização (POMPEU, 2011, p. 57).

O desenvolvimento e fortalecimento da Marinha argentina, à luz do pensamento

---

<sup>42</sup> Alberdi, assim como Sarmiento, fora fortemente influenciado pela lógica positivista-evolucionista, e publica, em 1853, a obra *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, fundamental para a Constituição do país já unificado. O livro, assim como *Facundo*, de Sarmiento, reforça o papel do homem branco como “civilizador” e responsável por ocupar o “deserto”.

storniano, possuía como principal objetivo a garantia das linhas de comunicações (*SLOCs*), como é preconizado por Mahan, e o comércio com a Europa (principalmente com a Inglaterra), zelando assim pela manutenção da posição do país na divisão internacional do trabalho (STORNI, 2009, p. 44). O forte “europeísmo” de Storni<sup>43</sup> é ressaltado por Marcos Antônio Fávaro Martins (2016, p. 4) quando é observado o pouco interesse do oficial argentino no fortalecimento de relações com os países vizinhos e em projetos de interiorização do país. Este posicionamento storniano para a América do Sul remete ao europeísmo que já era explícito pelas classes dirigentes argentinas desde as Conferências Pan-Americanas no final do século XIX, e diferencia-se da “guinada” à política externa “americanista” do Brasil no mesmo período. O mar, visando a continuidade das relações comerciais com a Europa, mostra-se como a única saída para o desenvolvimento argentino, segundo Storni.

Para além da importância dada às vias marítimas, Storni (2009, p. 38-39) também reconhecia que as rotas comerciais mais importantes do Atlântico e do Pacífico estavam, respectivamente, sob domínio brasileiro e chileno, e concebia a rota atlântica, logicamente, como a de mais importância devido a preponderância das relações com a Europa. O almirante afirma, no entanto, que a descarga de mercadorias para a América do Norte, partindo do interior argentino, é mais vantajoso a ser feito pelo Pacífico. É pertinente observar que devido à criação do Canal do Panamá<sup>44</sup>, Storni chega a deslumbrar a possibilidade de ocupação argentina mais próxima ao Pacífico: “el canal de Panamá traerá una corriente de vida que ha de repercutir también en toda aquella zona argentina, a la cual sólo llega debilmente la benéfica influencia del oceano Atlántico” (STORNI, 2009, p. 39).

O fortalecimento naval e marítimo argentino possui na compra do encouraçado “*Almirante Brown*”, na década de 1880, a materialização da busca do país em cumprir dois objetivos centrais para sua geopolítica no período: a ampliação da visão estratégica para além do Rio da Prata, projetando-se aos territórios mais ao sul do continente, e se aproximar militarmente do Chile, que “había comprado dos blindados, el *Cochrane* y el *Blanco Encalada*, y poseía desde 1879 el acorazado peruano *Huáscar*, capturado al Perú durante la Guerra del Pacífico” (DELAMER et. al., 2008, p. 216).

A compra do encouraçado “*Almirante Brown*” coloca a Argentina numa posição de

---

<sup>43</sup> A postura de Storni quanto à questão das Ilhas Malvinas/Falklands é didática para ilustrar o seu “europeísmo” e importância que o mesmo dá para as relações com a Inglaterra: visando evitar dissabores com o país europeu, e preconizando a manutenção da condição argentina de agroexportadora, o almirante argentino julga necessário abrir mão das ilhas, alegando que as mesmas não precisam ser retomadas.

<sup>44</sup> Também pensado por Mahan, o Canal do Panamá teve suas obras iniciadas em 1904, e sua abertura em 1914.

relevância na América do Sul, e que perdura ainda décadas mais tarde. Storni (2009, p. 41-43), a partir de um levantamento histórico, traça alguns dos motivos que legaram à Argentina uma posição de fragilidade marítima ao longo do século XIX: a “pobreza” das ilhas de seu litoral (que confinaram a população no continente), a decadência industrial devido ao pacto colonial e a aniquilação da Marinha de guerra espanhola no processo de independência. A postura defensiva e a preferência pela atuação no litoral utilizando apenas torpedos, basicamente, ilustra a grande influência exercida pela “Jeune École” no pensamento estratégico não só da Argentina, mas como em grande parte das marinhas do mundo. A partir da década de 1890, coincidindo com a elevação das tensões entre Argentina e Chile, as ideias de Mahan ganham espaço entre os portenhos – substituindo a escola francesa da “Jeune École” -, e com isso há uma sequência de aquisições de embarcações, encouraçados e navios logísticos. O ímpeto argentino nesta mudança de pensamento estratégico tem como objetivo, também, assegurar os limites fronteiriços e reivindicações ao sul, sobretudo em relação ao Chile.

Tendo amenizadas as contendas fronteiriças com o Brasil, a estratégia argentina, ilustrada pela sua nova diretriz naval, volta-se à ocupação do sul do país. A constituição de uma Argentina “forte e grande”, como desejada por suas classes dirigentes, passava necessariamente pela presença militar terrestre na Patagônia, representada nas “Campanhas do Deserto” iniciadas ainda na década de 1870 pelo presidente Julio Roca.

O papel da Marinha argentina, antes centrado na defesa de Buenos Aires e do Rio da Prata (STORNI, 2009, p. 40) no final do século XIX, passa a centrar-se na defesa de sua costa atlântica, proteção de ilhas e terra ao sul, além da aquisição de novas embarcações. O ano de 1898, por exemplo, mostra-se como central para o poder naval argentino por dois fatores principais: pela criação da Intendência da Base Naval de Puerto Belgrano (BNPB) e a criação, por lei, do Ministério da Marinha, pelo presidente Julio Roca, que fora um grande articulador do fortalecimento naval do país.

Como exposto, Storni, amparado por Mahan, disserta sobre a importância, e ao mesmo tempo, dificuldades de implementar uma “cultura naval”, a fim de estimular e fixar a ocupação do litoral. Ele percebe que ações políticas como o serviço militar obrigatório, o incentivo à prática de esportes náuticos e o próprio estímulo ao lazer no litoral (ida a praias, por exemplo), poderiam desempenhar funções de incremento e fomento à “cultura naval” (STORNI, 2009, p. 58-62).

Como também apresentado, o almirante Segundo Rosa Storni, atento ao lugar situado pelo seu país no contexto internacional no início do século XX, reconhece e concebe questões acerca da estratégia naval argentina. A geopolítica brasileira e suas reflexões quanto à mesma

questão, ainda no século XX, também possui como parte de suas preocupações o Atlântico Sul, como fora ilustrado no início do capítulo.

O general do Exército Brasileiro Golbery do Couto e Silva, a fins de comparação, possui seu pensamento geopolítico inserido dentro de um contexto de bipolarização mundial na metade do século XX. Oficial e detentor de uma alta patente, assim como Storni, ele percebe a necessidade de uma maior defesa da costa brasileira por temer um certo “expansionismo” soviético à época, como já se mostrava presente e atuante nos processos de descolonização e independência de países africanos, no outro lado do oceano, em especial o exemplo angolano. Além disso, ao preconizar uma certa ideia de “defesa do Ocidente”, o general observa na aliança do Brasil com os Estados Unidos uma “estratégia de contenção” ao comunismo:

Pelo prestígio de que já goza no continente e no mundo, pelas suas variadas riquezas naturais, pelo seu elevado potencial humano e, além disso, pela sua inigualável posição geopolítica ao longo do Atlântico Sul, (o Brasil) ocupa situação de importância singular quanto à satisfação de todas essas imperiosas necessidades de defesa do Ocidente (COUTO E SILVA, 1981, p. 246).

Esta breve comparação com o intuito de finalizar o capítulo, entre o general brasileiro Golbery Couto e Silva e o almirante argentino Segundo Rosa Storni, mostrou-se necessária para apresentar semelhanças e diferenças entre os dois países no âmbito da política externa e no que diz respeito às estratégias navais no Atlântico no século XX. A proposta comparativa continuará no capítulo seguinte, onde buscaremos interpretar as posições de Rio Branco e Estanislao Zeballos quanto a “Esquadra de 1910”, bem como suas respectivas concepções de Estado-nação.

## 2 ZEBALLOS E RIO BRANCO E O ESTEREÓTIPO DE RIVALIDADE: A DISPUTA PELA SUPREMACIA SUL-AMERICANA

### 2.1 Estanislao Zeballos: a concepção de uma Argentina

Este capítulo busca compreender, primeiramente, as trajetórias particulares de Estanislao Zeballos, na Argentina, e Rio Branco, no Brasil, e compreender de que forma os mesmos ascenderam na hierarquia diplomática de seus países, e como reproduziram e deram continuidade ao “estereótipo de rivalidade” (MELLO, 1996) entre Argentina e Brasil.

Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle (1967), historiadores das Relações Internacionais, ao fundamentarem os pressupostos epistemológicos do campo, dissertam sobre a importância de compreender as motivações, trajetórias e influências dos atores da política internacional a fim de melhor compreender a diplomacia como objeto de estudo em sua totalidade:

Estudar as relações internacionais sem levar em alta linha de conta concepções pessoais, métodos, relações sentimentais do homem de Estado, é negligenciar um fator importante e por vezes essencial (RENOUVIN; DUROSSELE, 1967, p. 6).

A partir desta perspectiva, e visando a compreensão da trajetória de Estanislao Severo Zeballos, faz-se necessário, portanto, conhecer parte de sua atuação política e intelectual para interpretar alguns dos conceitos e desenlaces que aqui serão expostos. De personalidade multifacetada, que “transitó por la política, los círculos intelectuales, la ciencia y las relaciones internacionales” (CASTRO, 2014, p. 185), Zeballos nasceu na cidade de Rosário, província de Santa Fé, no ano de 1854, onde desde jovem se mostrara atuante e vocacionado para a vida pública, atuando como secretário da campanha presidencial de Bartolomé Mitre<sup>45</sup>.

Devido à influência e ligações políticas de sua família aos grupos políticos de Santa Fé, Zeballos consegue, por meio de uma bolsa de estudos, estudar numa das mais tradicionais instituições do ensino secundário da capital, o Colegio Nacional de Buenos Aires. Com o fim

---

<sup>45</sup> Como explica Grejo (2016, p. 25-26), a política argentina centrava-se em Buenos Aires, que àquele momento dividia-se em dois grupos: os nacionalistas, aglutinados por Bartolomé Mitre, e que defendiam a nacionalização da província de Buenos Aires e sua subordinação ao poder central, e os autonomistas, liderados por Adolfo Alsina, que se aliam aos grupos políticos do interior do país objetivando o fim do governo de Mitre, que governou Buenos Aires entre 1860 e 1862 e presidiu a Argentina entre 1862 e 1868.

de sua bolsa, e visando continuar na cidade de Buenos Aires e aprofundar seus canais de contatos e participação na vida política e cultural do país, Zeballos consegue um emprego no *La Prensa*, e passa a trabalhar como cronista no periódico (GREJO, 2016, p. 48).

Homem público e com facilidade no trânsito entre as instâncias políticas<sup>46</sup>, Zeballos se afasta do “mitrismo” ainda na juventude e adere ao projeto político de Julio Argentino Roca e seu “Partido Autonomista Nacional” (PAN)<sup>47</sup>. Sua obra *La conquista de quince mil leguas*<sup>48</sup>, publicada em 1878, é instrumentalizada por Roca para legitimar as “campanhas do deserto”, no entanto, assim como ocorrera anteriormente junto a Mitre, Zeballos se distancia de Roca sobretudo devido ao apoio do mesmo a um rival político em sua província natal, Santa Fé (CASTRO, 2014, p. 185).

O ano de 1880, e a década que a partir dele se inicia, corresponde não apenas a um período simbólico, mas como uma fase da história política argentina onde há de fato o início de um processo de consolidação do Estado, em que o país, acompanhando os movimentos políticos da Europa, os vultos da Revolução Industrial, e as ondas imigratórias, começa a pensar a si mesmo como um moderno Estado-nação<sup>49</sup>.

A “geração de 1880”<sup>50</sup>, a que Zeballos fez parte, vislumbrava essa “nova Argentina” com entusiasmo, onde tal progresso econômico se juntava ao ímpeto dos imigrantes europeus que lá chegavam com o anseio em “fazer a América”<sup>51</sup>. Aqui, podemos pontuar, portanto, duas

<sup>46</sup> Zeballos ocupa os cargos de deputado provincial e nacional, chanceler nos governos de Juárez Celman (1886-1890), Carlos Pellegrini (1890-1892) e José Figueroa Alcorta (1906-1910), diplomata no México e nos Estados Unidos, jurista no Tribunal Internacional de Haia e docente na Universidade de Buenos Aires.

<sup>47</sup> Um dos partidos conservadores da “era oligárquica” argentina, entre o final do século XIX e início do século XX, o PAN (Partido Autonomista Nacional) fora fundado em 1874, e teve como primeiro presidente Nicolás Avellaneda (1874-1880), sucedido por Julio Roca (1880-1886) – sendo este último seu principal nome.

<sup>48</sup> A obra, escrita em poucas semanas, fora encomendada pelo próprio presidente Roca com o intuito de convencer o Congresso argentino a financiar as expedições das “campanhas do deserto”. A partir dessa obra concebida por Zeballos, podemos perceber o seu interesse pela “Argentina profunda” e como o mesmo percebia o país a partir de sua geografia. Grejo (2016, p. 172) reforça que o ímpeto “etnógrafo” de Zeballos está presente em grande parte de seus escritos, como o livro *Viaje al país de los araucanos*, de 1881.

<sup>49</sup> A Argentina, chamada de “celeiro do mundo” no início do século XX por ser o maior agroexportador do planeta, também possuiu o maior PIB per capita do mundo neste período. Entre as décadas de 1870 e 1920, o país recebeu o maior número de imigrantes na história do planeta (DEVOTO, 2000 apud GREJO, 2016, p. 109).

<sup>50</sup> A “geração de 1880”, na Argentina, correspondeu a um grupo de políticos e intelectuais que governou o país durante toda esta década até o ano de 1916. De orientação conservadora e ligada às elites agroexportadoras, o grupo presenciou momentos de grandes mudanças no país, seja pelo forte crescimento econômico, a imigração e a expansão territorial aos pampas e à região patagônica (FERRERAS, 2006).

<sup>51</sup> O historiador Roberto Cortés Conde (1997) ressalta o exponencial crescimento populacional argentino que acompanhara seu crescimento econômico: entre 1870 e 1914 o PIB do país crescera, em média, 5% ao ano, e a população, por sua vez, avançou de 1.736.923 habitantes, em 1869, para 7.885.237 no ano de 1914. Este crescimento

problemáticas que acompanhavam este fluxo imigratório transatlântico: o primeiro corresponde ao fato de que os europeus que aportavam na Argentina, constituindo-se, majoritariamente, como mão de obra interessada à atividade agropecuária, acabara por se concentrar na região de Buenos Aires e centros urbanos próximos, não se distribuindo para o restante do país da forma esperada pelas classes dirigentes; o segundo, mais grave, se relaciona com as condições insalubres de trabalho e moradia que estes imigrantes encontravam na capital, fazendo com que muitos destes ameaçassem a “ordem pública” por trazerem consigo da Europa “ideias perigosas e subversivas” (GREJO, 2016, p. 114), como o comunismo e o anarquismo.

Martín Castro (2014) apresenta neste contexto de “agitações” na capital argentina a “Liga Patriótica Argentina”, organização política que liga Estanislao Zeballos a Manuel Domecq García, personalidade já tratada anteriormente neste trabalho. Fundada no final da década de 1910<sup>52</sup>, a associação fora integrada por Zeballos e presidida por Domecq García, e possuía um discurso nacionalista, antissindical, e preocupado com a formação da “nova sociedade argentina”, além de possuir uma disciplina e organização paramilitar fortemente atuante no combate às crescentes “ideias subversivas” na capital.

No Brasil, a fim de comparação, também houve uma iniciativa similar à “Liga Patriótica Argentina”, ao menos no sentido de preservação do “civismo” e preocupação com a formação dos “novos brasileiros”, a chamada Liga da Defesa Nacional<sup>53</sup>. Os desafios do alvorecer do novo século, os nacionalismos exacerbados e a concorrência entre Estados no contexto pré-Primeira Guerra Mundial mobilizaram a criação da Liga em 1916, por Olavo Bilac, que viera se tornar mais tarde o patrono do serviço militar obrigatório.

O Chile, voltando aqui à questão argentina, sempre fora vista com desconfiança por Buenos Aires e motivo de inquietações pessoais de Estanislao Zeballos. Gustavo Ferrari (1974), ao dissertar sobre o que ele chamara de “nacionalismo liberal” por parte de Zeballos, percebia em seus escritos, sobretudo no periódico *La Prensa*, a urgente necessidade do fortalecimento

---

populacional está intrinsicamente ligado à forte imigração europeia. Ver: ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. Rio Branco, Grande Estratégia e Poder naval. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p. 117.

<sup>52</sup> A “Liga Patriótica Argentina”, originalmente, fora constituída no ano de 1898, possuindo o próprio Zeballos como um de seus componentes, e fora criada no contexto das disputas territoriais com o Chile. Com existência efêmera, a Liga se dissolveu com o fim das instabilidades diplomáticas entre Buenos Aires e Santiago. A organização homônima criada em 1919, portanto, defendia outras ideias e estava integrada a outro momento histórico e social do país. Apesar da segunda “Liga Patriótica Argentina” (1919-1969) não estar inserida no recorte temporal da pesquisa, faz-se necessário a sua apresentação para justificar a multiplicidade da ação política de Estanislao Zeballos. Ver: ROMERO, Ana Leonor. Movilizaciones patrióticas y crisis política: La Liga Patriótica Argentina (1898). Buenos Aires: Anuario del Instituto de Historia Argentina, e. 124, 2020.

<sup>53</sup> A ideologia do “soldado-cidadão”, a questão do serviço militar obrigatório e o “civismo” brasileiro, bem como a própria fundação da Liga de Defesa Nacional, são temas analisados por Dalvit de Paula (2017).

militar do país, a defesa do território nacional e uma revisão histórica dos limites nacionais. A ameaça chilena e a falta de certa coesão territorial do país despertava em Zeballos um grande interesse pelo estudo sistemático da formação da Argentina, nos âmbitos doméstico e externo, e isso é exposto em sua atividade *na Revista de Derecho, Historia y Letras*<sup>54</sup>:

Dentre suas preocupações temáticas, podemos destacar os índios, a conquista e a colonização da Argentina; estudos de caráter antropológico, sobre a formação da nação, além de vasta produção com relação à história das relações internacionais da Argentina (GREJO, 2016, p. 53)

Tal racionalização das fronteiras e território argentino por Zeballos, como exposto, também fora realizado no Brasil a partir da atuação do Rio Branco, e pode ser interpretado à luz do pensamento weberiano e do próprio Benedict Anderson. Weber (1997 apud GUIBERNAU, p. 93) concebe o Estado como “uma comunidade humana que, de maneira bem-sucedida, pretende o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um dado território”. Tal definição está intrinsecamente ligada ao poder, seja o poder dentro de um Estado, seja entre Estados. O autor alemão compreende a existência de um Estado como condição *sine qua non* para o livre exercício da expressão da “nacionalidade”, o que era deveras importante para a consolidação dos Estados-nacionais no século XIX.

Benedict Anderson (2008), por sua vez, observa o mapa (e, logicamente, a delimitação das fronteiras de um país) como uma das formas de racionalização do espaço político dos Estados, e no âmbito de nossa pesquisa, Zeballos e Rio Branco desempanham papéis importantes acerca dessas questões.

Favaro Martins (2016) reconhece a “consciência nacional argentina” marcada pela dualidade entre os unitários de Buenos Aires e os federalistas do interior do país. O primeiro, liberal e comercial (devido a sua proximidade do porto), e o segundo, mais autoritário e hierárquico (representando um certo “espírito gaúcho interiorano” como ethos). O historiador estadunidense Nicolas Shumway (2008) ilustra tal dicotomia presente na Argentina a partir do que ele chama de “ficções-diretrizes”, tendo aqui a literatura papel importante para expor essas duas sociedades distintas dentro do país: a obra *Facundo: Civilización y Barbarie*, de 1845,

---

<sup>54</sup> Estanislao Zeballos fundou e foi o editor da *Revista de Derecho, Historia y Letras*, que circulou entre o meio intelectual e político argentino entre os anos de 1898 e 1916. A partir das páginas do periódico, podemos compreender as nuances do pensamento de Zeballos, suas ligações e influências políticas e o momento histórico pelo qual passava a Argentina. Em nosso trabalho aqui exposto, e que será aprofundado adiante, nos interessa mais os temas ligados à defesa nacional e as relações da Argentina com o Brasil. Para isso, fora selecionada a obra *Diplomacia Desarmada*, publicada em 1974 pela EUDEBA (Editora da Universidade de Buenos Aires), que corresponde à uma série de artigos escritos por Zeballos sobre o Rio Branco e o programa naval brasileiro.

escrito por Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888)<sup>55</sup>, mostra o espírito bonaerense como “moderno”, centralizador e fortemente “europeísta”; o poema *El Gaucho Martín Fierro*, de 1872, escrito pelo poeta José Hernandez, por sua vez, trata do arquétipo “criollo” federalista, do interior, enraizado em suas tradições ibéricas e autóctones, e considerado “bárbaro” pelo primeiro.

Tal dicotomia presente na formação política e cultural do país, portanto, dificulta a identificação da gênese de uma “escola geopolítica” argentina, ou até mesmo uma estratégia nacional mais arrojada, como houve no Brasil, Estado herdeiro de uma tradição política monarquista que prezou pela centralização e unidade territorial<sup>56</sup>.

Estanislao Zeballos, seguindo o unitarismo bonaerense, posicionava-se favorável aos fundamentos que Storni<sup>57</sup> formulou sobre a questão marítima argentina: a primazia política e econômica da cidade-porto (Buenos Aires) sobre o interior<sup>58</sup>, a preconização do modelo econômico agroexportador (conforme exposto também no primeiro capítulo deste trabalho) e a aproximação da Argentina aos interesses econômicos e geopolíticos da Inglaterra.

À luz da discussão teórica sobre nacionalismos, que será abordada mais adiante (principalmente no caso brasileiro com o Rio Branco), é de certa forma imprescindível considerar o contexto colonial e a extensão territorial argentina no período para pensar tal questão em nosso recorte temporal.

A referida balcanização do território argentino ao longo de todo o século XIX é exposta

---

<sup>55</sup> Domingo Faustino Sarmiento foi presidente da Argentina entre os anos de 1868 e 1874. Sua atuação enquanto homem público, bem como sua obra *Facundo*, um dos marcos da literatura argentina, são alguns dos vultos que podem representar o que ficara conhecido como a “geração de 1837”, o primeiro grande movimento intelectual bonaerense estabelecido após a independência. Com um projeto à época considerado moderno, e que visava a cisão dos laços com a metrópole espanhola (assim como um desprezo à herança ibérica na Argentina), os jovens intelectuais da “geração de 1837” se posicionavam contra o governo de Rosas, e foram fortemente influenciados pelas discussões sobre democracia, liberalismo e romantismo em voga. Além de Sarmiento, alguns outros nomes que podem ser associados a este movimento são Bartolomé Mitre e Juan Bautista Alberdi.

<sup>56</sup> Essa questão é trabalhada por Demétrio Magnoli em sua tese de doutorado em Geografia Humana defendida na USP, em 1996, e intitulada “Corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)”. O nacionalismo brasileiro e a “cronologia” de seu pensamento geopolítico, também tratado por Magnoli, será analisado mais adiante neste trabalho.

<sup>57</sup> Ver: GUGLIAMELLI, Juan Enrique. *Geopolítica del Cono Sur*. Buenos Aires: El Cid Editor, 1979. Juan Enrique Gugliamelli (1917-1983) foi oficial do Exército Argentino e um dos formuladores da geopolítica argentina no contexto da Guerra Fria.

<sup>58</sup> Gabriel Peixoto (2020), interpretando tal pensamento storniano a partir da influência de Carl Schmitt, enxerga a geopolítica argentina como baseada na dialética entre terra (forças telúricas) e mar (forças talassocráticas). Alfred Mahan, como exposto no primeiro capítulo do trabalho, também expõe ideias próximas.

pela primeira vez por Vicente Quesada (1830-1913)<sup>59</sup> a partir da ideia de “Gran Argentina”, que estimula nas classes dirigentes do país um sentimento irredentista. O “irredentismo”, termo de origem italiana, surge durante o século XIX no contexto do processo de unificação da Itália, onde este reivindicava terras para além da Península Itálica, abrangendo territórios pertencentes, à época, ao Império Austro-Húngaro. Rodolfo Chagas (2017) ao dissertar sobre movimentos nacionalistas na Europa, sintetiza tal conceito:

Existem, também, os nacionalismos extraterritoriais, ou seja, aqueles que se remetem a grupos nacionais que estão espalhados para além das fronteiras dos Estados. A este movimento, dá-se o nome de irredentismo, que se refere à aspiração de um povo em perfazer sua unidade territorial nacional, anexando terras estrangeiras (ou irredentas), baseando-se em precedentes históricos, identidade étnica etc (CHAGAS, 2017, p. 24).

No contexto da América do Sul, o “irredentismo boliviano” talvez seja o mais recente e onde a discussão, por vezes, volta à tona ao mobilizar instâncias e tribunais internacionais<sup>60</sup>. A Bolívia, que assim como a Argentina, também possui uma posição geográfica “mediterrânea”, reivindica uma saída ao mar, sendo tal proposição deveras popular no país e oficializada pelo Estado Plurinacional da Bolívia desde 2009. A Guerra do Pacífico, ocorrida entre 1879 e 1883, e responsável pela perda boliviana do acesso ao mar, fez o país ceder a região litorânea de Antofagasta ao Chile, país vencedor do conflito.

O historiador argentino Cristian Di Renzo (2018), a partir de estudos utilizando como referencial teórico o supracitado conceito de “comunidade imaginada”, de Benedict Anderson, reconhece Estanislao Zeballos como figura arquetípica do “nacionalismo territorial argentino”, que possui o “mito virreinal” uma de suas principais particularidades: tal “sonho” como baseado numa “reconstituição” do Vice-Reino do Rio da Prata, pautada no ímpeto irredentista argentino, e o “passado glorioso” do país, que a partir de sua condição como um vice-reinado da Coroa Espanhola<sup>61</sup>, aglutinara regiões correspondentes aos atuais territórios de Bolívia, Paraguai,

---

<sup>59</sup> Vicente Gregorio Quesada foi um importante intelectual, diplomata e jornalista argentino. Ativo ao longo do século XIX, ele acompanhou diversas transformações do país, tendo muitas de suas ideias expostas nas páginas da *Nueva Revista de Buenos Aires* (1881-1885), fundada por ele e por seu filho, Ernesto Quesada (1858-1934), outro importante intelectual da vida pública argentina e integrante da “geração de 1880”.

<sup>60</sup> Ver: REIS, Júlia. As disputas do Chile e Bolívia na Corte Internacional de Justiça. CEBRI-Revista, n° 11, ano 3, 2024.

<sup>61</sup> A Coroa Espanhola, visando a melhor administração de seus domínios ultramarinos, buscou utilizar nesses a mesma divisão administrativa que fundamentava seu próprio território: a designação de vice-reis. Na América, os territórios ultramarinos espanhóis correspondiam aos vice-reinos de Nova Granada, Peru, Nova Espanha e Rio da Prata, sendo todos esses subordinados à figura de um vice-rei.

Uruguai, Chile, Peru e Brasil<sup>62</sup>:

Explicamos que una nación se imagina como comunidad porque se halla en el seno de la misma, un profundo compañerismo de carácter horizontal que sirve de base hacia la diferenciación con otras comunidades imaginadas de características disímiles. Sin embargo, tal diferenciación, puede derivar en enfrentamientos armados basados en un nacionalismo imaginado (DI RENZO, 2018, p. 51).

O irredentismo de Estanislao Zeballos, todavía, não pode ser interpretado, porém, como uma simples “nostalgia” abstrata (DI RENZO, 2018, p. 50), mas sim por uma convicção da existência de um “destino manifesto” argentino, onde o “mito virreinal” deveria ser o norte adotado pela política externa do país.

O “nacional-territorialismo”, expressão empregada por Di Renzo, encontrara ecos até o século XX: o diplomata e pesquisador brasileiro Eduardo dos Santos (2016) afirma que o oficial argentino Jorge Atencio, na obra *Qué es la geopolítica*, de 1965, ressaltara a grande influência da geopolítica alemã (sobretudo a ideia de *lebensraum*, “espaço vital”) no pensamento estratégico do país sob o governo de Juan Domingo Perón, que tentara reviver a “Gran Argentina” na década de 1940. Carlos Escudé (1984), por sua vez, disserta que tal concepção irredentista da Argentina fez parte e fora instrumentalizada pelos governos militares que ocuparam a Casa Rosada durante a década de 1970, no contexto do Conflito de Beagle<sup>63</sup>.

A restauração do Vice-Reino do Rio da Prata como “objeto” responsável por animar os brios nacionalistas argentinos entre os séculos XIX e XX, como fora exposto, é estudado também pelo historiador Paulo Cavaleri na obra *La restauración del Virreinato: orígenes del nacionalismo territorial argentino* (2004). Zeballos, assim como seus contemporâneos da “geração de 1880”, via tal ideia como prédica capaz de dar sustentação aos impulsos nacionalistas da Argentina e seu projeto de tornar-se hegemônico na América do Sul. A “geração de 1880”, neste sentido, se diferenciava das classes dirigentes do início do século XIX (entre os quais podemos incluir a supracitada “geração de 1837”), que acompanharam a independência do país em 1812.

---

<sup>62</sup> O atual território do estado brasileiro do Rio Grande do Sul compôs o Vice-Reino do Rio da Prata, sendo recuperado por Portugal em definitivo no ano de 1777, no contexto dos conflitos hispano-portugueses no Cone Sul.

<sup>63</sup> O “Conflito de Beagle” foi um contencioso entre Argentina e Chile reascendido no século XX pelos governos militares de ambos os países sobre a posse de três ilhas localizadas na entrada leste do Canal do Beagle (Picton, Nueva e Lennox). A tensão, perpetuada até a década de 1980, fora apaziguada a partir de uma mediação direta do Papa João Paulo II. Ver: PASSETTI, Gabriel. A construção de uma crise: usos da história por intelectuais argentinos na contestação aos tratados com o Chile nas décadas de 1960 e 1970. In: Diálogos. Maringá: v. 22, nº 1, p. 139-156, 2018.

Vicente Quesada, novamente, desempenhara papel importante quanto à questão do “mito virreinal”, e enumera algumas razões que influenciaram o fim do Vice-Reinado: o liberalismo, o sentimento “antiargentino” de Simón Bolívar<sup>64</sup> e o apoio do Império do Brasil à neutralidade uruguaia e ao Paraguai<sup>65</sup>:

El mito de una nación desmembrada tras la independencia promovió sentimientos negativos hacia los países vecinos: desconfianza hacia Brasil y Chile; desprecio hacia Paraguay, Bolivia y Uruguay (CRUZ, 2005, p. 181).

A partir das páginas da *Nueva Revista de Buenos Aires*, na década de 1880, Quesada passa a considerar também a Patagônia como território argentino, sendo que a mesma não fazia parte de sua divisão administrativa original. As “Campanhas do Deserto” (1778-1885) e o temor de contendas com Brasil e Chile foram dois dos fatores que explicam esta posição do autor quanto à região patagônica. A condição geográfica mediterrânea da Argentina entre Brasil e Chile fez com que suas classes dirigentes, e principalmente Estanislao Zeballos, temessem um “conflito em duas frentes” – e até conluios entre Santiago e Rio de Janeiro:

Na realidade, a porção meridional da América do Sul conhecia, no final do século XIX, um sistema tripolar, em que Brasil e Chile apareciam como aliados de conveniência contra uma Argentina cada vez mais assertiva (ALSINA JÚNIOR, 2015, p. 122).

Por fim, este preâmbulo acerca da trajetória de Estanislao Zeballos e a apresentação de parte de sua atuação política fez-se necessário para a comparação com o Rio Branco, que será exposta a seguir, bem como para ilustrar as posições e as relações entre os dois estadistas no âmbito do debate acerca da “Esquadra de 1910”.

---

<sup>64</sup> “Para Quesada las razones que condujeron a la disolución del Virreinato fueron: el liberalismo emanado del Contrato Social, así como la actuación del Imperio del Brasil, el cual apoyó a los paraguayos y procuró la neutralidad de Uruguay al fracasar en sus empeños de anexión; además Simón Bolívar también contribuyó a ello cuando, animado de un sentimiento antiargentino, vio por la instauración de un gobierno independiente en el Alto Perú” (CRUZ, 2005, p. 180).

<sup>65</sup> É de certa forma notável o “ressentimento” de parte das classes dirigentes argentinas quanto ao Estado paraguaio e sua emancipação política. O militar Segundo Rosa Storni, já estudado neste trabalho, ao dissertar sobre a coesão nacional argentina, propaga fortes declarações contra o Paraguai e seu povo: “En el Paraguay la política de ese hombre funesto que se llamó José Gaspar López Francia, facilitada por el pueblo más dócil y menos aspirante de la tierra, consiguió levantar una muralla contra esta puerta de la civilización, con resultados que aquella nación debió experimentar dolorosamente en todo un siglo” (STORNI, 2009, p. 43).

## 2.2 Rio Branco: “ubique patriae memor”

O historiador Eric Hobsbawm, na obra *Nações e nacionalismo desde 1780* (1991), ao reconhecer o século XIX como o “século da construção das nações”, realiza um levantamento das diferentes abordagens até então concebidas sobre o tema, expondo o período de 1968 até 1988 como de grande produção bibliográfica que buscava refletir sobre este fenômeno social, indo de encontro às reivindicações e crises de paradigmas da década de 1960, o contexto pós-Segunda Guerra Mundial, a bipolarização política e econômica do planeta e os processos de descolonização de países africanos e asiáticos que acompanhavam, por sua vez, o surgimento de nacionalismos periféricos, tornando o debate inicial ainda mais complexo para historiadores e cientistas sociais.

Hobsbawm (1991, p. 19) reconhece o Estado e o nacionalismo como formador das nações, e não o oposto, e é justamente a partir dessa premissa que buscaremos compreender a atuação e o engajamento de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, para tornar brasileiras as possessões territoriais no norte e sul do país, assim como anteriormente buscamos também analisar a atuação de Estanislao Zeballos na consolidação do Estado-nação argentino, visando a “racionalização” do território, a criação de uma identidade nacional e a assimilação e inserção dos imigrantes na sociedade argentina.

O nacionalismo brasileiro republicano, pelo menos até a década de 1960<sup>66</sup>, fora instrumentalizado pela política externa, sendo esta uma das responsáveis por afirmar o Brasil dentro da América do Sul e para o diferenciar do restante das repúblicas hispânicas da região<sup>67</sup>. Luís Cláudio Santos (2012, p. 12), sobre esse objeto, observa a “política externa como vetor de criação de identidades coletivas”, sendo o Rio Branco um dos personagens fundamentais para a consolidação do nacionalismo brasileiro num período de fragilidade institucional do Estado

---

<sup>66</sup> A política externa brasileira desempenhara, ao menos até o início da década de 1960, papel estratégico importante ao país. A chamada PEI, a Política Externa Independente, implantada em 1961 com o presidente Jânio Quadros, buscou “atualizar” o Itamaraty frente ao novo cenário internacional que se desenhava (bloco ocidental e bloco soviético). Com a queda de João Goulart, em 1964, tal diretriz na condução da diplomacia brasileira se perdeu. Apenas no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), com o chamado “Pragmatismo Ecumênico e Responsável”, e nos governos do presidente Lula (2003-2011), com a “política externa ativa e ativa” do chanceler Celso Amorim, a diplomacia do Brasil voltara a ter algum grau de destaque internacional e algum tipo de influência no âmbito doméstico.

<sup>67</sup> O historiador e diplomata João Paulo Alsina (2015, p. 150-151) expõe a visão do Rio Branco e de parte das elites saquaremas sobre os vizinhos da América do Sul, sendo estes enxergados como “anárquicos” e “caudilhos”, distantes do modelo de coesão social e política do Império do Brasil. Esse “excepcionalismo” brasileiro no continente era defendido por Rio Branco e pode ser explicitado ao longo de sua trajetória no comando do Itamaraty.

no contexto pós-Proclamação da República.

Filho do Visconde do Rio Branco, um dos mais influentes políticos do Império, Paranhos Júnior<sup>68</sup> cresceu num ambiente rodeado de figuras influentes da vida pública brasileira, e acompanhara seu pai em inúmeras atividades políticas, até se tornar seu secretário em caráter oficial, no início da década de 1870.

Sua primeira função pública se deu como deputado pela província do Mato Grosso (1869-1875), apoiado por seu pai, que na época exercia a função de Senador pela mesma província. No entanto, com a constatação da pouca vocação para a política, Paranhos Júnior busca no serviço exterior brasileiro uma forma de posicionamento profissional, e passa a ocupar o cargo de Cônsul em Liverpool, na Inglaterra<sup>69</sup>.

Santos (2012, p. 77) disserta sobre como o golpe republicano, para o Barão, afetara suas convicções políticas e vida pessoal. Junto ao seu amigo Eduardo Prado, é exposto que o mesmo colaborara com a obra *Fastos da Ditadura Militar no Brasil* (1890), utilizando pseudônimo. Cabe destacar também a sua colaboração ao *Jornal do Brasil*, veículo oposicionista ao governo republicano instaurado, onde o Barão, mais uma vez colabora utilizando pseudônimo:

Mas, publicamente, Paranhos ocultava sua oposição à República e não se eximia de contatos com as autoridades do novo regime (...) Do mesmo modo, cortejou o então ministro da Guerra, Floriano Peixoto, a quem enviou o terceiro volume de seus comentários sobre a obra de Schneider sobre a Guerra da Tríplice Aliança (SANTOS, 2012, p. 80-81)

A utilização de pseudônimos por parte do Rio Branco visando externar suas opiniões sobre a política doméstica e o regime republicano é amplamente estudada por historiadores<sup>70</sup>, onde a partir da perspectiva do nosso trabalho, tal característica da trajetória do Barão o distingue novamente de seu rival argentino, Estanislao Zeballos, que além de possuir um periódico (a *Revista de Derecho, Historia y Letras*), não se importava em polemizar e explicitar seus registros literários e opinativos em diversos veículos, como o *La Prensa*.

---

<sup>68</sup> Paranhos Júnior recebeu o título de “Barão do Rio Branco” diretamente da princesa Isabel por intermédio de João Alfredo Correia de Oliveira, destacado político brasileiro e muito próximo de seu pai – sendo um dos auxiliares do Visconde do Rio Branco quando este ocupava o cargo de ministro do Império (SANTOS, 2012, p. 71).

<sup>69</sup> As conexões políticas do Rio Branco e de seu pai o ajudaram nessa questão. Alsina Júnior (2015, p. 147) salienta que a amizade da família Paranhos com Duque de Caxias, à época chefe do Gabinete do Império, fora determinante para a nomeação de Paranhos Júnior ao cargo de Cônsul brasileiro na Inglaterra.

<sup>70</sup> Um trabalho relevante acerca desse assunto é a dissertação de Mestrado “O publicista oculto: o Barão do Rio Branco e a imprensa do Rio de Janeiro (1889-1912)”, defendida na Universidade Estadual Paulista (UNESP) em 2018, por Renato Saiani.

Apesar de toda a truculência do regime republicano contra opositoristas<sup>71</sup>, o Barão é escolhido por Floriano Peixoto para representar o país na “Questão de Palmas”:

Passou ele então a corresponder-se com o ministro em Buenos Aires, Assis Brasil, e fez procurar documentação para sustentar o pleito brasileiro em vários arquivos da Europa. Em Washington, recebeu o apoio de Salvador de Mendonça, ministro brasileiro junto ao governo estadunidense (SANTOS, 2012, p. 82).

Após o sucesso neste imbróglio, Rio Branco é alçado à condição de herói nacional, definitivamente, após nova vitória na “Questão do Amapá”<sup>72</sup>, e conseqüentemente se torna o grande nome da diplomacia brasileira e cotado para assumir o Itamaraty, que veio ocorrer no final do ano de 1902, com o presidente Campos Sales, cujo governo fora marcado pela estabilidade política e econômica.

A complexidade da situação política brasileira entre os séculos XIX e XX pode ser ilustrada a partir da história de ascensão do próprio Barão do Rio Branco: monarquista convicto, viveu durante o Império, de certa forma, sob a sombra de seu pai. Na república, no entanto, devido a uma sucessão de acontecimentos, como já expostos, Rio Branco acabara por integrar a “nova ordem política e cultural” (SANTOS, 2012, p. 87).

A compreensão das tradições políticas do período imperial, dividida entre o conservadorismo centralizador dos saquaremas e o liberalismo “café com leite” dos luzias faz-se necessária para estudar não apenas a história do Brasil entre o século XIX e a Primeira República, mas também para entender as influências do Rio Branco – e como ele testemunhara essas duas distintas épocas:

ficou a sensação difusa de que, no Brasil, a nação parece ter nascido duas vezes: como monarquia parlamentar unitária, em 1822; e como república presidencialista ultrafederativa, em 1889 (LYNCH, 2014, p. 20).

<sup>71</sup> Além do supracitado caso do Rui Barbosa, que por causa da acusação de ser um dos mentores intelectuais da Revolta da Armada, busca exílio fora do país, podemos destacar também o caso de Joaquim Nabuco, um dos mais destacados homens públicos do Império, e que teve de buscar reclusão na ilha de Paquetá, na Baía de Guanabara. Amigo pessoal de Rio Branco, ambos costumavam trocar correspondências e cartas sobre a situação política do país, diplomacia e desabafos pessoais. Ver: HEINSFELD, Adelar. O papel de Joaquim Nabuco na política externa de Rio Branco. In: IV Encontro Estadual de História – O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o nacional e o regional, 2010, Santa Maria. Caderno de Resumos dos X Encontro Estadual de História, 2010.

<sup>72</sup> A “Questão do Amapá” fora uma disputa territorial e fronteiriça entre Brasil e França no final do século XIX e início do século XX, originada a partir do Tratado de Utrecht (1713), ainda entre Portugal e França. Discutida entre as duas partes durante todo esse ínterim, a questão fora esclarecida apenas no ano de 1900, a partir de arbitragem suíça, que determina que a região atualmente correspondente ao estado do Amapá passasse a pertencer ao Brasil. Santos (2012, p. 84) reconhece que apesar dos “louros da vitória” terem ficado com o Barão do Rio Branco, o principal responsável pelas negociações entre Brasil e França fora o diplomata Gabriel de Toledo Piza e Almeida, à época ministro em Paris, tendo o Barão se ocupando do encargo em “caráter quase informal”.

O cientista político Christian Lynch (2014), ao dissertar sobre a “veia monarquista” do Rio Branco, por sua vez herdeiro também de uma tradição militar familiar<sup>73</sup>, concebe que os paradigmas que o orientaram para conduzir a política externa brasileira baseavam-se na consolidação do espaço político nacional (como exposto nos casos do Amapá e Palmas), a livre navegação dos rios limítrofes e o equilíbrio de poder no Prata, sendo este último um dos motivos que levam o Barão a apoiar o processo de modernização da Marinha do Brasil, com visto anteriormente.

Antes de se tornar chanceler, em 1902, Rio Branco exercera durante pouco mais de um ano o cargo de embaixador brasileiro em Berlim. Na Europa, pôde acompanhar *in loco* a corrida naval que se desenrolou entre a Alemanha e o Reino Unido (brevemente abordada no primeiro capítulo do trabalho), o que nos leva, portanto, a crer que tais episódios o influenciaram a pensar a questão brasileira e a vizinha Argentina, bem como a questão militar.

Em 1905, junto ao presidente Hermes da Fonseca (1910-1914), Rio Branco demonstra seu apreço ao “nacionalismo romântico” alemão ao conceber a criação de um grupo de oficiais do Exército Brasileiro (os “Jovens Turcos”) enviados à Alemanha para exercícios conjuntos de capacitação e aprimoramento, sendo esta “parceria” fruto do contexto da rivalidade entre Berlim e Londres, onde ambos disputavam zonas de influência<sup>74</sup>. Alsina Júnior, sobre essa questão, pontua:

Isso -apego às questões militares- tem a ver, fundamentalmente, com o zeitgeist de sua época. O século XIX seria marcado por correntes filosóficas, científicas e artísticas que emprestavam legitimidade à guerra (ALSINA JÚNIOR, 2014, p. 149).

Este preâmbulo sobre a Alemanha mostrou-se necessário para entender pouco mais sobre a visão de mundo e as ideias que influenciaram o Barão. Rio Branco passou mais tempo exercendo atividades públicas fora do Brasil, vinte e seis anos ao todo, que dentro do próprio país, onde trabalhara por apenas dezesseis anos. Isso, novamente, é um traço que diferencia a trajetória de Rio Branco com a de Zeballos, que passara mais tempo exercendo atividades

---

<sup>73</sup> Tendo como exemplos seu tio, Antônio Paranhos, combatente na Guerra do Paraguai, e seu pai, Visconde do Rio Branco, segundo-tenente da Marinha e professor da Escola Militar, Alsina Júnior (2015, p. 147), a partir da obra de Cristina Patriota de Moura (2000), chama a atenção também para o “peso do componente militar” na família Paranhos.

<sup>74</sup> Com o término da Primeira Guerra Mundial, e a partir de discussões internas, o Exército Brasileiro optou por procurar na França novas orientações à sua formação, culminando na Missão Militar Francesa, que atuou no país até a década de 1940. Na América do Sul, porém, o Chile recebera fortemente a influência dos militares alemães na constituição de seu Exército, que atuaram no país de 1886 a 1945, sendo, portanto, um exemplo da influência desse “prussianismo militar”. Ver: RODRIGUES, Fernando. Análise da presença territorial do Exército no Chile no contexto da evolução militar: passado e presente. Análise Estratégica, v. 13, p. 39-52, 2019.

políticas e intelectuais dentro da Argentina.

Ao traçar um levantamento sobre pesquisas acadêmicas que buscam enquadrar a “práxis” riobranquiana, Lynch (2014, p. 47-50) posiciona a obra de João Paulo Alsina Júnior, bastante estudada e referenciada neste trabalho, junto a outros pesquisadores<sup>75</sup> que interpretam o Barão como “realista”, e que pode ser ilustrado a partir das palavras do próprio Rio Branco:

Os meios persuasivos são, a meu ver, os únicos de que lança mão, para sair-se bem de negociações delicadas como esta, uma nação como o Brasil, que ainda não dispõe de força suficiente para impor sua vontade a uma grande potência militar (RIO BRANCO apud RICUPERO, 1995, p. 64).

Tal posicionamento do Rio Branco, expondo seu pragmatismo na ação política e diplomática, também pode ser exemplificada pela sua preocupação com a Argentina, como o mesmo revela em carta destinada a Joaquim Nabuco<sup>76</sup>.

À luz da geopolítica clássica, Heinsfeld (2013, p. 118-119) realiza um levantamento de autores e referências que buscam definir a atuação de Rio Branco, sendo este um debate bibliográfico semelhante àquele proposto por Lynch, já citado anteriormente. Dentre os que o reconhecem como, de fato, um geopolítico, encontram-se, entre outros, a própria Escola Superior de Guerra<sup>77</sup> e o oficial Carlos de Meira Mattos (1913-2007)<sup>78</sup>, no entanto Heinsfeld assinala que apenas Everardo Backheuser (1879-1951)<sup>79</sup> busca desenvolver mais essa questão.

Ainda sobre essa questão, premente para o trabalho, Heinsfeld (2013, p. 128) explicita que a partir das fontes primárias disponíveis sobre o Rio Branco (escritos, correspondências,

---

<sup>75</sup> As pesquisadoras citadas por Lynch são Letícia Pinheiro, docente do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da UERJ e autora da obra “Política Externa Brasileira, 1889-2002”, publicada em 2004, e Alexandra de Mello e Silva, docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e autora do artigo “O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira”, publicado em 1995 na Revista Estudos Históricos, da Fundação Getúlio Vargas.

<sup>76</sup> Adelar Heinsfeld (2013, p. 127) apresenta duas cartas de Rio Branco a amigos próximos (Barão de Penedo e o próprio Joaquim Nabuco) expondo preocupações quanto a questão da defesa nacional e com o potencial bélico de Buenos Aires.

<sup>77</sup> A Escola Superior de Guerra, definida por Heinsfeld como o “centro da produção do conhecimento geopolítico brasileiro”, reconhece como os “pais” da geopolítica nacional o Rio Branco e o diplomata Alexandre de Gusmão (1695-1753), responsável por assegurar dois terços do atual território brasileiro sobretudo por sua atuação no Tratado de Madrid, de 1750.

<sup>78</sup> Além de destacada carreira militar, com atuações na Força Expedicionária Brasileira, serviço de adido militar e comandante da Academia Militar de Agulhas Negras, o general Carlos de Meira Mattos é reconhecido no âmbito militar por ser um dos grandes formuladores do pensamento geopolítico brasileiro, tendo publicado em 1975 a obra *Brasil: Geopolítica e Destino*, e em 1977, *A Geopolítica e as Projeções de Poder*.

<sup>79</sup> Intelectual destacado e atuante em várias frentes, desde a questão educacional escolanovista até o urbanismo (sendo um dos articuladores da reforma urbana na região central do Distrito Federal, a “Reforma Pereira Passos”), Backheuser publicara em 1945, na *Revista da Sociedade de Geografia*, o artigo *Rio Branco, geógrafo e geopolítico*.

pronunciamentos transcritos) não se pode encontrar quaisquer referências diretas aos pensadores da tradição da geopolítica clássica, no entanto, ele supõe que seria improvável que o Barão não tivesse travado contato com algum deles<sup>80</sup>:

A defesa empreendida por Rio Branco de uma política de rearmamento da Esquadra Brasileira, em que o Brasil teria que recuperar a supremacia naval na América do Sul, podemos considerar como reflexo das ideias de Mahan (HEINSFELD, 2013, p. 123).

Seja pelo tempo em que atuara no serviço exterior brasileiro, seja pela sua convicção monarquista, Rio Branco é descrito por Alsina Júnior (2015, p. 182) como “europeísta” desde sempre, sendo obrigado, por pragmatismo, a se tornar mais próximo dos Estados Unidos<sup>81</sup>.

Paradigma quase que circunscrito à Proclamação da República<sup>82</sup>, o “americanismo” como diretriz da política externa brasileira, ainda de acordo com Alsina Júnior, teve na Revolta da Armada o “teste prático dessa nova orientação internacional”, onde o expõe como útil ao país em duas vias: no campo econômico, garantindo os Estados Unidos como principal comprador do café brasileiro, e na supracitada questão de defesa e segurança nacional.

A política externa do Itamaraty, conduzida por Rio Branco, possuía preocupações com a manutenção do modelo agroexportador e com os “vultos” imperialistas europeus<sup>83</sup>. O próprio Barão, como assinalara Moniz Bandeira (2010), temia que acontecesse na América do Sul o mesmo que na África e na Ásia:

A “longevidade” de Rio Branco a frente do Itamaraty como explicada por uma política ligada aos interesses das elites agroexportadoras, fortalecimento do “nacionalismo territorial” brasileiro e na estabilidade das instituições políticas a partir de Campos Sales (CASTRO, 2014, p. 183-184)

---

<sup>80</sup> Rio Branco vivera na Europa, mais precisamente em Berlim e Liverpool, no mesmo período da corrida naval entre Alemanha e Reino Unido, onde as ideias de Alfred Mahan e Friedrich Ratzel estavam em voga, e de certa forma, guiavam também as políticas armamentistas destes Estados - e de grande parte das nações que buscavam se modernizar militarmente. A suposição de Heinsfeld, a partir da perspectiva do trabalho aqui desenvolvido, parece fazer sentido.

<sup>81</sup> O historiador estadunidense Edward Bradford Burns (1966) nomeia a relação dos Estados Unidos com o Brasil de “aliança não escrita”. Alsina Júnior (2015, p. 185), por outro lado, não concorda com tal conceito por considerar a existência de uma “assimetria de poder” entre os dois Estados.

<sup>82</sup> Fernando Vale Castro (2014, p. 189-190) recorre à supracitada tese de Demétrio Magnoli (1996) para propor uma nova interpretação sobre essa “suposta” estreita relação entre o americanismo e a República: “Para o autor [Magnoli], essa perspectiva é falha e superficial, na medida em que não consegue diferenciar dois processos distintos da história diplomática brasileira: de um lado, a ascensão da influência norte-americana ocorrida antes mesmo da Proclamação da República, e, de outro, a apropriação do pan-americanismo como discurso e ação diplomática, uma das principais características da política do barão.”

<sup>83</sup> A estabilidade política na América do Sul era preconizada por Rio Branco como forma de afastamento de qualquer iniciativa intervencionista europeia na região, sendo este um dos motivos por seu forte engajamento na “Questão do Acre”, território disputado também pela Bolivian Syndicate, companhia inglesa interessada na exploração econômica da região.

A *Revista Americana*, veículo criado pelo Itamaraty e que circulara entre os anos de 1909 e 1919, se posiciona como uma estratégia de aproximação entre o Brasil e os demais países americanos e como forma de “autodefesa”, além de marcar a posição ideológica brasileira junto ao pan-americanismo. Criada três anos antes da morte do Barão, a revista, segundo Castro (2014, p. 179), também funcionara como “espaço de construção de uma memória acerca da figura do Barão do Rio Branco”.

Dentre os diversos autores e colaboradores brasileiros e estrangeiros da *Revista Americana*, destacamos aqui a atuação de Joaquim Nabuco, que neste trabalho concebemos como um dos “intelectuais-diplomatas” brasileiros<sup>84</sup>. Primeiro embaixador do país em Washington, Nabuco também se posiciona como um dos artífices do americanismo, que direcionara a política externa brasileira àquele momento:

A América, graças à Doutrina Monroe, é o continente da paz, e esta colossal unidade de paz, interessando profundamente outras regiões da terra - o Pacífico inteiro, pode-se dizer – forma um hemisfério neutro e equilibra o outro hemisfério, que poderíamos chamar o “hemisfério beligerante” (NABUCO, 1909, p. 26).

O excerto acima compõe uma palestra proferida por Nabuco na Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos, no ano de 1909, e intitulada “A Parte da América na Civilização”<sup>85</sup>. É pertinente observar, no discurso, uma certa preconização do elemento “pacífico” como formadora dos Estados Unidos, sendo este elemento promovido pela “doutrina Monroe” e capaz de tornar a região uma “colossal unidade de paz”. Nabuco parece estar alinhado integralmente ao americanismo, a ponto de sequer mencionar episódios como a Guerra Mexicano-Americana (1846-1848), responsável pelo México perder mais de metade de seu território, e a Guerra Hispano-Americana (1898), que o historiador Clodoaldo Bueno (1995, p. 150-152) reconhece como a responsável por tornar os Estados Unidos, de fato, uma nação imperialista.

Francisco Doratioto (2014), ao cunhar a expressão “americanismo ingênuo” para descrever o alinhamento automático e as relações entre Brasil e Estados Unidos nos primeiros

---

<sup>84</sup> O historiador Fernando Ribas de Martini (2014, p. 312) classifica Joaquim Nabuco, junto a Rio Branco e Oliveira Lima, como um dos “intelectuais-diplomatas” que pensavam a questão nacional desde as crises do final do Império até os primeiros anos da República. Castro (2014, p. 181), indo ao encontro dessa perspectiva, também disserta: “Cabe salientar que os diplomatas se notabilizaram, necessariamente, pelo viés da construção de um projeto de nação ligada ao Estado brasileiro, portanto, tinham como função buscar mecanismos de elaboração de um afinamento ideológico com os outros setores da elite brasileira”.

<sup>85</sup> O discurso “A Parte da América na Civilização”, de Joaquim Nabuco, pode ser encontrada na obra *Revista Americana: uma Iniciativa Pioneira de Cooperação Intelectual (1909-1919)*, publicada no ano de 2001 pelo Senado Federal.

anos republicanos, pode servir como referencial para tratar algumas das questões aqui apresentadas, como nesta última sobre o Joaquim Nabuco. Análises críticas sobre a relação dos dois países, no campo historiográfico, podem ser encontradas também em obras de Gerson Moura<sup>86</sup> e Moniz Bandeira (2010).

### 2.3 A rivalidade pela supremacia

Ilustrado a partir da expressão “Somos da América e queremos ser americanos”, sendo este um lema presente no “Manifesto Republicano” de 1870, como nos apresenta Leslie Bethell (2010), o americanismo adotado pelo Brasil, sobretudo após a proclamação da República, guiara sua política externa até o início do século XX, e se mostrara como uma cisão quanto à postura cautelosa adotada pelo Império perante Washington, bem como uma forma de integrar o Brasil na América do Sul – o Império, segundo os opositores republicanos, por manter os olhos ainda no Velho Mundo, pouca atenção dava aos vizinhos, e ainda mantinha uma diplomacia fortemente intervencionista nos países da região, sobretudo no Prata (DORATIOTO, 2014, p. 67-68).

Ao tratar do americanismo como diretriz de política externa, portanto, temos de voltar ao início do século XIX e abordar a gênese da chamada “Doutrina Monroe”, de 1823. Anunciada pelo presidente estadunidense James Monroe (1758-1831) em mensagem ao Congresso, e fortemente propagada a partir da frase “América para os americanos”<sup>87</sup>, tal paradigma da política externa dos Estados Unidos seria uma reação à “Santa Aliança”<sup>88</sup>, que visava “ameaçar as repúblicas já formalmente independentes do continente” (LAIDLER, 2010,

---

<sup>86</sup> Historiador da política externa brasileira, Gerson Moura (1939-1992) escrevera diversas obras sobre as relações entre o país e os Estados Unidos, e podemos citar uma, em especial, por causa de seu relevante título: *O Alinhamento sem Recompensa: a Política Externa do Governo Dutra*, de 1990.

<sup>87</sup> A similaridade das frases, tanto do Manifesto Republicano de 1870, apresentada anteriormente, quanto da “Doutrina Monroe”, ajudam a compreender o *zeitgeist* do período e as posições dos Estados Unidos e do Brasil no âmbito continental: o primeiro em busca de sua posição de liderança continental e o segundo desejando buscar uma nova identidade internacional. No caso brasileiro, especificamente, Bethell (2010, p. 77) assinala: “Para os republicanos, o Brasil, sob o Império, era, infelizmente, um ‘país isolado’, separado da América Espanhola/América Latina e dos Estados Unidos não só pela geografia, história, língua e cultura, mas também pela forma de governo”. A busca por ser “republicano” confunde-se, também, com o desejo das classes dirigentes brasileiras em se reconhecerem como “americanas”.

<sup>88</sup> A “Santa Aliança”, formada no contexto do Congresso de Viena (1814-1815), representara uma unidade política coordenada por Prússia, Rússia e Áustria, com o intuito de reorganizar a Europa politicamente e economicamente após a queda de Napoleão Bonaparte.

p. 90), fazendo também com que os Estados Unidos já vislumbre uma ação geopolítica mais coordenada na região, e que passasse a considerar qualquer projeção de poder de países europeus contra repúblicas independentes nas Américas como um ato de agressão contra o próprio Estados Unidos.

A instabilidade política europeia, permeada por crises políticas pós-período napoleônico – que impulsionara a criação da “Santa Aliança” – fora aproveitada pelos Estados Unidos para visar a ampliação de seu território no continente americano, incorporando para si, dessa forma, antigas possessões europeias, como os atuais estados da Florida, incorporado à União no ano de 1845, e do Oregon, incorporado em 1859. À luz do “destino manifesto”, e pautada numa ideia de “excepcionalismo americano”, os Estados Unidos, influenciado fortemente pelas ideias liberais, estimulava a expansão da fronteira oeste do país<sup>89</sup>, bem como sua projeção ao México, que culmina na supracitada Guerra Mexicano-Americana (1846-1848).

O crescimento econômico dos Estados Unidos após a Guerra Civil Americana (1861-1865) fez o país buscar novos mercados consumidores e estimular a demanda por seus produtos, sendo a América Latina, portanto, o primeiro “alvo” de Washington, visto que desde a “doutrina Monroe” a região já estava sendo “resguardada”. A Primeira Conferência Pan-Americana (1889-1890) emerge nesse contexto, sendo o “pan-americanismo”<sup>90</sup> nela apresentado uma busca de articulação política para a abertura de novos mercados na América Latina, como assinala Laidler (2010, p. 98).

No entender da nossa pesquisa, grande parte dos desentendimentos entre Argentina e Brasil no final do século XIX e no alvorecer do século XX possuem raízes na relação de ambos com os Estados Unidos, além de claras diferenças de suas respectivas interpretações sobre o americanismo.

Um dos principais episódios de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos é consolidado na supracitada Conferência, realizada em Washington, onde o governo brasileiro<sup>91</sup>,

---

<sup>89</sup> A expansão estadunidense em direção ao oeste fora fortemente influenciada, intelectualmente, pelo historiador Frederick Jackson Turner (1861-1932), que concebe a “tese da fronteira”, em 1893, a partir da obra *The Significance of Frontier in American History*. A ideia sustentada pelo autor se baseia na diferenciação do homem americano, do “Novo Mundo”, do homem europeu, ainda preso no “Velho Mundo”, tendo a expansão dos Estados Unidos possibilitado a formação de um povo único no planeta.

<sup>90</sup> Leslie Bethell (2015) afirma que o termo “pan-americanismo” fora utilizado pela primeira vez em 1882, pelo jornal *New York Evening Post*, e o aparenta aos semelhantes ideais que se proliferaram na Europa ao longo século XIX, como “pan-germanismo” e “pan-eslavismo”, e que visavam a união de Estados numa ordem econômica e política, sendo o elemento unificador, no caso do continente americano, a geografia.

<sup>91</sup> É importante destacar que durante a Primeira Conferência Pan-Americana, iniciada em outubro de 1889 e terminada em abril de 1890, o Brasil torna-se republicano, a partir da Proclamação ocorrida em novembro de 1889.

firmando tratados de comércio com a potência do norte, e acreditando na oportunidade de obter monopólio da venda de açúcar no mercado norte-americano, acaba por prejudicar as primeiras experiências industriais no Brasil, como afirma Moniz Bandeira (2010, p. 42).

A política externa estadunidense no final do século XIX e início do século XX mostra-se como um braço à serviço dos interesses das empresas privadas, ou como propagado à época, “defesa dos interesses dos cidadãos americanos”. O caso da United Fruit Company<sup>92</sup> é bem ilustrativo acerca dessa relação, sendo a empresa, segundo Laidler (2010, p. 113), uma companhia “que superava em poder político e econômico muitos governos das pequenas repúblicas que a hospedavam, mantendo sob seu controle governadores e até presidentes”.

A Argentina, por sua vez, no contexto da Conferência, acompanha o Chile<sup>93</sup>, e sendo representando por Roque Sáenz Peña<sup>94</sup>, fizera oposição à proposta de criação de uma união aduaneira que fora ventilada, mantendo dessa forma o histórico alinhamento argentino às pretensões econômicas do Reino Unido.

A historiadora Camila Grejo (2023, p. 176) considera a política externa argentina como “tradicionalmente anti-norte-americana”. No país, junto a Vicente Quesada e Roque Sáenz Peña, já mencionados neste trabalho, e como representantes de uma posição temerária quanto a Washington, podemos citar também o diplomata Luís Maria Drago (1859-1921), responsável por impor à “doutrina Monroe” o seu primeiro grande “desafio”, que fora o bloqueio naval imposto por Alemanha, Reino Unido e Itália à Venezuela, no ano de 1902, após a recusa do presidente venezuelano Cipriano Castro (1899-1908) em quitar dívidas externas ainda

---

Deodoro da Fonseca, então chefe do Governo Provisório, realiza trocas de diplomatas na Conferência visando acompanhar o novo “espírito americano” (DORATIOTO, 2014, p. 67).

<sup>92</sup> A United Fruit Company (1899-1970), empresa estadunidense de produção e exportação de frutas tropicais, fora uma das maiores multinacionais do continente. De acordo com Marquette (2010), “muitos governos de países subdesenvolvidos do continente viam no capital da UFC a possibilidade de crescimento e investimento que lhes faltava, e concediam diversos incentivos para que a empresa se instalasse em seus territórios”. O termo “república de bananas”, fortemente pejorativo e utilizado para se referir à países latino-americanos politicamente instáveis, possui relação intrínseca com a United Fruit Company, e fora popularizado no início do século XX.

<sup>93</sup> Um importante evento histórico e pouco abordado por pesquisadores acerca das relações entre Estados Unidos e a América Latina fora o “incidente de Baltimore”, ocorrido em 1891, poucos anos antes Conferência. Devido a conflitos envolvendo marinheiros estadunidenses do navio USS Baltimore na cidade chilena de Valparaíso, a relação entre Santiago e Washington, que já não eram estáveis, fora escalando a ponto do próprio presidente dos Estados Unidos, Benjamin Harrison (1889-1893), cogitar junto ao seu Congresso uma guerra contra o Chile. Estanislao Zeballos, que no período exercia o cargo de chanceler na Argentina, chegara a oferecer apoio a Washington caso a guerra de fato ocorresse. Ver: HEINSFELD, Adelar. A Argentina diante do conflito entre Estados Unidos e o Chile: o incidente Baltimore (1891). In: V Seminário do GT de História Política, 2023, Erechim. Anais do V Seminário do GT de História Política. Erechim: UFFS, 2023.

<sup>94</sup> Personalidade deveras importante ao estudo das relações entre Argentina e Brasil, e que será abordado no último capítulo deste trabalho.

pendentes:

A tese condenando a legitimidade de intervenções e ocupações militares para a cobrança de dívidas públicas passou a ser conhecida como Doutrina Drago e impôs ao governo norte-americano a necessidade de dar uma resposta àquilo que podia ser um precedente para intervenções e para a conquista no continente (LAIDLER, 2010, p. 108)

Apesar de, desde 1898, no contexto da Guerra Hispano-Americana, a projeção dos Estados Unidos sobre a América Latina ser conhecida e questionada por políticos e intelectuais da região, a preocupação destes com o imperialismo europeu era substancialmente maior. Como já exposto anteriormente, Rio Branco, um monarquista convicto e fortemente ligado ao velho continente, torna-se um “americanista” por pragmatismo, e por entender que, à luz das experiências asiáticas e africanas, o caminho mais “seguro” a ser seguido pelo Brasil a fim de proteger-se do “imperialismo” europeu corresponderia também ao alinhamento aos Estados Unidos. O temor da projeção europeia na América do Sul também é exposto pelo próprio Luis Maria Drago:

[...] nos últimos tempos se observa uma tendência marcada nos publicistas e nas manifestações diversas da opinião europeia, que assinalam estes países [sul-americanos] com campo adequado para futuras expansões territoriais (DRAGO, 1902 apud LAIDLER, 2010, p. 89)

Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938), diplomata brasileiro<sup>95</sup> com papel ativo, junto a Rio Branco, na assinatura do Tratado de Petrópolis (1903), pode ser considerado uma figura-chave para compreender alguns dos desenlaces políticos entre o triângulo geopolítico estabelecido entre Rio de Janeiro, Washington e Buenos Aires no início do século, bem como as rivalidades entre Argentina e Brasil – que ele tentara sempre ser um mediador, visto que fora diplomata na Argentina entre os anos de 1890 e 1893, 1905 e 1907 e 1931-1933.

Na virada dos séculos XIX e XX, mais exatamente entre os anos de 1898 e 1903, Assis Brasil atua como embaixador brasileiro nos Estados Unidos, e a efervescência das ideias americanistas junto ao seu “espírito republicano” são visíveis a partir de suas comunicações enquanto diplomata na legação brasileira em Washington<sup>96</sup>. Na pesquisa em fontes primárias,

---

<sup>95</sup> Além de exercer cargos diplomáticos, Assis Brasil fora governador do Rio Grande do Sul (1891-1892) e ministro da Agricultura (1891), além de militante republicano e um dos fundadores do Partido Republicano Rio-Grandense (1882-1937).

<sup>96</sup> A legação brasileira em Washington converte-se em embaixada apenas no ano de 1905, sendo Joaquim Nabuco o primeiro embaixador brasileiro nos Estados Unidos. A elevação da representação diplomática no país à

encontramos ofícios e comunicações de Assis Brasil, datados de 02/02/1900 e endereçados ao chanceler Olinto Máximo de Magalhães (1898-1902), no acervo do Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI)<sup>97</sup>, e podemos constatar seu entusiasmo acerca das relações do país com os Estados Unidos<sup>98</sup>:

Em nenhuma outra parte um bom serviço diplomático pode ser tão proveitoso à nossa pátria como aqui. Politicamente, esta é a nação que mantém indisputável hegemonia no Novo Mundo, com o dobro de população e muitas dezenas de vezes a riqueza do resto do continente [...] Comercialmente, este é o nosso melhor freguês, no sentido de que é o que nos compra mais, vendendo-nos menos; é o que menos direitos exige dos nossos produtos; é, enfim, o que maior perspectiva oferece de aumento do consumo deles (BRASIL, 1900).

Entre os anos de 1905 e 1907, Assis Brasil atuara como embaixador em Buenos Aires, sobretudo para amenizar as relações entre os dois países, que desde o início da repercussão do primeiro programa naval brasileiro, em 1904, começara a estremecer.

Em novo documento, datado de 19/04/1906 e endereçado ao Barão do Rio Branco, Assis Brasil propõe a criação de uma unidade, em matéria de força naval, entre Argentina, Brasil e Chile, um “pacto ABC”, visando apaziguar as relações de rivalidade na região:

Eu tinha falado ao sr. Pellegrini – com as naturais reservas e como coisa minha – da conveniência de uma combinação entre o Brasil, a Argentina e o Chile para a organização das respectivas forças navais, sob o ponto de vista de que elas deviam ser aptas para fazer junção em determinado momento formando uma grande esquadra com perfeita unidade. [...] Seria um plano inteiramente novo de cultivar a cordialidade entre estes países, baseada sobre interesses positivos e não sobre meras frases e cortesias, que esses mesmos interesses não raro destroem no dia seguinte. Lucrariam as três nações em abolir um motivo – e muito coxo – de estéril rivalidade e em economizar dinheiro e fluido nervoso no *steeple chase* pela superioridade naval (BRASIL, 1900).

Há, de certa forma, um “consenso” na historiografia das relações entre Argentina e

---

embaixada torna-se um marco nas relações entre ambos os Estados, e um gesto simbólico da adoção do americanismo como diretriz de política externa por parte do Brasil.

<sup>97</sup> A FUNAG (Fundação Alexandre de Gusmão), fundação ligada ao Ministério das Relações Exteriores, junto ao seu Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD), disponibiliza aos pesquisadores a obra *Assis Brasil: um diplomata na República*, dividida em dois volumes e publicada no ano de 2006, e que se baseia na seleção e transcrição de documentos escritos por Assis Brasil ou a ele endereçados, sendo esses depositados no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI).

<sup>98</sup> A professora Christiane Laidler expõe que em 1899, porém, Assis Brasil já percebia o florescimento de aspirações expansionistas dos Estados Unidos ao mesmo tempo que pontuava a contradição dessa postura adotada com os ideais que fundaram o mesmo: “há uma verdadeira reação do velho espírito americano, sustentada por homens como o ex-presidente Cleveland, o ex-secretário de Estado e senador Sherman (republicano) e outros, que se opõem energicamente ao abandono do que não é somente a tradição, mas o regime legal do país” (ASSIS BRASIL, 1899 apud LAIDLER, 2010, p. 106).

Brasil em considerar o “caso Tejedor”, ocorrido em 1875, como a gênese da “rivalidade” entre Rio Branco e Estanislao Zeballos. Notável político argentino, Carlos Tejedor (1817-1903), que exercera o cargo de chanceler entre os anos de 1870 e 1874, além de ser o governador da Província de Buenos Aires entre 1875 e 1878, após visita ao Rio de Janeiro, teria retornado à Buenos Aires sem se despedir do imperador Dom Pedro II. Rio Branco, que no ano de 1875 ainda exercia o cargo de deputado por Mato Grosso, escreve no jornal *A Nação*, veículo monarquista onde Rio Branco atuara também como redator, que tal atitude do estadista argentino não fora frontalmente uma ofensa ao Brasil, como alguns alegavam, mas apenas uma “gaucharie”<sup>99</sup>. Em Buenos Aires, porém, a opinião de Rio Branco repercute e fere o orgulho de parte dos bonaerenses, que traduzem erroneamente o termo para algo como “gauchada”. Zeballos, com sua notória personalidade mais “incisiva”, não perde a oportunidade e responde, de forma racista, afirmando que antes “ser gaúcho que ser macaco” (GREJO, 2016, p. 176).

Pouco mais de quinze anos após o “caso Tejedor”, mais maduros e já como reconhecidas personalidades de seus respectivos países, Rio Branco e Estanislao Zeballos se encontram na supracitada “Questão de Palmas”, em 1895. O contencioso, na verdade, inicia-se em 1890, a partir do Tratado de Montevideu, onde Zeballos e Quintino Bocaiuva (1836-1912), à época chanceler brasileiro, assinaram o acordo que dividia a região de Missões igualmente entre ambos os países. No entanto, o caso se prolonga, e só é concluído e formalizado anos mais tarde, em 1895, com o Rio Branco encarregado de defender a causa brasileira. O motivo do imbróglio, e que explica sua demora na conclusão, fora o fato do Congresso brasileiro e setores das forças armadas do país considerarem que Bocaiuva havia realizado muitas concessões à Argentina, fazendo com que o Congresso não ratificasse o Tratado.

Em *Diplomacia Desarmada*, obra que será analisada mais adiante, Zeballos afirma que no decorrer no trâmite do processo, a Argentina ficara durante um ano sem representantes diplomáticos no Rio de Janeiro para acompanhar o imbróglio, que segundo ele “era combatido por los monarquistas, por los adversarios tradicionales de la República Argentina y por la diplomacia chilena” (ZEBALLOS, 1974, p. 264), correspondendo esta última acusação ao diplomata Alejandro Fierro de Camino (1831-1927), representante chileno que atuara no Rio de Janeiro coincidentemente no período, fortalecendo dessa forma o temor de Zeballos acerca de um “conluio” entre Chile e Brasil contra a Argentina.

Alsina Júnior (2015, p. 105-106) enxerga a “Questão de Palmas” como uma “disputa de

---

<sup>99</sup> Do francês, a língua franca internacional no século XIX, “gaucharie”, em tradução livre, corresponderia a algo como “descortesia”. O Rio Branco, futuro Barão, quis dizer que o Tejedor, ao deixar o Brasil sem se despedir do imperador, cometera apenas um deslize, e que tal ocorrido não poderia influenciar na relação entre os dois países.

egos: de um lado, a circunspeção de Rio Branco, de outro, a exuberância caricata de Estanislao Zeballos”, e o próprio Zeballos, por sua vez, lê a disputa como questões de “orgulho nacional”, onde Argentina e Brasil replicaram a rivalidade que herdaram de suas antigas metrópoles:

La cuestión de Misiones sirvió siempre de motivo en Río de Janeiro para condensar los antagonismos de tres siglos entre portugueses y españoles, y de un siglo entre argentinos y brasileños (ZEBALLOS, 1974, p. 264).

Antes de tratar frontalmente da questão naval na complexa relação entre Rio Branco e Estanislao Zeballos, faz-se necessário interpretar a ação de ambos nos demais países da região do Prata, e sobre como as políticas domésticas de Uruguai e Paraguai foram “satelitizadas” pelos interesses “expansionistas” de Argentina e Brasil.

Moniz Bandeira (2010, p. 60-61) enxerga a América do Sul como um grande “jogo de xadrez” onde os Estados-centrais, Argentina, Brasil e Chile<sup>100</sup>, interferiam nos outros Estados de acordo com seus respectivos interesses econômicos e políticos. No Paraguai, em 1904, há uma insurreição liberal contra o presidente Juan Escurra (1859-1929), do Partido Colorado, grupo que comandava a política paraguaia há três décadas, e próxima ao governo brasileiro<sup>101</sup>. A queda de Escurra, como salienta Doratioto (2014), representara um golpe à geopolítica brasileira na região do Prata, que via a rival Argentina obter mais influência política no Paraguai.

Com a “perda” de Assunção para os liberais apoiados por Buenos Aires em 1904, a diplomacia de Rio Branco voltara suas atenções para Montevidéu. O estado brasileiro limítrofe ao Uruguai, o Rio Grande do Sul, historicamente considerado um dos “barris de pólvora” do país, viveu no final do século XIX a Revolução Federalista (1893-1895), sendo essa uma das consequências da já tratada Revolta da Armada. O Rio Grande do Sul<sup>102</sup> possuía sua política disputada entre os republicanos do Partido Republicano Rio-Grandense, apoiados pelo presidente Floriano Peixoto e aglutinados por Júlio de Castilhos (1860-1903), e por federalistas do Partido Federalista do Rio Grande do Sul, liderados principalmente por Gaspar da Silveira

---

<sup>100</sup> Enquanto o Rio da Prata, e o controle geopolítico nesta região, é disputado por Argentina e Brasil, o Chile, por outro lado, busca projetar seu poder sobre a Bolívia e o Peru, como fora na Guerra do Pacífico (1879-1884) – episódio histórico cujo desfecho é percebido até a atualidade, vide o supracitado “irredentismo boliviano”. Ver: MCEVOY Carmen. Guerreros Civilizadores: política, sociedad y cultura en Chile durante la Guerra del Pacífico. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2011.

<sup>101</sup> Francisco Doratioto (2014, p. 81) chama o Paraguai de “gambito do rei” dentro do jogo de xadrez do Rio Branco, sendo o país deveras importante para a projeção do Brasil na região do Prata.

<sup>102</sup> Apesar de ocorrida no Rio Grande do Sul, cabe destacar que a Revolução Federalista também atingira os estados de Santa Catarina e Paraná.

Martins (1835-1901).

Tal contextualização a respeito da política gaúcha no período se faz necessária para compreender as relações entre o Uruguai e o Brasil, a partir do que a historiadora Ana Luiza Reckziegel (1999) nomeia como “diplomacia marginal”, onde a mediação das relações entre Montevideu e o Rio de Janeiro se dava, quase que obrigatoriamente, a partir dos interesses do governo do Rio Grande do Sul.

Esse preâmbulo sobre a Revolução Federalista, vencida pelos republicanos, teve como intuito ilustrar a proximidade do Brasil com o Uruguai, que entre 1907 e 1909 assinam o “Tratado de Retificação de Limites”:

o governo brasileiro atendeu antiga reivindicação uruguaia de direito de navegação e de jurisdição na Lagoa Mirim e rio Jaguarão, e mais, compartilhando a soberania das águas, sem que houvesse demanda nesse sentido. Essas concessões desencadearam grandes manifestações e simpatias pró-brasileiras no Uruguai e, ademais, colocaram o governo argentino em posição delicada, devido à sua intransigência quanto ao limite fluvial no Prata (DORATIOTO, 2014, p. 94-95)

Essa “cordialidade” brasileira, segundo Alsina Júnior (2015, p. 280), na verdade, tratava-se de uma estratégia de Rio Branco para exercer influência sobre o país vizinho, visto que Assunção já estava na esfera de influência da Argentina, como exposto anteriormente. Alsina Júnior assinala ainda que “as autoridades de Montevideu encontravam-se obrigadas a contrapor-se à ‘doutrina Zeballos’, que sustentava ser o Estado oriental um ‘país de fronteiras secas’”.

É importante pontuar ainda, sobre essa questão, a cautela adotada pelo Itamaraty a respeito da divulgação do acordo entre os dois países, pois este poderia exaltar ainda mais os ânimos de Buenos Aires<sup>103</sup>. O acordo, até então confidencial, só fora exposto no dia da queda de Estanislao Zeballos da chancelaria argentina (ALSINA JÚNIOR, 2015, p. 182).

Ministro das Relações Exteriores em três oportunidades, Zeballos é uma figura política conhecida na América do Sul desde o supracitado contencioso de Palmas e suas problemáticas comunicações com o Rio Branco. O programa naval brasileiro era percebido por ele como uma

---

<sup>103</sup> Além de toda a exaltação envolvida quanto a essa disputa naval e por zonas de influência com o Brasil, a Argentina mostrava-se também apreensiva quanto aos festejos de seu centenário de independência, em 1910. As classes dirigentes do país, que como já exposto, se empenhavam na estruturação de uma “identidade nacional” e para a consolidação da Argentina como um moderno e forte Estado-nação, e desejavam chegar ao ano de 1910 com o país consolidado e hegemônico na América do Sul – sendo, portanto, o Brasil um grande obstáculo para esse objetivo. A crescente influência do Brasil em Montevideu feria, novamente, um certo “ímpeto irredentista” bonaerense, e isso pode ser percebido a partir da literatura argentina. A obra *Argirópolis*, de 1850 e escrita por Domingo Sarmiento, expõe o desejo da elite portenha de ver o país novamente integrado politicamente com o Paraguai e o Uruguai.

forma do país afirmar uma hegemonia militar na região e como exercício de manutenção do americanismo e aliança com Washington.

O caso do “telegrama cifrado nº 9”, famoso documento divulgado na época, onde o Rio Branco supostamente afirmaria intenções agressivas contra a Argentina, causa forte dissabor entre os dois países. Tal documento seria a razão encontrada por Zeballos para ameaçar e planejar uma invasão ao Rio de Janeiro, caso o país não aceitasse “compartilhar” com a Argentina um de seus encouraçados *dreadnought*:

Em outras palavras, o que o Zeballos pretendeu foi que a Argentina mobilizasse cerca de 50.000 reservistas da guarda nacional e, caso o Brasil não acatasse o *ultimatum*, acometesse o Rio de Janeiro, ocupando a cidade, a fim de compelir o governo a recusar no seu programa de ampliação do poderio naval (BANDEIRA, 2010, p. 107)

Camila Grejo (2016, p. 188) apresenta a “guerra de narrativas” entre os dois chanceleres a respeito desse imbróglio. O brasileiro, prontamente, afirma desconhecer o documento, enquanto o argentino, a partir das páginas do jornal *La Prensa*, afirma possuir provas concretas sobre suas afirmações. O documento cifrado, “17 de junho de 1908, às 6 horas e 57 minutos, Número 9”, enviado do Brasil à legação em Santiago, fora interceptado por Buenos Aires, e existia de fato, mas fora deturpado pelos argentinos. O próprio Rio Branco toma a iniciativa de divulgar a chave do telegrama e confirmar a má fé de seu antagonista. Alguns veículos de imprensa portenhos, como o *La Nación*, que já se posicionavam como opositoristas de Zeballos, também trataram de divulgar o texto cifrado, na íntegra.

O estremecimento das relações entre os dois chanceleres foram inevitáveis a partir desse episódio, assim como a queda de Zeballos da pasta de Relações Exteriores, que viera acontecer em junho de 1908.

Ainda no ano de 1908, o Congresso argentino aprova a “lei pró-armamentos”, que autoriza o presidente a investir na compra de encouraçados, buscando aproximar-se do poder de fogo do Brasil. Esse ato, por parte do legislativo argentino, expõe a visão geopolítica do país, onde que mesmo com a saída de Zeballos (o principal artífice da campanha pró-armamentos), Buenos Aires continuava acreditando na necessidade de se armar contra o “perigo chileno” e em dar uma “resposta” ao programa brasileiro. O próprio presidente Alcorta, como ilustra Alsina Júnior (2015, p. 272), teria exposto que a Argentina “não poderia permitir que nenhum outro país sul-americano tivesse vantagem na questão naval”.

Antes de tratar sobre a queda de Zeballos da chancelaria de seu país e sobre suas “excursões” pela Argentina, que visavam, ao mesmo tempo, torná-lo uma personalidade ainda

ativa no jogo político do país e também para alertar sobre o “perigo brasileiro”, vale apresentar aqui uma interessante percepção abordada pelo historiador Roberto Etchepareborda (1972, p. 181), que reconhece a nomeação de Zeballos à chancelaria, em 1906, como uma representação de mudança nos paradigmas da política externa argentina, expondo um novo “impulso vivificador”: apesar de toda a já conhecida postura agressiva de Zeballos e classes dirigentes contra o Chile, essa nova fase da política externa argentina, iniciada com Zeballos, procurara no Brasil um “novo-velho” antagonista<sup>104</sup>.

Estanislao Zeballos inicia uma série de viagens pela Argentina a fim de defender-se das acusações que lhe foram imputadas e fortalecer a campanha pró-armamentos. Grejo (2023, p. 174-175) expõe que a Argentina àquele momento, poucos anos antes de completar seu centenário de independência, vê-se dividida entre os idealistas e pacifistas e os realistas e belicistas, sendo Zeballos um dos principais articuladores desse segundo grupo.

A obra *Diplomacia Desarmada*, a principal fonte primária utilizada neste capítulo do trabalho, é uma compilação de artigos publicados por Estanislao Zeballos em seu periódico, a *Revista de Derecho, Historia y Letras*, entre setembro de 1908, três meses após sua saída da chancelaria, e maio de 1910. Organizado pelo historiador Gustavo Ferrari, a obra fora publicada em 1974 pela Eudeba (Editora da Universidade de Buenos Aires). Segundo Ferrari (1974, p. 10), que também é o responsável pelo prólogo da obra, *Diplomacia Desarmada* seria uma resposta de Zeballos aos seus críticos, os “elementos mitristas e roquistas” do Congresso, e aos responsáveis por sua queda – importante esclarecer aqui que tanto os componentes externos (o “telegrama nº 9” e a crise nas relações com o Brasil) quanto a política doméstica argentina, ilustrada anteriormente pela própria imprensa “anti-zeballista”, foram igualmente responsáveis pela saída de Estanislao Zeballos da chancelaria.

A obra é composta por três partes, além do prólogo: a primeira, intitulada “Las fuerzas armadas y la posición internacional de la República”, expõe observações pontuais de Zeballos acerca da formação da nacionalidade argentina e comentários do diplomata sobre a Guerra do Paraguai<sup>105</sup>; a segunda, intitulada “Diplomacia Desarmada: antagonismos tradicionales y

---

<sup>104</sup> Até a “Questão de Palmas”, Argentina e Brasil, como Estados independentes e ao longo século XIX, tinham se enfrentado diretamente em dois conflitos: na Guerra da Cisplatina (1825-1828) e na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852).

<sup>105</sup> Um outro ponto de convergência nas trajetórias de Estanislao Zeballos e Rio Branco é acerca do gosto que ambos nutriam pelo estudo da história militar, Guerra do Paraguai e a formação dos exércitos de seus respectivos países. O historiador Mário Maestri (2015), a partir de estudos em fontes primárias de acervos alocados em Assunção, disserta no artigo *Estanislao Zeballos: a história jamais escrita da Guerra da Tríplice Aliança* sobre esse interesse do argentino em publicar uma grande obra sobre o conflito a partir da perspectiva de seu país. A obra proposta por Zeballos, no entanto, nunca fora publicada, restando apenas manuscritos.

presentes”, disserta sobre as missões diplomáticas da Argentina e sobre como país seria “atrasado” se comparado com o grande “rival” da Argentina no século XIX, o Chile; o terceiro, intitulado “Rio Branco”, onde nossa pesquisa se concentrou, como o próprio nome indica, trata da sua rivalidade com o chanceler brasileiro, sendo esta parte da obra transcrita a partir de um pronunciamento de Zeballos na ocasião da morte do Barão, em 1912.

Apesar de deixar claro logo no início de seu discurso que não faria grandes “menções” e “elogios” à figura do Barão do Rio Branco por considerar a glorificação dos mortos “una de las formas características de la hipocresía humana” (1974, p. 257), Zeballos reconhece o brasileiro como “árbitro supremo de la nacionalidad” (1974, p. 258), e procura buscar uma maior “humanização” da figura do Barão, reconhecendo-o como “produto de sua época e circunstância”, e que teria herdado de seu pai, o Visconde do Rio Branco, a aptidão pelas questões diplomáticas.

Talvez numa tentativa de “diminuir” os méritos do Rio Branco à frente do Itamaraty, Estanislao Zeballos cita outros nomes da diplomacia brasileira, como o Assis Brasil, atuante no Tratado de Petrópolis, e Rui Barbosa, sobretudo por sua atuação em Haia, e que Zeballos concebe como “uno de los cerebros más potentes, fecundos y sabios de las Americas” (1974, p. 259). A premissa da nossa hipótese, de que ao citar outras importantes personalidades diplomáticas brasileiras, Zeballos tenha tentado “diminuir” a presença de Rio Branco, pode ser confirmada posteriormente: “así, los triunfos y los errores diplomáticos y internacionales del Brasil, no son solamente la obra personal del canciller supremo” (1974, p. 259).

Em nossa análise a respeito dessa fonte, a supracitada concepção exposta por Alsina Júnior sobre a “Questão de Palmas” ser uma “disputa de egos” entre Zeballos e Rio Branco parece encontrar algum sentido, mas é importante corroborar que os dois diplomatas, acima de tudo, eram agentes que serviam aos interesses de seus respectivos Estados. No entanto, o argentino parece tentar até transparecer uma “superioridade moral” sobre o Rio Branco a partir da descrição de suas linguagens corporais após a leitura do laudo do imbróglio:

Cuando, reunidos en el ministerio de Relaciones Exteriores de los Estados Unidos de América, los plenipotenciarios brasileños y la misión argentina en pleno, nos fue leído, observe que el barón de Rio Branco estaba de tal manera conmovido y pálido, que no podía pronunciar palabra. Entonces me puse de pie, y tendiéndole la mano le dirigí las siguientes:

- ¡Felicito a V. E. por este triunfo y hago votos porque él consolide la amistad de nuestros dos países!...

El barón me estrechó la mano trémulo, conmovido y en solemne silencio. (ZEBALLOS, 1974, p. 263)

No pronunciamento, Zeballos afirma que defendera a Argentina na “Questão de Palmas”

por “patriotismo” e “dever cívico”<sup>106</sup>, e reconhece, por fim, que a diplomacia brasileira possuía razão em reivindicar o território em disputa:

El culto de la Historia exige afirmar que el Brasil tenía razón en la cuestión de Misiones. Así lo demostraron al gobierno argentino el general Garmendia y el ingeniero Virasoro, peritos de límites que al explorar el terreno, comprobaron el error de hecho con que España había sostenido esta cuestión contra Portugal (ZEBALLOS, 1974, p. 260)

Dentre as diversas acusações contra o Rio Branco, desde este agir como “ditador”, ter “carta branca” para atuar como quisesse à frente do Itamaraty, e por “gobierñar desde su residencia” (ZEBALLOS, 1974, p. 269), o argentino afirma que o Barão possuía uma ampla gama de veículos de imprensa a seu favor, não apenas no Brasil, mas na Europa, e em países da América do Sul, como Paraguai, Bolívia, Peru e Chile. O “grande plano” de Rio Branco, portanto, seria formar uma “grande massa de opinião” e poder militar, apoiado por Washington, com o intuito de isolar a Argentina (ZEBALLOS, 1974, p. 270).

Para Zeballos, a obsessão do Barão correspondia ao domínio do Rio da Prata, e três foram as causas que o fizeram fracassar em seu “sueño trabajado enérgica y pacientemente, durante una década, contra la República Argentina”: o despertar da opinião pública argentina e a lei pró-armamentos, de 1908; a falta de apoio direto da diplomacia chilena; e a Revolta da Chibata, que ocorrera no final do ano de 1910 (ZEBALLOS, 1974, p. 272). Por fim, ele complementa:

Sin aquellas circunstancias, y si el Brasil hubiera tenido su poder militar en mejores condiciones cuando llegaron sus grandes acorazados, la República Argentina habría pasado por horas terribles, sufriendo negociaciones diplomáticas peligrosas, o habría sostenido una lucha difícil, para triunfar con sacrificios inconmensurables (ZEBALLOS, 1974, p. 272)

Sobre essa última questão, Rio Branco, em discurso no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, em junho de 1908, salienta ao fato dos encouraçados brasileiros serem “grandes demais para navegarem no Rio da Prata, estando impossibilitados de atacar a capital argentina” (BUENO, 1982, p. 25), porém Alsina Júnior (2015, p. 284), com sua costumaz leitura “realista” da ação riobranquiana sucinta ao fato de que “a reorganização naval permitiria ao país atuar ofensivamente contra a Argentina e de muito pouco serviria para o desempenho de funções de

---

<sup>106</sup> O diplomata argentino inicialmente encarregado para defender a causa do país no processo era o Nicolas Antonio Calvo (1817-1893), no entanto o mesmo viera a falecer quando estava na Europa organizando e estudando a documentação de defesa. Estanislao Zeballos, portanto, fora o novo encarregado de defender a Argentina, mesmo reconhecendo as inconsistências do laudo.

guarda costeira”, sendo este último argumento amplamente utilizado pelo Rio Branco desde o início da iniciativa brasileira de modernização naval, no começo do século XX.

Por fim, compreendemos os artigos compilados em *Diplomacia Desarmada* não apenas como um manifesto de Zeballos em “própria defesa”, como sustenta Grejo (2016, p. 190), mas também como uma forma encontrada pelo mesmo para se manter no debate público e político argentino e para se posicionar numa questão que sempre lhe fora muito cara: a posição argentina no concerto internacional de nações.

### 3 O “LONGO ANO DE 1910”: DA DISCÓRDIA AO ENTENDIMENTO

O terceiro e último capítulo da dissertação busca compreender e abordar o objeto proposto pela pesquisa sobretudo através das ilustrações e caricaturas. Ao utilizar a História Comparada como uma das metodologias, propomos a seguinte divisão do capítulo: no primeiro subitem, buscaremos abordar a trajetória e o desenvolvimento da imprensa ilustrada nas cidades de Buenos Aires e Rio de Janeiro dentro do nosso recorte temporal, identificando nos periódicos *Caras y Caretas* e *O Malho* traços indicativos sobre como cada nação enxergava a outra e como os mesmos retratavam a política externa de seus países e a rivalidade entre os respectivos chanceleres.

O segundo subitem, por sua vez, busca trazer à discussão dois fatos que são intrínsecos entre si e fundamentais para o estudo do processo de modernização da Marinha do Brasil e as relações de alteridade entre Argentina e Brasil: a Revolta da Chibata, ocorrida em 1910, e o racismo presente tanto na sociedade e imprensa brasileira à época quanto na imprensa argentina.

Por fim, o terceiro e último subitem, se propõe a apresentar as primeiras iniciativas de “entendimento” entre os dois países a partir de 1910, com a aproximação do presidente argentino Roque Sáenz Peña (1910-1914) e o Brasil, bem como a mobilização dos conceitos de “diplomacia cultural” e o histórico de visitas mútuas entre os presidentes de ambos os países no alvorecer do século XX.

#### 3.1 A imprensa como voz (e imagem) da rivalidade: a atuação de “O Malho” e “Caras y Caretas”

O historiador Marc Bloch concebe a História Comparada como método de comparação entre sociedades próximas no tempo e no espaço, e que seja possível, a partir da análise das mesmas, encontrar relações mútuas de trocas e influências, assim como diferenças e semelhanças. A História Comparada pode ser considerada um dos marcos do desenvolvimento da historiografia enquanto ciência, pois além de revelar seu caráter interdisciplinar<sup>107</sup>, também expõe o processo de como a historiografia deixara de ser deveras descritiva, como no século

---

<sup>107</sup> O historiador alemão Jürgen Kocka (1992), ao dissertar sobre a História Comparada e sua interdisciplinaridade, expõe a relação entre a historiografia e as demais ciências sociais.

XIX, e passara a desempenhar um papel mais explicativo e analítico, se abrindo também a outras ciências sociais.

O alargamento do campo historiográfico, como estudado a partir dos “novos objetos, problemas e abordagens” propostos sobretudo pela terceira geração dos *Annales* (“História Nova”), também problematiza a própria historiografia tradicional enquadrada dentro dos limites das fronteiras nacionais – a que o historiador britânico John Elliott (1930-2022) chama de “provincianismo histórico” (CABALLERO, 2015, p. 51), e interpreta a História Comparada como uma saída para o “problema da fronteira”.

Marc Bloch e John Elliott, estudiosos da comparação como método historiográfico<sup>108</sup>, no entanto, não renunciam às “histórias nacionais”, mas sugerem a comparação e a busca por semelhanças e diferenças entre distintas sociedades como um “ponto de partida” para a análise histórica, sendo o “retorno ao nacional” como etapas a serem feitas a posteriori (CABALLERO, 2015, p. 53). Demetrio Castro Alfin (1993), numa explícita defesa da História Comparada, a reconhece como uma metodologia rebuscada de análise, e não apenas um “recurso secundário”, reivindicando assim a sua primazia, e alertando para os “enganosos paralelismos anacrônicos” que a sua má utilização pode gerar.

Acerca da utilização da História Comparada no âmbito do estudo da América Latina e do Brasil, podemos destacar a contribuição de duas historiadoras brasileiras para a área: Maria Ligia Coelho Prado, em seu artigo *América Latina: história comparada, histórias conectadas, história transnacional* (2012), e a Maria Helena Rolim Capelato, a partir de sua obra *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo* (1998), onde a pesquisadora examina sob a perspectiva comparada os elementos simbólicos e o conceito de “populismo” na constituição da cultura política dos dois regimes.

Antes de tratar propriamente das duas revistas ilustradas que são utilizadas como fontes primárias no trabalho, os periódicos *Caras y Caretas* e *O Malho*, faz-se necessário retroceder a meados do século XIX para tratar da origem da imprensa ilustrada nas cidades de Buenos Aires e Rio de Janeiro.

No Brasil, encontramos na figura do escritor e jornalista Manuel José de Araújo Porto-Alegre (1806-1879), que também fora diplomata<sup>109</sup> e aluno de Jean-Baptiste Debret (1768-

---

<sup>108</sup> O historiador John H. Elliott atuara nos estudos sobre o Império Espanhol e o “mundo atlântico”, sendo este último um ramo da História Comparada que trata sobretudo das relações entre os europeus e o continente americano entre os séculos XV e XIX.

<sup>109</sup> Como diplomata brasileiro atuante na Europa e inserido em círculos literatos e intelectuais, Porto-Alegre atua como Cônsul em Berlim, Dresden e Lisboa, onde falece em 1879.

1848), o pioneirismo na arte da caricatura no país, tendo o próprio lançado no ano de 1844 a revista de humor satírico *A Lanterna Mágica*, de onze edições. Ângela Telles (2010, p. 37), no entanto, reconhece no periódico *Brasil Ilustrado*, criado em 1855 a partir dos desenhos do artista francês Sébastien Auguste Sisson (1824-1898), a primeira publicação regular de caricaturas no país.

Apesar do pioneirismo de *Brasil Ilustrado*, a revista *Semana Ilustrada*, criada em 1860, e que perdura no mercado editorial brasileiro até o ano de 1876, é reconhecidamente como a mais bem-sucedida revista ilustrada do século XIX, sendo fundada pelo alemão Henrique Fleiuss (1824-1882), o “verdadeiro criador da imprensa humorística no Brasil”, de acordo com Herman Lima<sup>110</sup>, e contando com nomes como Machado de Assis (1839-1908), Quintino Bocaiúva (1836-1912)<sup>111</sup> e Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882).

As relações de Fleiuss, criador da *Semana Ilustrada*, com as classes dirigentes, e mais exatamente com o imperador Dom Pedro II, são pertinentes para a compreensão das relações de poder na época. Apesar do pouco filtro existente nas revistas ilustradas, como bem destaca Luca (2005, p. 135), a *Semana Ilustrada*, diferente de outros veículos, não retratava de forma satírica o imperador apenas pela questão da proximidade dele com Fleiuss, mas também pela manutenção da imagem do soberano como “figura máxima, bastião de um Império que se queria preservar” (TELLES, 2010, p. 40).

As historiadoras Maria Helena Rolim Capelato e Maria Ligia Coelho Prado, já apresentadas, trabalham juntas na obra *O Breve Matutino*, de 1980, e a partir dessa publicação as mesmas traçam um estudo pioneiro sobre a atuação da imprensa como representante das classes dirigentes por meio de análises sobre o jornal *O Estado de S. Paulo*, e acerca disso justificam a pesquisa:

Os estudos históricos no Brasil têm dado pouca importância à imprensa como objeto de investigação, utilizando-se dela apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação (CAPELATO, M.; PRADO, M., 1980 apud LUCA, 2005, p. 118).

A obra, escrita há pouco mais de quatro décadas, e apesar do alargamento dos interesses

---

<sup>110</sup> Herman de Castro Lima (1897-1981) foi um escritor, memorialista e atuante pesquisador da arte caricatural. Durante um estudo de duas décadas, Lima organiza e publica, em 1963, a obra *História da Caricatura no Brasil* (quatro volumes), pela Editora José Olímpio.

<sup>111</sup> Quintino Bocaiúva, conhecido por sua destacada atuação política e diplomática, também exercera a atividade jornalística, militando pelas causas republicana e abolicionista. Além de colaborações junto ao *Semana Ilustrada*, Bocaiúva também fora redator-chefe do jornal *O Paiz*, substituindo Rui Barbosa, o primeiro redator-chefe do veículo.

historiográficos e do surgimento de inúmeras pesquisas acerca da imprensa, ainda se mantém atual, visto que a imprensa e o jornalismo ainda exercem influência tanto no âmbito da vida social quanto na política.

A imprensa como “partidária” e alinhada às suas próprias “ideologias”, no final do período imperial, é destacado por Luca (2005, p. 133-134), que percebe o papel ativo dos mais variados tipos de imprensa (republicanos, monarquistas, abolicionistas etc) em momentos históricos do país. O *Gazeta de Notícias* (1875-1956), periódico que também empregara a utilização de caricaturas e gravuras, é um exemplo de veículo de imprensa que assumia convicções políticas devido a sua militância fortemente abolicionista, tendo José do Patrocínio (1853-1905) um de seus redatores.

Do outro lado do Prata, a Argentina no final do século XIX e início do século XX, contava com uma “cultura letrada” diferente do Brasil, país com uma população analfabeta significativamente maior. O subsídio estatal<sup>112</sup> e o aumento de leitores no país<sup>113</sup> aparecem associados à esse projeto argentino de tornar Buenos Aires uma cidade moderna e cosmopolita, como já exposto, e que tinha o intuito de acompanhar os progressos e avanços do capitalismo e a chegada de imigrantes ao país.

A introdução da imprensa ilustrada na Argentina, com o objetivo de combinar as notícias políticas ao humor e sátiras caricaturais, surge na década de 1850, de acordo com Ângela Telles (2010, p. 47). Vicente Quesada, personagem ativo da vida política argentina e mais uma vez mencionado neste trabalho, expõe que esse ímpeto “devasso” argentino se dera como uma forma de “libertação” política após a queda de Juan Manuel Rosas do poder: “todos queriam escrever para o público e usar da liberdade de dizer o que pensar, gritar, criticar, rir” (MATALLANA, 1999 apud TELLES, 2010, p. 47).

O crescimento populacional do país, a heterogeneidade dos inúmeros imigrantes que aportavam em Buenos Aires e as inovações tecnológicas ofereceram bases para o desenvolvimento de um mercado editorial distinto do Brasil:

Um momento em que os novos periódicos surgiam e conseguem se manter sem o

---

<sup>112</sup> Na Argentina, a “Ley 1420”, promulgada em 1884, é considerada a “pedra fundacional da educação argentina”, e estabelece a educação primária como comum, gratuita e obrigatória aos cidadãos do país. Grejo (2016, p. 40) salienta que a educação pública estabelecida a partir de então funcionava como espaços de “controle de massas”, e diferencia essas escolas públicas com aquelas frequentadas pelas “elites”, os *Colegios Nacionales*, que ofereciam uma “educação enciclopédica” para a futura classe dirigente do país.

<sup>113</sup> Ao utilizar como referência a obra *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*, escrita em 1988 por Adolfo Prieto, Camila Grejo (2016, p. 42-43) argumenta que a Argentina chegou a ocupar o terceiro lugar mundial na relação entre periódicos por número de habitantes. O próprio *La Prensa*, veículo em que Zeballos atuara, utilizava o epíteto de “o diário mais informado do mundo”.

patrocínio de partidos políticos, o que resguardava maior independência política na produção jornalística e lhes garantia um lugar num mercado de consumo de produtos culturais que se diversificava cada vez mais (GIOVANAZ et. al., 2004, p. 2).

O periódico *El Mosquito*, que circula em Buenos Aires entre os anos de 1863 e 1893, é reconhecido como a principal revista ilustrada da Argentina. Marlise Giovanaz et al. (2004, p. 5), ao tratar da difusa cultura de revistas ilustradas que inundavam o mercado editorial portenho, mobiliza o conceito de “carnavalização”, proposto pelo filósofo e linguista Mikhail Bakhtin (1895-1975), e que representava no contexto da sociedade medieval, a subversão pela ordem, a “expressão simbólica para representar o exagero, a liberdade, os extravasamentos”. As revistas ilustradas, através do humor, expunham a “carnavalização da literatura” e a satirização das autoridades e poderes numa sociedade fortemente conservadora e hierarquizada como Buenos Aires na virada dos séculos XIX e XX.

Assim como tratamos brevemente no caso brasileiro, da relação de Henrique Fleiuss, do *Semana Ilustrada*, com as classes dirigentes, o mesmo pode ser observado na Argentina. O supracitado periódico *El Mosquito* possuía como sua principal liderança um outro europeu<sup>114</sup>, o francês Henri Stein (1843-1919). Este chega à Argentina, como muitos europeus, para servir de mão de obra barata, no entanto, ao perceber na imprensa ilustrada uma forma de ascensão social, Stein utiliza seus dotes artísticos e passa a trabalhar como caricaturista no *El Mosquito*, que à época precisava de artistas para a produção das ilustrações. A partir daí o francês progride dentro do periódico até chegar ao cargo de redator (TELLES, 2010, p. 55-56). Assim como apontado anteriormente acerca da relação de Fleiuss com Dom Pedro II, Telles (2010, p. 56-57) disserta sobre as correspondências de Stein com políticos argentinos e sua ligação ao “Partido Autonomista Nacional” (PAN) – que pode ser percebida em suas críticas e ilustrações contra os adversários políticos de Julio Argentino Roca, personalidade política já abordada no trabalho.

---

<sup>114</sup> É perceptível a grande presença de imigrantes em trabalhos relativos à imprensa, tanto na Argentina quanto no Brasil, desde a operação em maquinários até aos cargos de direção e redação. Muitos dos imigrantes que aportavam no continente com o desejo de “fazer a América” encontraram na imprensa uma forma de trabalho e ascensão social.

Figura 1 - “La Despedido del Dr. Tejedor”



Fonte: *El Mosquito*, 20/06/1875.

Figura 2 – “Un cocinero em apuros”



Fonte: *El Mosquito*, 20/06/1875.

Estas duas caricaturas do *El Mosquito* ajudam a ilustrar a forma como o periódico expunha a política externa argentina: a primeira figura, a partir do supracitado “caso Tejedor”, e a segunda, pelo próprio contexto geopolítico argentino no final do século XIX, onde o país tinha de lidar com os anseios “expansionistas” do Império do Brasil na região do Prata, e ao

mesmo tempo, com as disputas fronteiriças com o Chile, que permeiam todo o século.

Tais breves apontamentos expostos até aqui acerca da gênese e desenvolvimento das revistas ilustradas em Buenos Aires e no Rio de Janeiro nos ajudam a desenvolver, à luz da História Comparada, análises sobre as semelhanças e diferenças entre os mesmos: a imprensa ilustrada como sendo, consideravelmente, influenciada por caricaturistas europeus que viam na América do Sul um ambiente oportuno para o exercício de seu ofício e as distinções expostas quanto às “culturas educacionais” e graus de instrução e alfabetização de cada país.

Por último, um fato interessante a ser pontuado, e que aproxima ainda mais as relações de trabalho na imprensa ilustrada de Buenos Aires e Rio de Janeiro, corresponde à grande circulação de caricaturistas entre as duas regiões, onde podemos destacar o francês Alfredo Michon, que trabalhara não apenas nas capitais argentina e brasileira, como também ilustrara periódicos em Montevidéu, e o espanhol Cao, que atuou no periódico *Don Quijote*, rival do *El Mosquito*, e colaborara para os dois veículos principais de nosso trabalho, o brasileiro *O Malho* e o argentino *Caras y Caretas*.

No trabalho desenvolvido nesta dissertação, as revistas ilustradas *Caras y Caretas* (1898-1939)<sup>115</sup> e *O Malho* (1902-1954), dentro do recorte temporal de nossa pesquisa (1904-1912), foram selecionadas por alguns motivos específicos para além do grande material acerca das políticas externas de Argentina e Brasil que as mesmas produziram. A revista brasileira, criada em 1902 pelo jornalista e ator Crispim do Amaral (1858-1911), além do seu grande número de colaboradores, desenhistas e jornalistas<sup>116</sup>, também se destacava por sua cobertura acerca das questões diplomáticas brasileiras do alvorecer do século XX, capitaneadas por Rio Branco. O periódico *O Malho* lidera, com certa vantagem para o segundo colocado, o *Jornal do Brasil*, a lista dos veículos de imprensa que mais caricaturas produziram sobre o Barão do Rio Branco, de acordo com a obra *O Barão do Rio Branco e a caricatura: Coleção e Memória*, organizada e publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão em 2012.

A revista *Caras y Caretas*, por sua vez, fora selecionada sobretudo pela viabilidade de acesso às fontes primárias, que se encontram digitalizadas e acessíveis à pesquisa na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional da Espanha, e também pelo protagonismo exercido pelo

---

<sup>115</sup> A revista ilustrada *Caras y Caretas* foi originalmente publicada no Uruguai pelo jornalista espanhol Eustaquio Pellicer (1859-1937), e circulara em Montevidéu entre os anos de 1890 e 1897. A partir de 1898, a revista passa a ser editada em Buenos Aires, tendo como editor o jornalista argentino José Escalada, conhecido como Fray Mocho (1858-1903), e circula até o ano de 1939.

<sup>116</sup> Além do supracitado caricaturista Cao, que também colaborou com a *Caras y Caretas*, dentre outros influentes colaboradores da revista *O Malho* que podem ser citados estão o escritor e jornalista João do Rio (1881-1921) e o caricaturista italiano Angelo Agostini (1843-1910), de destacada atuação republicana e abolicionista.

periódico em seu período de atividade:

Caras y Caretas ocupou lugar tanto no seio popular quanto entre a referida elite intelectual argentina, na medida em que “(...) por um lado questionava a censura e as instituições religiosas, os usos culturais da arte e os hábitos políticos; por outro, fazia alusão à manutenção da ordem social e econômica” (GIOVANAZ et al., 2004, p. 4-5).

Figura 3 - “El humor yankee”



Fonte: *Caras y Caretas*, 20/11/1909.

Figura 4 – “Os três reis magros de agora”



Fonte: *O Malho*, 09/01/1904.

Segundo o embaixador Manoel Gomes Pereira (2012), o Rio Branco, além da relevância política que alcançara no início do século XX, também se tornara popular entre os caricaturistas “pelo seu porte físico alto, corpulento, calvo e com enormes bigodes”. As duas caricaturas expostas acima, tanto do *Caras y Caretas*, quanto do *O Malho*, expõem essas características. No primeiro, as dimensões territoriais do Brasil são personificadas pela “opulenta” presença do Barão do Rio Branco; no segundo, o chanceler brasileiro se posiciona ao lado do escritor e diplomata Manoel de Oliveira Lima (que fora nomeado para servir no Peru, mas não assumira o cargo<sup>117</sup>) e de Custódio José Coelho de Almeida, à época, diretor interino do Banco do Brasil.

A presença do mapa do Acre na mão do Rio Branco na ilustração expõe o quanto o tema fora explorado pelos caricaturistas à época. Não por pouco: a anexação do território acreano ao Brasil, selado em 1904 pela assertiva atuação do Barão, o projetou nacionalmente, tornando-o uma figura ainda mais “emblemática” na diplomacia brasileira. A supracitada obra *O Barão do Rio Branco e a caricatura: Coleção e Memória* (2012), em novo levantamento, ilustra a “Questão do Acre” como o assunto mais abordado e explorado pelas revistas ilustradas.

Ao voltarmos às análises sobre o crescente clima de “paz armada” na América do Sul,

<sup>117</sup> Oliveira Lima atuara como Ministro Plenipotenciário na Venezuela, ao invés de atuar no Peru. O diplomata, que possuía uma relação ora amistosa, ora conflituosa com o Rio Branco, desejava, na verdade, desempenhar suas funções em países europeus, onde ele teria um “ambiente intelectual estimulante” (HENRICH, 2019, p. 192).

com o Brasil na expectativa de recepcionar a chegada de seus tão aguardados encouraçados *dreadnought*, e a Argentina em clima bélico, que reverberava desde a aprovação da supracitada lei pró-armamentos, em 1908, até às “excursões” do então ex-chanceler Estanislao Zeballos pelo país promovendo a rivalidade com o Brasil, podemos identificar na imprensa uma atuação enquanto “grupo de pressão”<sup>118</sup>, onde a mesma seria capaz de influenciar as relações entre os dois países.

É necessário reconhecer as “funções sociais” ocupadas pela imprensa no começo do século XX, que com o advento das práticas modernas de impressão e sofisticação de recursos de maquinário, precisavam se inserir na lógica capitalista (LUCA, 2005, p. 133). Ao pesquisador atento, e ainda quanto à questão de enxergar a imprensa como “grupo de pressão”, é necessário também o discernimento de que as fontes primárias podem não necessariamente apresentarem como os fatos de desenvolveram, mas sim como a opinião pública pensava – ou fora levada a pensar.

Adelar Heinsfeld (2002) expõe a atuação de periódicos argentinos e brasileiros na escalada das relações entre os dois países, e disserta sobre a mobilização de populares nesse imbróglio. O jornal *A Imprensa*<sup>119</sup>, em maio de 1910, publica um artigo intitulado “O zeballismo moribundo”, que acusa o ex-chanceler argentino de mobilizar manifestações anti-brasileiras no país, promovendo atos de desacato à bandeira do Brasil nas cidades de Rosário e Buenos Aires, além de depredações contra o consulado brasileiro. No Brasil, os ânimos se exaltam contra os atos argentinos, e a população brasileira não tarda em responder aos ataques que feriram a “honra nacional”.

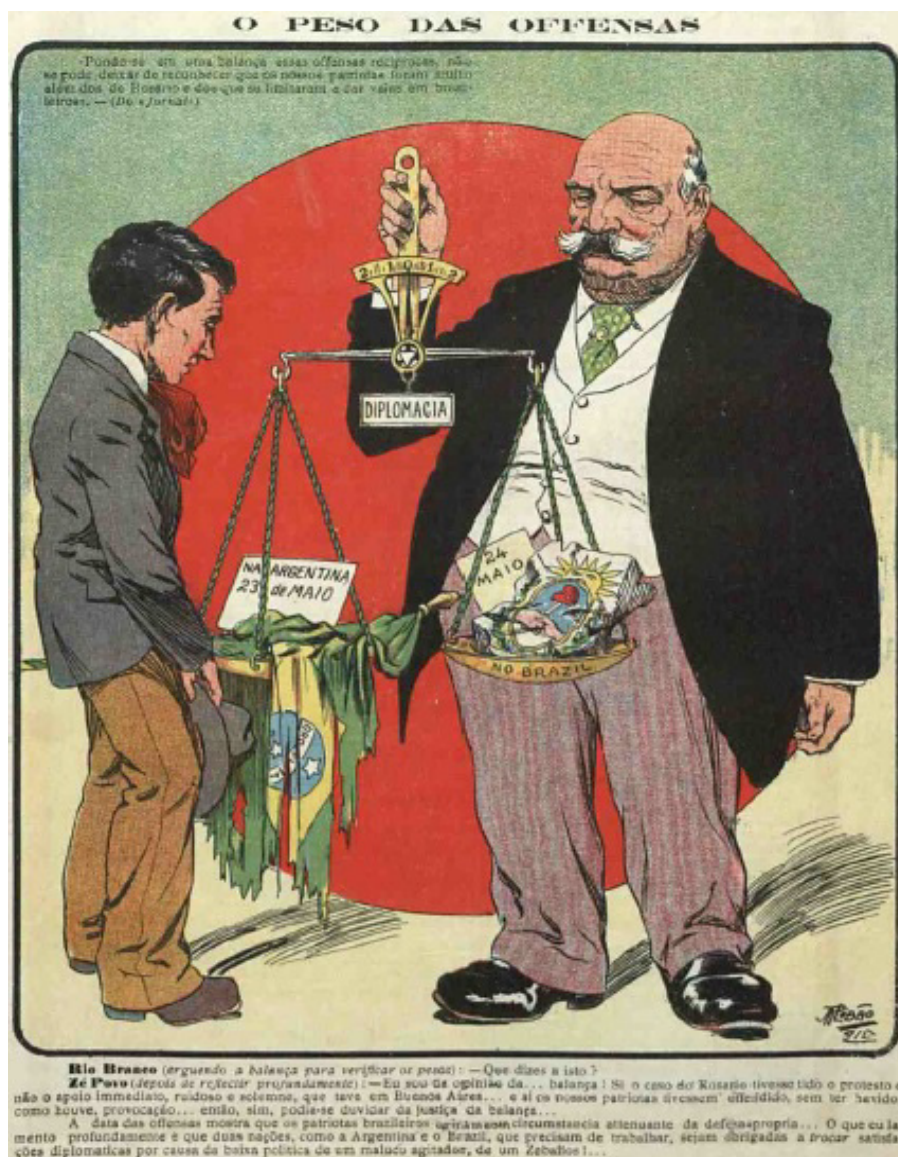
Em nossa pesquisa, a partir da seleção dos materiais expostos pelas revistas *Caras y Caretas* e *O Malho* dentro do recorte temporal, identificamos na edição de número 403 da revista brasileira, datada de 04/06/1910, a mais completa cobertura sobre as relações entre Argentina e Brasil e sobre essa “onda” de manifestações anti-argentinas e anti-brasileiras que se proliferaram nos dois países, como descritas por Heinsfeld (2002).

---

<sup>118</sup> Ao abordar tais episódios contenciosos entre Argentina e Brasil, o historiador Adelar Heinsfeld (2002) utiliza-se da perspectiva do cientista político tcheco Karl Deutsch (1912-1992), que enxerga a imprensa como um “grupo de pressão” no âmbito das relações internacionais e em contextos de disputas entre Estados.

<sup>119</sup> O jornal *A Imprensa*, da capital federal, circulava entre os anos de 1898 e 1914. No ano de 1908, a partir de um artigo intitulado “Pro-Patria”, o jornal ressalta o sentimento militarista que assolava parte considerável da “opinião pública nacional”, além de posturas ufanistas com fortes críticas aos opositores dos investimentos navais brasileiros. Este artigo exalta ainda mais os ânimos argentinos, que atribuem a autoria do mesmo ao Rio Branco. Por outro lado, o *Jornal do Commercio* (1827-2016), também do Rio de Janeiro, mantinha uma postura menos “bélica” quanto ao programa naval brasileiro e com a vizinha Argentina. Essa postura do *Jornal do Commercio* pode ser exemplificada pelo artigo “A Paz e o Desarmamento”, publicado em 1909 por Teixeira Mendes (1855-1927), filósofo positivista e também o autor da atual bandeira nacional brasileira.

Figura 5 – Capa da edição: “O peso das offensas”



Fonte: *O Malho*, 04/06/1910.

A partir da capa da supracitada edição de número 403 da revista *O Malho*, podemos identificar as figuras do Rio Branco e de “Zé Povo”, este último como a representação personificada da massa brasileira e deveras utilizado pelo veículo<sup>120</sup>. Na caricatura, identificamos, além do diálogo entre ambos expostos na parte inferior da capa, uma nota editorial logo abaixo do título, onde se pode reconhecer a opinião do veículo sobre a troca de ofensas entre argentinos e brasileiros: “Pondo-se em uma balança essas offensas reciprocas, não

<sup>120</sup> A construção simbólica do personagem “Zé Povo” no imaginário popular é fortalecida e utilizada não apenas no *O Malho*, mas em outras inúmeras revistas ilustradas no início do século XX. Ver: JUSTEN, J. F. S.; DORE, M. I. Condições de produção e difusão do personagem Zé Povo no Brasil: um estudo sobre as caricaturas políticas na revista ilustrada *O Malho* (1900-1910). *Revista Intelléctus* (online), v. 19, p. 114-140, 2020.

se pode deixar de reconhecer que os nossos patriotas foram muito além dos de Rosário e dos que se limitaram a dar vaias em brasileiros”.

Figura 6 – “No ‘atelier’ da diplomacia”



Fonte: *O Malho*, 04/06/1910.

A figura 6 expõe as caricaturas de Rio Branco, tentando remendar a bandeira brasileira que fora rasgada e ofendida na Argentina (reforçando a “habilidade pacífica” do Barão, que costura o pavilhão nacional com a “agulha da diplomacia”), de Estanislao Zeballos, ao fundo, como promotor das manifestações anti-brasileiras em seu país (e em suas vestes a expressão “Brazilophobia argentina”), e um sujeito com uma espada em riste, representando o Brasil, e reivindicando uma maior assertividade por parte do chanceler, como é exposto na legenda. Adelar Heinsfeld, ao se debruçar em jornais do interior catarinense a fim de melhor compreender o episódio, nos ajuda na interpretação do ímpetus exaltados de grande parte da

população brasileira, não apenas na capital federal: “patriotas brasileiros’ haviam apedrejado os Consulados Argentinos no Rio de Janeiro, Bahia, Santos, Porto Alegre, Bagé, Itaqui e Uruguaiana” (HEINSFELD, 2002, p. 9).

Figura 7 – “Therapeutica pacifica internacional”



Fonte: *O Malho*, 04/06/1910.

Por fim, esta última figura analisada e exposta nesta parte do terceiro capítulo fora selecionada por dois sentidos que podem servir como uma introdução para os objetos tratados nos dois próximos subitens, respectivamente: o primeiro sentido a ser problematizado, quanto à questão racial, é a presença do presidente Nilo Peçanha (1909-1910), o primeiro presidente mestiço afro-brasileiro, e cuja condição racial fora ora ocultada, ora ressaltada por veículos de

imprensa da época<sup>121</sup>. O segundo sentido, ainda sobre as relações entre Argentina e Brasil, se dá acerca da continuidade das provocações dos argentinos e o prosseguimento do clima de tensão entre os dois países. Na visão de nossa pesquisa, as relações entre ambos se estabilizam apenas na presidência de Roque Sáenz Peña, que assume o cargo no final do ano de 1910, sendo este o objeto tratado na última parte do capítulo.

### 3.2 Chibata, representação e raça: a “história vista de baixo”

O “longo ano” de 1910 se apresenta, provavelmente, como o ano mais importante do recorte temporal de nosso trabalho, que se inicia em 1904, com o início das discussões sobre a necessidade de modernizar a Marinha do Brasil com o Ministro Júlio César de Noronha, e que se prolonga até o ano de 1912, com a morte de Rio Branco.

Além da chegada dos tão aguardados encouraçados *dreadnought*<sup>122</sup>, da exaltação de ânimos de populares argentinos e brasileiros, expostos anteriormente, e da visita ao Rio de Janeiro do presidente argentino Roque Sáenz Peña, que será abordada na última parte deste capítulo, o ano de 1910 se apresenta, no mês de novembro, como marcado por um grande acontecimento que afeta diretamente o cotidiano da capital federal e que expõe as mazelas sociais e o racismo presente na sociedade brasileira: a “Revolta dos Marinheiros” ou a “Revolta da Chibata”<sup>123</sup>, ocorrida entre os dias 22 e 26 do mês supracitado.

A “Revolta da Chibata”, expressão que será utilizada neste trabalho para nomear o

---

<sup>121</sup> Frederico Ferreira (2024, p. 302) chama a atenção também para a pouca atenção dispensada por historiadores para a atuação de Nilo Peçanha enquanto chanceler (1917-1918), sendo o mesmo responsável por declarar guerra à Alemanha no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e tendo permanecido no cargo durante pouco mais de um ano, além de ser sua gestão a responsável por admitir mulheres a integrarem o serviço exterior brasileiro, antes restrito apenas a homens. Sobre a questão racial, Fábio dos Santos Maria (2019) analisa justamente a partir de *O Malho* as representações raciais acerca de Peçanha.

<sup>122</sup> A “Esquadra de 1910”, como já exposto no trabalho, era composta também por cruzadores e contratorpedeiros, para além dos dois encouraçados.

<sup>123</sup> A complexidade desse episódio histórico e as inúmeras disputas de poder e narrativas que existem em torno do mesmo por si só já ilustram sua densidade: o almirante Hélio Leôncio Martins (1915-2016), profundo pesquisador da história naval brasileira, nomeia o levante de “Revolta dos Marinheiros”, e sobre o episódio, publica a obra *A Revolta dos Marinheiros de 1910*, em 1988, a partir de uma visão mais “oficiaisca”. A expressão “Revolta da Chibata”, utilizada para nomear o motim ocorrido em novembro de 1910, é conhecida e empregada, sobretudo por jornalistas, desde a época, e fora consagrada na historiografia por alguns pesquisadores que buscam ler o evento a partir da “história vista de baixo”, e dentre esses pesquisadores, podemos citar o historiador Álvaro Pereira do Nascimento, que apesar de também utilizar a expressão “Revolta dos Marinheiros”, também emprega outras, como no artigo “Sou escravo de oficiais da Marinha’: a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910)”, publicado em 2016, e uma das referências bibliográficas do trabalho.

motim, é um episódio pouco abordado pela historiografia de acordo com o historiador Álvaro Nascimento (2016), e expõe uma multiplicidade de sentidos e significados que ajudam na compreensão de nosso objeto, desde a problematização da real necessidade dos gastos com a “Esquadra de 1910”, as reminiscências políticas advindas da Revolta da Armada (1891-1894)<sup>124</sup> e a própria disputa que havia quanto à sucessão do presidente Afonso Pena (1906-1909)<sup>125</sup>, entre Hermes da Fonseca, oficial do Exército Brasileiro, e o civilista Rui Barbosa<sup>126</sup>.

A movimentação da revolta, em 1910, inicia-se no dia 22/11, quando os marinheiros debelados, majoritariamente negros<sup>127</sup>, comandados por João Cândido<sup>128</sup>, ocupam o encouraçado *Minas Gerais* aos gritos de “Viva a Liberdade!” e “Abaixo a chibata!”. Dentre as consequências imediatas, estão a morte do comandante da embarcação, o capitão João Batista das Neves (1856-1910), além de outros marinheiros, grumetes e oficiais. A truculência empregada na revolta é descrita por Arias Neto (2001, p. 262), além do efeito de “ataque-surpresa” que a revolta proporcionou:

Até aquele momento, supunha-se que a marinhagem em revolta era composta pelas guarnições dos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo* e do scout *Bahia*. Somente no dia seguinte, 23 de novembro, é que se soube da adesão do encouraçado *Deodoro*. Além disso, naquele momento, aderiram à revolta, as tripulações do cruzador *República* e do cruzador-torpedeiro *Timbira* (ARIAS NETO, 2001, p. 262)

---

<sup>124</sup> O almirante e ex-Ministro da Marinha Alexandrino Faria de Alencar e o próprio senador Rui Barbosa, ambos com relevante atuação no contexto da Revolta da Armada, sofreram com acusações por parte de opositores de serem uns dos “organizadores” do motim, que fora interpretado à época até como um golpe de estado (ARIAS NETO, 2001, p. 267).

<sup>125</sup> O presidente Afonso Pena viera a falecer no exercício de seu mandato, e fora sucedido por seu vice, Nilo Peçanha (1909-1910), antes de convocadas as novas eleições.

<sup>126</sup> O pleito presidencial de 1910 fora marcado fortemente pela acirrada disputa entre Rui Barbosa, senador e opositor da presença de militares na política (daí a expressão “civilista”), e o marechal Hermes da Fonseca, vencedor da eleição, e que anteriormente ocupara o cargo de Ministro da Guerra entre os anos de 1906 e 1909.

<sup>127</sup> Tais marinheiros negros eram comumente chamados de “ventre-livres” por serem descendentes dos escravizados libertos após a lei de 1871 e por muitos deles ainda possuírem memórias da escravidão e relações próximas e familiares com ex-escravizados.

<sup>128</sup> João Cândido Felisberto (1880-1969), um desses “ventre-livres”, era gaúcho de Encruzilhada do Sul e filho de um ex-escravizado alforriado, tendo vivido em Porto Alegre e Rio Pardo, sendo esta última a cidade de Alexandrino Faria de Alencar, ex-Ministro da Marinha e amigo e “protetor” de João Cândido. O líder da Revolta da Chibata ingressara na carreira militar ainda menor de idade, aos treze anos, servindo em Porto Alegre, inicialmente no Arsenal de Guerra do Exército, e depois na Escola de Aprendizes de Marinheiros, até ser removido para a 16ª Companhia da Marinha (Rio de Janeiro), onde chega no final de 1895. Perito nas mais diversas “artes navais”, desde levantamento hidrográfico e reconhecimento de portos até funções de timoneiro e maquinista, João Cândido atuara em diversas viagens pelo mundo enquanto tripulante de embarcações da Marinha do Brasil, entrando em contato com diversas “culturas marujas”: “Ao contrário do estereótipo que identificava João Cândido como um homem sem instrução, ele foi, sim, instruído e instrutor” (MOREL, 2008, p. 38).

Nascimento (2016) elenca três reivindicações que justificaram o levante dos marinheiros, sendo a extinção da chibata e outros castigos corporais apenas como a segunda delas<sup>129</sup>. A primeira das reivindicações exigia que fossem retirados os “oficiais incompetentes”, que Nascimento (2016, p. 155) descreve como “indivíduos que, na hora de exigir dos comandados o cumprimento dos serviços diários, não levavam em conta a diferença entre o acúmulo das tarefas e o número de marinheiros disponíveis para realizá-las”.

A terceira reivindicação, diferente das anteriores, que são pouco mais abordadas na historiografia, é fruto de investigações diretas do próprio Álvaro Nascimento a partir dos registros do marinheiro Francisco Dias Martins (1888-1946)<sup>130</sup>, e correspondia à necessidade de melhorias na formação dos marinheiros: “Era urgente que a Marinha fosse capaz de educar e preparar seus marinheiros para o trabalho e a vida em grupo, diminuindo as tensões” (NASCIMENTO, 2016, p. 156).

É válido pontuar também, como já fora exposto brevemente no primeiro capítulo do trabalho, que o Programa Naval de 1906 possuía em seus postulados fortes críticas ao seu antecessor, e dentre as mudanças pretendidas, encontravam-se o desenvolvimento e aprimoramento educacional dos quadros da Marinha do Brasil, entre oficiais e praças. O Ministro Alexandrino Faria de Alencar fora o responsável, por exemplo, pela criação de diversas instituições de ensino, como a própria Escola de Aviação Naval, no ano de 1916<sup>131</sup>. A diminuição das desavenças entre os marinheiros, em que muitos desses conflitos por vezes terminavam em homicídios (NASCIMENTO, 2016, p. 155-156), perpassa pela profissionalização da instituição e capacitação técnica dos militares.

---

<sup>129</sup> A comparação entre os castigos corporais sofridos pelos marinheiros no início do século XX àqueles dos tempos da escravidão era deveras explorada pela imprensa, o que incomodava fortemente os oficiais da Marinha do Brasil. No entanto, vale destacar que tais castigos “disciplinares” não eram realizados unicamente no país: Martini (2014) afirma que esse método de castigo era uma “herança dos tempos de veleiros”, e mantido por várias forças navais mundo afora, embora tivesse sido abolido da Marinha Real Britânica, a principal armada do planeta à época, ainda no final do século XIX, no ano de 1881.

<sup>130</sup> Nascido no Ceará, Francisco Dias Martins é considerado o “mentor intelectual” do levante (sendo o João Cândido o “homem de ação”), e a ele também é atribuído a autoria do manifesto da revolta, endereçada ao presidente Hermes da Fonseca, que vence a eleição e assume a presidência cerca de uma semana antes da revolta. Ver: MOREL, Marco. João Cândido e a luta pelos direitos humanos. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2008.

<sup>131</sup> Alexandrino Faria de Alencar exercera o cargo de Ministro da Marinha em três oportunidades: entre 1906 e 1910, 1913 e 1918 e 1922 e 1926.

Figura 8 – “Actualidades na Marinha”



Fonte: *O Malho*, 10/12/1910.

A partir da figura 8, o periódico *O Malho* retrata bem o abalo que sofrera a Marinha enquanto instituição no que diz respeito aos ritos disciplinares e hierarquia, como bem expõe Nascimento (2016, p. 153): “Poderia ser indigno e até humilhante a um oficial comandante ter esse contato de olhos nos olhos com alguém muito mais abaixo na hierarquia que um seu próximo”.

Ainda sobre a questão da hierarquia, Álvaro Nascimento apresenta em seu trabalho os escritos do oficial José Eduardo de Macedo Soares (1911), que sob o anonimato e assinando suas publicações apenas como “um oficial da Armada”, expõe:

A oficialidade da marinha sempre foi, ao menos, uma parte das mais escolhidas da alta sociedade do Brasil; porque ela merecerá menos crédito quando afirma a imprescindível necessidade do castigo do que indignos políticos que advogam os próprios inconscientes interesses explorando uma falsa piedade pelo negro boçal que mata e rouba? (SOARES, 1911 apud NASCIMENTO, 2016, p. 164)

A má preparação de pessoal para operar os modernos encouraçados, que pode ser entendido por nossa pesquisa como uma das causas que originam a terceira reivindicação dos marinheiros, como exposto anteriormente, é salientado pelo deputado José Carlos de Carvalho (1847-1934)<sup>132</sup> em discurso no Congresso:

<sup>132</sup> José Carlos de Carvalho, deputado pelo Rio Grande do Sul, fora recebido a bordo do encouraçado *dreadnought São Paulo* e propôs diálogo com Manoel Gregório do Nascimento, um dos líderes do levante.

Dirigi-me [...] para bordo do ‘São Paulo’, [...] recebido com todas as honras, perguntei quem se responsabilizava por aqueles atos. Responderam-me: ‘Todos!’ e um deles acrescentou: ‘Navios poderosos como este não podem ser tratados, nem conservados, por meia dúzia de marinheiros que estão a bordo; o trabalho é redobrado, a alimentação é péssima e mal feita e os castigos aumentam desbragamente. Estamos em um verdadeiro momento de desespero: sem comida, muito trabalho e nossas carnes rasgadas pelos castigos corporais, que chegam à crueldade’ (ARIAS NETO, 2001, p. 263)

Tal problemática referente à falta de preparo dos militares, já exposta por Arias Neto (2001) e Nascimento (2016), é tratada também por Martini (2014, p. 321), quando o mesmo recorda semelhante situação que ocorrera no contexto pós-Revolta da Armada, quando ao adquirir embarcações emergencialmente, o Brasil se depara com a má qualificação dos oficiais e praças para os serviços operacionais.

Martini (2014) propõe uma visão, também partilhada pelo diplomata Rubens Ricupero<sup>133</sup>, onde a Revolta da Chibata, além de revelar uma dialética entre o “Brasil real” (dos marinheiros debelados) e o “Brasil ideal” (uma nação que aspira ser moderna a partir dos poderosos *dreadnoughts*), também mostrara que as novas aspirações eram mais ilusórias quanto ao poder naval que propriamente efetivas em sua capacidade dissuasória, como desejavam as classes dirigentes e o Barão do Rio Branco. Eram precárias, na Marinha do Brasil, as condições de treinamento e manejo das novas tecnologias recém-incorporadas à Esquadra, assim como questões acerca de qualificação de pessoal e gestão: “ao invés ser decorrência do progresso da sociedade brasileira, a ‘Esquadra de 1910’ revelava as suas fragilidades” (MARTINI, 2014, p. 322).

Rio Branco e Rui Barbosa, cada um à sua forma, preconizaram no contexto da Revolta da Chibata a integridade dos “vasos de guerra”. O segundo, no alto de sua posição civilista, e mantendo uma postura discordante de seus adversários políticos, propõe projeto de lei que prevê anistia aos rebeldes como uma forma de manutenção da paz<sup>134</sup>, no entanto enfatiza a questão da segurança da “fortuna pública” (os encouraçados, sobretudo) como fim: em outras palavras, Rui Barbosa mostra-se apreensivo quanto à integridade física dos encouraçados *dreadnought*, postura essa que segue a “linearidade” de suas ideias no que diz respeito à questão naval brasileira, expostas desde as suas atentas leituras do pensamento de Alfred Mahan até às observações sobre a geopolítica mundial, como já trabalhados anteriormente nesta pesquisa.

<sup>133</sup> A ideia exposta por Ricupero de que a Revolta da Chibata fora a “invasão do país real a perturbar a república dos cafeicultores” (RICUPERO, 2000, p. 67 apud MARTINI, 2014, p. 322).

<sup>134</sup> Arias Neto (2001, p. 272), no entanto, ressalta que para Rui Barbosa a anistia não era entendida como “perdão”, e sim como o “único meio para pôr fim ao movimento dos marinheiros”.

Figura 9 – “Consequências do sentimentalismo”



Fonte: *O Malho*, 17/12/1910.

Acerca da figura 9 em específico, o almirante Hélio Leôncio Martins (1988, p. 8), em tom crítico e até “corporativista”, de certa forma, faz uma pontuação que nos ajuda a compreender como a Marinha do Brasil enxerga o episódio<sup>135</sup>:

escritores de esquerda utilizaram a sublevação, puramente militar que foi, para transformá-la em um movimento popular. Dispunham de todos os ingredientes necessários: uma causa simpática (o fim dos castigos corporais); um núcleo de pessoas humildes chefiadas pelo menos nominalmente, por elemento primário, semi-analfabeto (e negro, isto poucos anos depois da Abolição, quando a cor da pele ainda tinha conotações de inferioridade), que se impuseram à Nação, mantendo inegavelmente atitude coerente e firme até obterem o que aspiravam, além da aprovação de seus atos pelo Congresso e pela opinião pública (MARTINS, 1988, p. 8).

<sup>135</sup> O verbo “enxergar” conjugado no presente foi proposital, tendo em vista que o debate sobre a memória de João Cândido e dos significados da Revolta da Chibata ainda seja objeto de discussão, vide o projeto de lei que tenta, há pelo menos duas décadas, incluir o nome de João Cândido no “Livro de Heróis e Heroínas da Pátria” e que conta com forte oposição do oficialato da Marinha do Brasil.

Figura 10 – “Nas buchas do bombardeio”



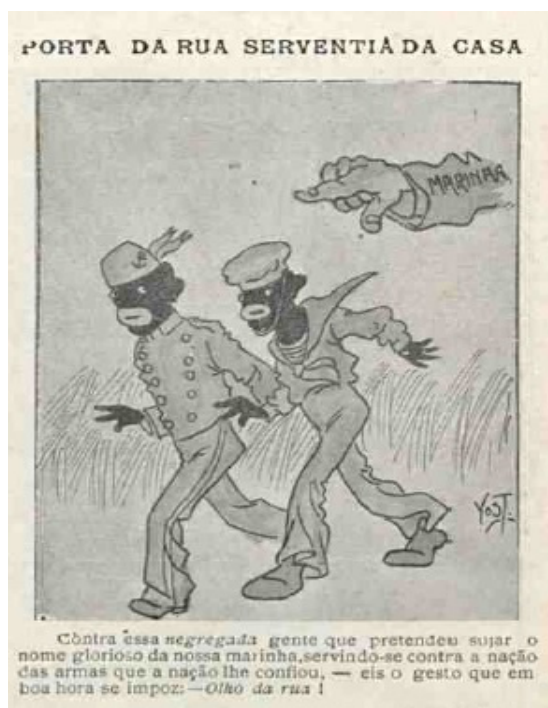
Fonte: *O Malho*, 03/12/1910.

A figura 10 ilustra um diálogo de “Zé Povo”, em tom de crítica, argumentando com o Barão do Rio Branco sobre a utilidade dos “elephantés brancos” que o mesmo “morria de amores”, expondo a postura “apaziguadora” do chanceler.

Zé Povo, que apesar do nome, muitas vezes refletia apenas a opinião do veículo (transparecendo tal posição como “popular”), nesta caricatura em específico, ilustra de fato um temor de grande parte da população do Rio de Janeiro, como expõe Arias Neto:

Os jornais, já na manhã de 23, noticiavam a revolta e divulgavam que a população da zona sul, tomada de pavor, devido ao poder de fogo dos navios, começou a evadir-se para os subúrbios e para Petrópolis. As ameaças do governo só contribuíram para aumentar o clima de tensão (ARIAS NETO, 2001, p. 267).

Figura 11 – “Porta da rua serventia da casa”



Fonte: *O Malho*, 17/12/1910.

A figura 11, por sua vez, dentre as diversas caricaturas flagrantemente racistas expostas no *O Malho*, tem por contexto a “Revolta do Batalhão Naval”, ocorrida entre os dias 9 e 10 de dezembro de 1910 na Ilha das Cobras, e caracterizada por ser um desdobramento, uma sublevação consequente da Revolta da Chibata. O novo motim durou apenas 18 horas, sendo reprimida pela Marinha, mas fora tempo suficiente para sitiá-la. O levante teve como principal consequência a anulação da anistia concedida aos revoltosos da Revolta da Chibata, ocorrida em novembro (SAMET, 2011).

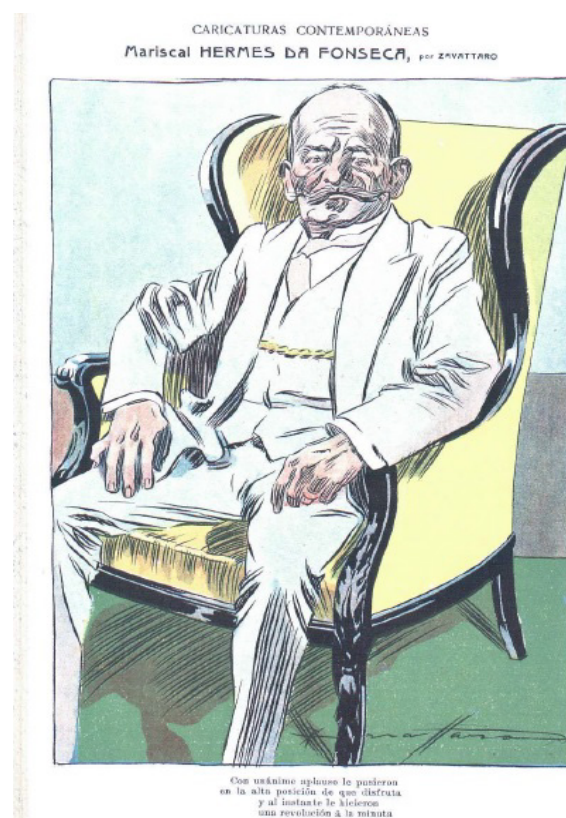
Rio Branco, logicamente, se preocupava com a integridade das embarcações principalmente no tocante à “balança de poder” na América do Sul, e pelo fato de ter passado quase uma década, na condição de chanceler, no esforço pela manutenção do poder naval brasileiro e em disputas com a Argentina pela hegemonia sul-americana. Acerca dessa questão, Ricupero (2000, p. 67) cita o jornalista e poeta Carlos de Laet (1847-1927)<sup>136</sup>, que sintetiza de forma perspicaz a situação do Brasil para o chanceler:

a “Revolta da Chibata” foi para o barão do Rio Branco “um abalo tremendo. Sonhara ele um Brasil forte, unido, capaz de dominar o Sul do continente. Ao olhar a baía de Guanabara, teria (Rio Branco) compreendido quão longe nos achávamos do seu ideal” (RICUPERO, 2000, p. 67 apud MARTINI, 2014, p. 322)

<sup>136</sup> Monarquista, filho de oficial da Marinha e interessado em questões navais, Carlos de Laet, assim como Rui Barbosa, também fora um dos intelectuais perseguidos no contexto da Revolta da Armada.

O historiador Fernando Martini (2014), novamente sobre a “Esquadra de 1910”, apresenta uma discussão interessante sobre a questão do “poder real” e o “poder simbólico”, e como isso afetava as relações entre a Argentina e o Brasil<sup>137</sup>. O debate teórico a respeito das “representações” e o “poder simbólico” são trabalhados de formas distintas nos mais diversos campos. Nas relações internacionais, por exemplo, o “realismo” de Hans Morgenthau (1904-1980), conceito já exposto neste trabalho, vê a representação e a exibição do poder militar como uma forma de um Estado exercer uma “política de prestígio” (MARTINI, 2014, p. 315): a composição da “Esquadra de 1910” pode, portanto, ser inserida neste sentido. Um país, à época, pobre, sem relevante atividade industrial e com altos índices de analfabetismo e desigualdade social, ao adquirir os maiores e mais poderosos navios de guerra do mundo, estava buscando desempenhar uma “política de prestígio”, como concebe Morgenthau.

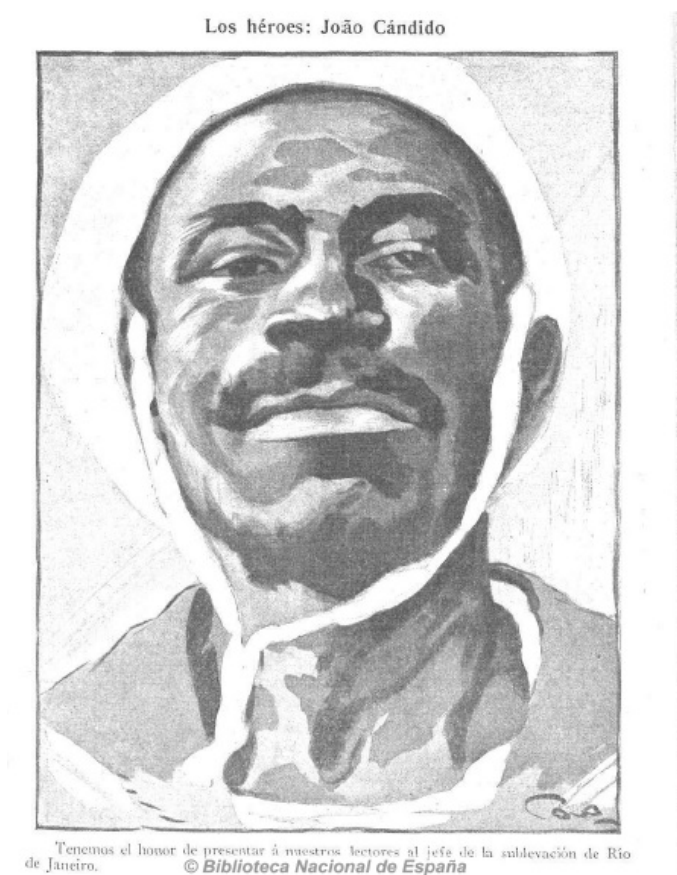
Figura 12 – “Mariscal Hermes da Fonseca”



Fonte: *Caras y Caretas*, 03/12/1910.

<sup>137</sup> Estanislao Zeballos, em *Diplomacia Desarmada* (1974, p. 268), de certa forma, aponta um “erro estratégico” do Barão do Rio Branco nessa direção. No tocante às relações com a Argentina, Rio Branco, segundo Zeballos, se deixara levar pelo “poder simbólico” de Buenos Aires, e desde que assumira o posto de chanceler, nunca havia pisado no país vizinho: “Tenía ideas equivocadas de su grandeza y su poder. Numerosas personas eminentes que hablaban con él me lo han confirmado. No disimulaba la convicción íntima de que nuestras descripciones y estadísticas eran exageradas e inspiradas por el propósito pueril de aparecer más fuertes y más progresistas que el Brasil”.

Figura 13 – “Los heróes: João Cândido”



Fonte: *Caras y Caretas*, 10/12/1910.

As ilustrações presentes nas figuras 12 e 13, expostas na revista ilustrada *Caras y Caretas*, mostram uma abordagem e interpretação da Revolta da Chibata quase que inteiramente distinta daquelas propagadas por *O Malho*. Enquanto a revista brasileira mostra-se numa posição mais “conservadora”, próxima ao discurso “oficial” e racista, a revista argentina, por sua vez, ilustra a figura do presidente Hermes da Fonseca como simplesmente sentado numa cadeira enquanto uma “revolução” irrompe no país, e intepreta, como exposto abaixo da ilustração, que a mesma velocidade que Fonseca fora eleito, a revolta dos marinheiros se propagara.

A figura 13, diferente de muitas das ilustrações expostas em veículos brasileiros, por outro lado, apresenta uma figura mais “íntegra” de João Cândido, onde o mesmo aparece altivo, com um olhar sereno, e aclamado como “heróe” pela revista argentina.

Os “sistemas simbólicos” e as representações de poder que deles advêm podem atuar como uma forma de legitimar a ordem estabelecida e como identificação de grupos e hierarquias sociais. Essa abordagem, atrelada ao pensamento sociológico e também à obra de Pierre Bourdieu (2010), é útil ao nosso trabalho para compreender não apenas os signos envolvidos

no âmbito da Revolta da Chibata, mas também da política externa brasileira e relações de alteridade:

Bourdieu afirma também que os símbolos só exercem efeito quando o público alvo (povo) ignora a sua imposição por parte do grupo dominante, daí a preocupação dos propagandistas em assimilar personagens que já fazem parte da cultura popular [...]. A partir do momento em que o símbolo ganha sentido para o grupo, ele funciona como uma representação (GIOVANAZ et al., 2004, p. 51).

As personificações nacionais, adotadas como símbolos próprios de países, podem exemplificar algumas das questões aqui expostas. O Tio Sam, fortemente utilizado até a atualidade para representar os Estados Unidos, e principalmente sua política externa e diplomacia, fora oficializado como símbolo nacional do país em 1961 (GIOVANAZ et al., 2004, p. 48). Thomas Nast (1840-1902), caricaturista alemão radicado nos Estados Unidos, é reconhecido por ser o principal propagador da iconografia do Tio Sam<sup>138</sup>, além de ser conhecido por colaborações para a criação iconográfica do “Papai Noel” moderno e pela construção simbólica do elefante do Partido Republicano estadunidense, no qual Nast era filiado.

A personificação nacional britânica, representada pela figura do John Bull, pode ser apresentada como outro exemplo de símbolo nacional. O personagem, que também contara com elaborações feitas por Thomas Nast, fora criado no século XVIII pelo médico e caricaturista britânico John Arbuthnot (1667-1735) para representar o Império Britânico no seu auge, que se prolonga até o início do século XX, o que talvez torne John Bull uma figura menos conhecida na atualidade que o próprio Tio Sam.

---

<sup>138</sup> A criação do Tio Sam e sua versão mais conhecida (utilizada como propaganda de recrutamento militar), que Nast ajuda a divulgar, deve-se ao caricaturista estadunidense James Flagg (1877-1960), que se inspira na própria autoimagem para produzir a arte.

Figura 14 – Capa da edição: “O protesto Rothschild”



Fonte: *O Malho*, 08/09/1906.

A caricatura exposta na figura 14, com a figura de John Bull representando a diplomacia e os interesses britânicos, possui como contexto o “Convênio de Taubaté”, acordo firmado em 1906 pelos governos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro com o intuito de pôr em prática uma ideia há muito discutida e reivindicada pelos cafeicultores: a valorização do café brasileiro. Sobre essa questão, Gabriel Rossini (2013) disserta:

O apelo ao crédito estrangeiro esbarrou, inicialmente, na recusa do importante grupo financeiro internacional reunido em torno da Casa Rothschild, que por mais de 80 anos fora o principal banqueiro e agente financeiro do Brasil no exterior. Eles estavam demasiadamente ligados aos interesses estabelecidos para aceitar as mudanças propostas para o negócio do café. Com a recusa do tradicional credor do Brasil, outros grupos financeiros aproveitaram a oportunidade para entrar no negócio do café e controlar parte de seu comércio [...] Vendo que sua recusa anterior não surtira efeito, e para não ficar de fora e comprometer suas posições, os Rothschild acabaram por abrir uma volumosa linha de crédito para o estado de São Paulo (ROSSINI, 2013, p. 20).

As relações entre o Brasil e a Casa Rothschild é conhecida na historiografia pelo menos desde a “Questão do Acre” e os interesses acerca da exploração da borracha na região, ainda no início do século XX, sendo a problemática deveras aprofundada pelo cientista político e

historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira<sup>139</sup>.

Figura 15 – Capa da edição: “El laudo”



Fonte: *Caras y Caretas*, 06/12/1902.

A figura 15 é uma explícita referência ao laudo fronteiriço de 1902, arbitrado pelo rei Eduardo VII do Reino Unido, sendo tal arbitragem britânica a responsável por definir as fronteiras entre a Argentina e Chile. O Reino Unido, representado por John Bull, novamente, mostra-se como um “adulto” responsável por mediar a briga de duas “crianças birrentas”.

O laudo fora “oficializado” em novembro de 1902, no entanto, como já exposto no trabalho, as relações fronteiriças entre a Argentina e o Chile já se encontravam apaziguadas, por ora, desde o “Tratado de Equivalência Naval, Paz e Amizade”, também conhecido como “Pactos de Maio”, assinado no mês homônimo no ano de 1902.

<sup>139</sup> Ver: BANDEIRA, Moniz. O Barão de Rothschild e a questão do Acre. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 43, n. 2, p. 150-169, 2000.

Figura 16 – Capa da edição: “El peligro yankee”



Fonte: *Caras y Caretas*, 17/12/1904.

A figura 16 mostra claramente a postura temerária de Buenos Aires perante os Estados Unidos, tanto de sua política externa (como já exposta por Drago e Roque Sáenz Peña), quanto de sua opinião pública e veículos de imprensa. A imprensa argentina via o “corolário Roosevelt”, exposto pelo presidente Theodore Roosevelt em mensagem ao Congresso norte-americano em 1904 (sendo o mesmo representado na caricatura, sob vestes semelhantes às utilizadas pelo Tio Sam), como uma ameaça aos interesses do país.

É interessante pontuar como as diferentes relações de Brasil e Argentina com Reino Unido e Estados Unidos refletem nas revistas ilustradas: a argentina *Caras y Caretas* se mostra fortemente crítica ao “nascente” imperialismo estadunidense na região (reforçando o alinhamento argentino ao Reino Unido), sendo essa posição não tanto explorada por veículos brasileiros, como o próprio *O Malho*, que busca, por outro lado, explorar mais as ingerências britânicas na América do Sul, utilizando a figura de John Bull.

Ao retornarmos ao Prata, trazendo de volta a Argentina à discussão, encontramos no supracitado periódico *El Mosquito* uma representação do Brasil como fortemente atrelado a um “país de macacos”. Essa visão racista por parte imprensa bonaerense sobre o país pode ser

interpretada como uma forma que esses veículos encontraram para responder aos anseios “expansionistas” brasileiros na região, sobretudo na década de 1870.

Figura 17 – “Se sacó la careta”



Fonte: *El Mosquito*, 03/01/1875.

Ângela Telles (2010, p. 214-215) enxerga a figura do diplomata Carlos Tejedor como pouco simpática ao Brasil, e que a imprensa, a partir de caricaturas, ajudavam a fortalecer tal representação. A historiadora Ana Paula Barcelos (2020), por sua vez, afirma que a desavença entre o Brasil e a Argentina, representada por Tejedor, teria se originado a partir da assinatura do Tratado de Loizaga-Cotegipe (1872)<sup>140</sup>, onde o diplomata argentino se posiciona contra tal, alegando que o mesmo infringia o Tratado de Aliança, assinado em 1865 por Argentina, Brasil e Uruguai, onde eram expostas cláusulas a serem seguidas pelos aliados durante e após o conflito (BARCELOS, 2020, p. 74).

O historiador Arnaldo Pires Júnior (2016) retrocede ainda mais o recorte temporal a fim de identificar as origens da associação e comparação do brasileiro ao macaco, e encontra justamente na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) um relevante repertório de representações e símbolos sobre o Brasil nessa direção.

A partir da leitura de Pires Júnior (2016, p. 3) acerca do conflito, podemos compreender como a guerra também fortaleceu a identidade nacional paraguaia como uma “raça resultante do encontro entre espanhóis conquistadores e guerreiros guaranis”, que por sua vez, lutavam pela existência de sua nação contra os “macanudos” e “tontos” brasileiros. Em resposta, o autor

<sup>140</sup> O Tratado de Loizaga-Cotegipe, de 1872, fora um acordo entre o Paraguai e o Império do Brasil a fim de estabelecer os limites entre os dois países no contexto pós-Guerra do Paraguai (1864-1870). Seu nome deriva dos dois diplomatas que assinaram o Tratado: o brasileiro Barão de Cotegipe (1815-1889) e o paraguaio Carlos Loizaga (1810-1894).

(2016, p. 4) complementa que “a imprensa brasileira priorizará a figura de Solano López em seu estratagema de animalização do inimigo”, e não seria por pouco: López (1827-1870)<sup>141</sup>, figura clássica do “caudilho tirano” e republicano de uma nação hispânica, representava ao Império e à imprensa brasileira tudo aquilo o que simbolizava de mais atrasado e abominável.

Figura 18 – “Tamandaré”, “El Emperador” e “Polidoro”



Fonte: *El Centinela* (Paraguai), 1867.

A figura 18 ilustra as representações de lideranças brasileiras no conflito como macacos: à esquerda, o Marquês de Tamandaré (1807-1897); à direita, o oficial Polidoro Jordão (1802-1879); e ao centro, a figura do imperador Dom Pedro II (1825-1897), sendo representado como o “gran macaco”.

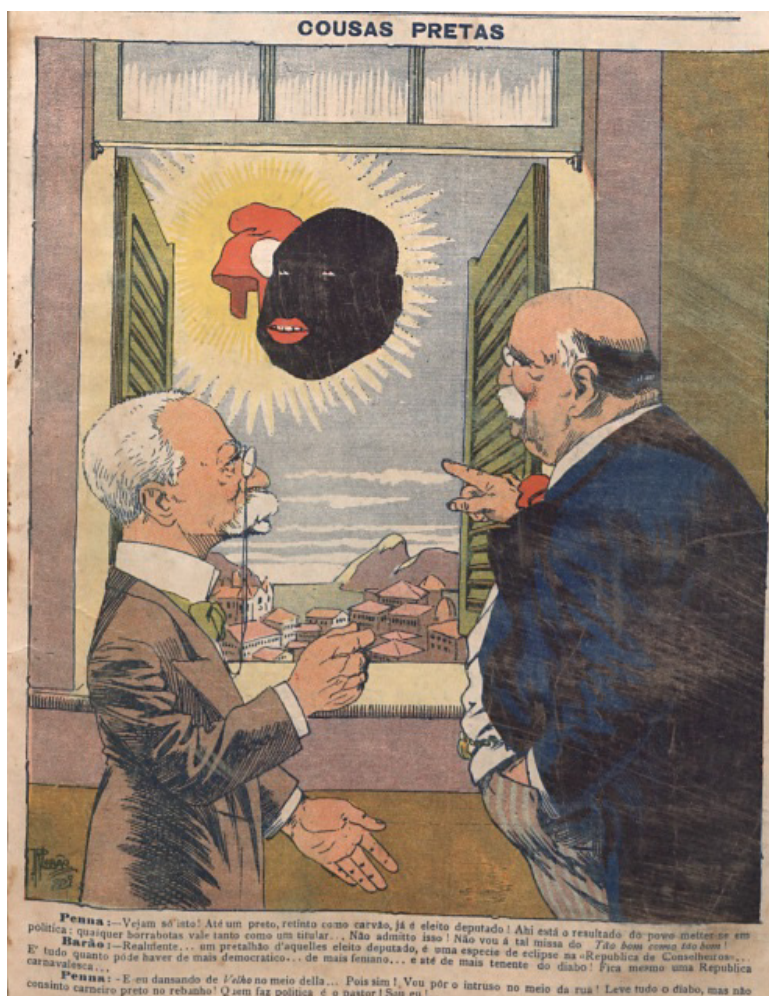
Esta parte do terceiro capítulo da dissertação que, apoiada na História Social e na História Comparada, buscou por fim retratar as questões sociais presentes na Revolta da Chibata e as representações raciais do Brasil a partir da imprensa da Argentina, e brevemente, da imprensa do Paraguai no contexto da Guerra da Tríplice Aliança. Ao mobilizarmos esses temas articulando-os junto a conceitos como “poder simbólico”, podemos, mesmo dentro de um campo de estudos “conservador” e que busca, a priori, quase sempre enaltecer os “grandes homens” e os “grandes feitos”, nos debruçar nas “margens” e explorar outras relações, como classe, identidade e raça.

Essa proposta, por exemplo, guiara o historiador Frederico Ferreira no trabalho *Os Contínuos dos Chanceleres: a trajetória de uma família de negros no Itamaraty* (2024), onde a partir de Relatórios Ministeriais do órgão e jornais cariocas entre os anos de 1890 e 1970, Ferreira mapeia a trajetória de dois servidores negros do Ministério das Relações Exteriores, Braz José de Oliveira (1859-1935) e seu filho, Braz José de Oliveira Júnior (1897-1954),

<sup>141</sup> Francisco Solano López Carrillo fora o presidente do Paraguai entre 1862 e 1870, tendo ocupado o cargo após a morte de seu pai, Carlos Antonio López (1790-1862), que presidiu o país entre 1844 e 1862, sendo o seu primeiro presidente após o longo regime de José Gaspar Rodríguez de Francia, entre os anos de 1816 e 1840.

utilizando-se de métodos oriundos das Ciências Sociais<sup>142</sup> e da própria micro-história. Ao se debruçar nas supracitadas histórias de Braz José de Oliveira e seu filho, o autor desenvolve um pertinente estudo sobre a política externa brasileira e o elitismo e conservadorismo presentes no Itamaraty, bem como as relações entre raça e ascensão social.

Figura 19 – Capa da edição: “Cousas pretas”



Fonte: *O Malho*, 06/02/1909.

A capa de *O Malho*, exposta na figura 19, ilustra um diálogo de conotação racista entre o Rio Branco e o presidente da República, Afonso Pena, acerca da eleição de Monteiro Lopes (1867-1910)<sup>143</sup>, do Partido Republicano Democrata, o primeiro deputado negro da história republicana brasileira. Essa caricatura fora selecionada com o intuito de destacar as diversas

<sup>142</sup> Ferreira (2024, p. 294) expõe as mudanças na historiografia a partir da segunda metade do século XX, onde a prosopografia e os métodos “emprestados” de outras ciências sociais, começaram a ser mais utilizados por historiadores sociais.

<sup>143</sup> Advogado pernambucano, Manoel da Motta Monteiro Lopes exercera o cargo de delegado de polícia e promotor público em Manaus, até chegar ao Rio de Janeiro, em 1894, e participar da vida política na capital federal.

camadas do racismo presente na sociedade brasileira à época, e enfatizar a atuação dos dois protagonistas da ilustração: “os boatos diziam que Afonso Pena e o barão do Rio Branco não queriam um negro na Câmara dos Deputados, pois isso envergonharia o país” (DANTAS, 2010, p. 183). O próprio Monteiro Lopes, que falece em 1910, antes mesmo de terminar seu mandato, afirma em entrevista ao jornal *O Commercio de Campinas* que o Rio Branco havia sido um dos “primeiros perseguidores” de sua candidatura (DANTAS, 2010, p. 184)<sup>144</sup>.

Apesar de sua notável capacitação profissional, Monteiro Lopes, assim como João do Rio, não conseguiu escapar do racismo presente nos tempos de Belle Époque na capital federal. As instituições estatais (Marinha do Brasil e Itamaraty) trabalhadas neste capítulo apresentavam à época, em sua estrutura, uma burocracia “fechada”, que dificultara a ascensão social:

Desta forma, o Ministério das Relações Exteriores, desde suas origens monárquicas, buscou criar uma burocracia pautada em padrões estrangeiros, que deveria fundamentar-se na pequena casta branca existente, distinta da população local (MEIRA PENNA, 1967 apud FERREIRA, 2024, p. 302).

A Marinha do Brasil, não era muito diferente do Itamaraty: os cargos de oficialato pareciam ser reservados à uma pequena elite, o que dificultava o acesso de “ventre-livres”, por exemplo:

Entre as forças militares, a Marinha representava a mais elitista. Eram seus navios recepcionados nos países estrangeiros por diplomatas, governadores, chefes de Estado, oficiais militares, industriais etc. Seus oficiais haviam de falar francês e inglês, seguir as regras de um jantar comemorativo, participar de saraus, dançar em salões, ter vasta erudição. Era um verdadeiro problema para eles ter uma tripulação de marinheiros formada por negros quando visitavam outros países (NASCIMENTO, 2016, p. 163).

O objetivo desta parte do capítulo, portanto, fora reivindicar a História Social e se debruçar em elementos considerados “secundários” no campo de estudos da política externa brasileira e explorar algumas das “facetas” das relações entre a Argentina e o Brasil. A questão racial trabalhada e aqui exposta fora uma via encontrada para este fim.

---

<sup>144</sup> O “caso Monteiro Lopes” não seria a única manifestação conhecida de racismo por parte do Rio Branco. Um outro notável episódio acerca dessa questão é o do jornalista Paulo Barreto, popularmente conhecido como João do Rio (1881-1921). Segundo o pesquisador Renato Cordeiro Gomes (1996), João do Rio teria tentado ingressar na carreira diplomática em 1902, mas fora recusado pelo próprio Rio Branco por ser “gordo, amulatado e homossexual”.

### 3.3 “Tudo nos une, nada dos separa!”: os caminhos do entendimento entre Argentina e Brasil

No trabalho até aqui abordado, muito fora discutido e exposto as relações entre a Argentina e o Brasil a partir de seus “recuos”, onde as desavenças e o desentendimento entre as duas nações se mostrara como o “fio condutor”. Nesta última parte, no entanto, procuraremos ilustrar os “avanços”<sup>145</sup> nas relações entre os países, que em nosso entendimento, inicia-se pela aproximação do presidente argentino Roque Sáenz Peña (1910-1914) com o Rio Branco, e dos respectivos diplomatas de Argentina e Brasil, Ramon Cárcano (1860-1946) e Domício da Gama (1862-1925), que em muito se esforçaram pela articulação do entendimento (BANDEIRA, 2010, p. 128).

Antes de entrarmos no ano de 1910, propriamente, faz-se necessário retroceder à virada dos séculos XIX e XX para a compreensão, à luz do conceito de “diplomacia cultural”, de dois fatos anteriores que nos remontam a outros momentos de aproximação entre a Argentina e o Brasil: os fortes laços de Bartolomé Mitre com a intelectualidade brasileira e a visita do presidente Campos Sales (1898-1902) à Argentina, no ano de 1900.

O historiador Fernando Castro (2014), já abordado neste trabalho no tocante à *Revista Americana*, mobiliza o supracitado conceito de “diplomacia cultural” para compreender o “papel ativo” do veículo para além de um simples “panfleto cultural” do Itamaraty, e reconhece que a *Revista Americana* desempenhara “a diplomacia cultural (...) como consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica” (CASTRO, 2014, p. 193).

Castro reconhece a “diplomacia cultural” como importante “elemento constitutivo das relações internacionais” ao longo século XX, e utilizando como referência o francês Marcel Merle (1923-2003), cientista político e especialista em relações internacionais, conclui:

[Merle] afirma ser necessário, para uma perfeita compreensão dos autores do campos das relações internacionais o conhecimento das questões culturais, na medida em que estes elementos se sobreporiam a aspectos meramente políticos e econômicos (CASTRO, 2014, p. 194)

O historiador João Paulo Rodrigues (2017), num instigante estudo sobre a atividade de

---

<sup>145</sup> A expressão “avanços e recuos” para caracterizar as relações entre Argentina é utilizada pelo diplomata Alessandro Warley Candéas em artigo intitulado *Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos* (2005).

jornalistas brasileiros em Buenos Aires e argentinos no Rio de Janeiro entre os anos de 1888 e 1935, aponta a atuação dos mesmos como similares à de “agentes de mediação cultural”, reforçando uma “sociabilidade burguesa transnacional”, chamando-a de “diplomacia cultural informal”:

Na época das lutas independentistas, o Rio de Janeiro foi o que Ricardo Piccirilli denominou de “Meca dos refugiados [...] da política argentina”. Nas décadas de 1830 e 1840, foi a vez de membros da chamada “geração de 37” [...] passarem temporadas mais ou menos longas na Corte, o que resultou em uma pequena literatura de viagem sobre o Brasil e na inserção de alguns exilados na imprensa carioca. Mas os intelectuais brasileiros não viajavam ao Prata. Uma tímida inflexão iniciou-se a partir de 1870 com a visita do republicano Quintino Bocaiúva. Em 1882 foi a vez do cafeicultor paulista Eduardo Prado, e em 1889 do líder abolicionista Joaquim Nabuco. Todos eram também, nota-se, jornalistas. (RODRIGUES, 2017, p. 538)

Assim como Castro (2014) utilizara Merle como referencial teórico em sua pesquisa, Rodrigues (2017), ao conceber a expressão “diplomacia cultural informal”, busca apoio na historiadora alemã Jessica Gienow-Hecht, também estudiosa das relações internacionais, a fim de distinguir a “diplomacia cultural”, promovida por diplomatas e como “parte da política oficial exterior de um Estado” (2017, p. 539), como exercida pela própria *Revista Americana*, da “diplomacia cultural informal”, promovida por outros agentes, como no caso da pesquisa de Rodrigues, corresponderiam aos jornalistas.

As viagens de jornalistas que acompanhavam as comitivas de chefes de Estado são destacadas por Rodrigues (2017, p. 541), e em nosso objeto de pesquisa, podemos identificar na atuação do jornalista Arthur Dias (1870-1913), que como já exposto no primeiro capítulo, atuara na comitiva do presidente Campos Sales à Argentina, exercendo uma dessas funções de “diplomata cultural informal” e colaborando de forma pertinente às discussões sobre a modernização da Marinha do Brasil na virada do século XIX para o XX.

Figura 20 – Capa da edição: “En honor del presidente de los E.E.U.U. del Brasil – Dr Campos Salles”



Fonte: *Caras y Caretas*, 27/10/1900.

Ao retroceder ainda mais o recorte temporal, agora para o século XIX, encontramos uma forte proximidade de Mitre com o Brasil, como já citado, sobretudo com o imperador Dom Pedro II e o Visconde de Rio Branco, além de intensas trocas culturais e literárias entre o estadista argentino e o Brasil<sup>146</sup>.

Bartolomé Mitre pode ser considerado um usual exemplo de estadista e intelectual que ao longo do século XIX participara ativamente da vida política argentina e no processo de consolidação do Estado, assim como os personagens da supracitada “geração de 1880”, posteriormente. No Brasil, a atuação de intelectuais na construção de um projeto nacional nesse período se deu, em especial, entre os diplomatas. Diversas personalidades públicas expostas neste trabalho, e que em algum momento tiveram importância política, como Quintino

<sup>146</sup> Ana Paula Barcelos (2020, p. 73) afirma que no ano de 1871 Mitre se torna sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Bocaiúva, Manuel Porto-Alegre, Pandiá Calógeras e Oliveira Lima<sup>147</sup>, desempenharam cargos diplomáticos ou de representação. O entrelaçamento entre o labor artístico e intelectual e a burocracia estatal pode ser observada, no Brasil, desde o Império até o Estado Novo<sup>148</sup>.

A partir da expressão “Tudo nos une, nada nos separa”, dita por Roque Sáenz Peña no contexto de sua visita ao Rio de Janeiro, o presidente argentino chega ao Brasil para fins diplomáticos e, sobretudo, para amenizar as relações agressivas perpetuadas por seus antecessores: o chanceler Estanislao Zeballos e o presidente José Figueroa Alcorta. Embora não fosse contrário aos projetos armamentistas de seu país, Sáenz Peña se opôs a política externa propagada pelo governo anterior, principalmente no tocante às relações com o Brasil (BANDEIRA, 2010, p. 126-127).

A política externa de Sáenz Peña pode ser caracterizada pelo “europeísmo” exposto desde o contexto da primeira Conferência Pan-Americana (1889-1890)<sup>149</sup>, a oposição à “doutrina Monroe”, e por saudáveis relações com o Brasil: no contexto da segunda Conferência de Paz de Haia (1907), o mesmo trocara correspondências com Rui Barbosa, e o argentino também reconhecia o fato de que a rivalidade entre os países existia apenas num “plano ideológico”, justamente por Argentina e Brasil possuírem economias complementares, e não concorrentes. Sobre esse aspecto, Bandeira (2010, p. 127) emprega o conceito de “hegemonia dual”, formulado pelo historiador argentino Miguel Ángel Scenna (1924-1981), para descrever as relações entre Buenos Aires e Rio de Janeiro e a posição que ambos ocupam no cenário sul-americano.

Roque Sáenz Peña era filho de Luis Sáenz Peña (1822-1907), que também fora presidente da Argentina entre os anos de 1892 e 1895. Como homem de seu tempo, Roque Sáenz Peña, à época jovem nacionalista e contemporâneo das disputas territoriais entre Argentina e Chile, se voluntaria para lutar ao lado peruano da supracitada Guerra do Pacífico. Como presidente, no âmbito da política doméstica, se destacara por instaurar, em 1912, a “lei

---

<sup>147</sup> Oliveira Lima (1867-1928), que junto a Rio Branco e Joaquim Nabuco também fora citado neste trabalho como um dos “intelectuais-diplomatas” que pensavam o Brasil ao final do Império, viajou para a Argentina inúmeras vezes na década de 1910, tendo participado de conferências em cidades como La Plata e Buenos Aires. O saldo dessas viagens ao país vizinho resultou a obra *Na Argentina*, publicado em 1920 (RODRIGUES, 2017, p. 544).

<sup>148</sup> A obra *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*, organizado em 2001 pela historiadora Helena Bomeny, disserta sobre as relações próximas existentes entre a cultura, a arte e a burocracia estatal no Estado Novo varguista (1937-1946), sobretudo a partir do gabinete de seu Ministro da Educação, Gustavo Capanema (1900-1985) – que teve como assessor o poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987).

<sup>149</sup> A forte oposição de Sáenz Peña à proposta de “união aduaneira” ventilada pelos Estados Unidos na ocasião da Conferência fora sintetizada a partir da expressão: “Sea la América para la humanidad” (BANDEIRA, 2010, p. 42).

Sáenz Peña” (Lei nº 8871), promovendo mudanças estruturais na oligárquica política argentina<sup>150</sup>.

A visita de Sáenz Peña ao Brasil é um gesto muito representativo acerca da nova relação entre as duas nações. Na figura de seu embaixador no Brasil, Ramón Cárcano, Sáenz Peña, como uma de suas primeiras medidas internacionais, busca uma política de entendimento e amenização da corrida armamentista (BANDEIRA, 2010, p. 128). A partir da recusa de Rio Branco pela proposta de Cárcano acerca de uma “equivalência naval”<sup>151</sup>, o Barão, por outro lado, mostra-se disposto e confiante para a execução de um novo Pacto ABC (um tratado de “cordial inteligência política e arbitramento”), em 1909, entre os três maiores países da América do Sul, portanto, dessa vez, Cárcano que se mostra reticente, alegando as dificuldades da aprovação de um acordo dessa magnitude junto ao Congresso argentino e pela “repercussão desfavorável nos Estados Unidos” (BANDEIRA, 2010, p. 129).

Figura 21 – Capa da edição: “Recepção de um grande amigo”



Fonte: *O Malho*, 27/08/1910.

<sup>150</sup> Filiado ao oligárquico “Partido Autonomista Nacional” (PAN), Sáenz Peña integrara a chamada “linha modernista” do partido, sendo um dos responsáveis por abrir o caminho para a democracia argentina, a partir da década de 1920.

<sup>151</sup> A diferença da extensão dos litorais argentino e brasileiro fora a razão da recusa, como exposta por Rio Branco ao diplomata argentino, que concorda (BANDEIRA, 2010, p. 128).

A figura 21 se mostra deveras interessante para a análise por inúmeros fatores, seja pelos personagens nela representados ou pelo tom cômico presente. Na caricatura, podemos observar o cumprimento, como no sentido de “selar a paz” entre os países, do presidente brasileiro Nilo Peçanha e do argentino Roque Sáenz Peña, sendo os mesmos mediados pelo Barão do Rio Branco, que como já exposto anteriormente, tinha profundo interesse em amenizar as disputas entre as duas nações. No canto superior esquerdo podemos identificar a presença, mais uma vez, de Zé Povo, comemorando a aproximação entre a Argentina e o Brasil, e saudando o “ilustre Dr. Sáenz Peña”, um “grande amigo do Brasil”. Zé Povo também aparece apontando para o céu, onde podemos enxergar uma silhueta da representação de Estanislao Zeballos, aparentemente incomodado com o gesto de amizade dos dois presidentes.

As revistas ilustradas, principalmente *O Malho*, que fora nosso objeto de investigação, explorou bastante a figura de Estanislao Zeballos como um “provocador” e desafeto do Brasil. A caricatura exposta, bem como os comentários de Zé Povo ilustrados na parte inferior da ilustração, explicitam isso, e é complementada pela expressão “Toma figa, Zeballos!”, ao final.

Figura 22 – Capa da edição: “Muito homem”



Fonte: *Caras y Caretas*, 27/08/1910.

A revista *Caras y Caretas*, além da capa da edição ilustrada na figura 22, fez um breve comentário a respeito da recepção do presidente Roque Sáenz Peña ao Rio de Janeiro, explicitando a nova guinada da relação dos países:

La llegada del doctor Sáenz Peña á Río de Janeiro ha sido objeto de muchas demostraciones de simpatía por parte del gobierno y pueblo brasileños. A las 2:10 del día 19 del actual llegó nuestro presidente electo á bordo del “Koenig”, siendo recibido por el presidente del Brasil, doctor Nilo Peçanha. Hizo las presentaciones el barón de Río Branco. El batallón naval rindió los honores militares, y las bandas ejecutaron los himnos de ambos países (CARAS Y CARETAS, 27/08/1910, p. 59)

Figura 23 – Capa da edição: “Boa viagem! – PAZ SUL-AMERICANA”



Fonte: *O Malho*, 27/08/1910.

A figura 23, novamente, mostram sinais de afeto e amizade entre Rio Branco e o presidente Roque Sáenz Peña, com a ilustração principal situada entre as efígies republicanas

de Argentina e Brasil, que se cumprimentam. A centralidade da Baía de Guanabara<sup>152</sup> na caricatura expõe, em partes, que a contenda naval entre ambos os países estaria, por fim, apaziguada.

O presidente Sáenz Peña, “grande e illustre amigo do Brasil”, como é descrito na legenda na parte inferior da caricatura, aparentemente, guardou boas relações com o Brasil até a sua morte: Rui Barbosa, por exemplo, que conhecera Sáenz Peña em Haia, em visitas à Buenos Aires, costumava visitar seu túmulo e de outras personalidades que admirava, como Bartolmeu Mitre e o escritor brasileiro Aluísio Azevedo (1857-1913), que viera a falecer na capital argentina, onde exercia funções diplomáticas (BARBOSA, 1981, p. 33).

A partir do ano de 1910 já se torna mais explícito um certo “choque de realidade” na diplomacia brasileira no tocante às relações com Estados Unidos, sendo o Pacto ABC ventilado por Rio Branco um desses sinais. Moniz Bandeira (ano, p. 130) expõe correspondências de Domício da Gama, à época diplomata em Washington, vislumbrando uma política de aproximação entre os países do ABC e que “opussem resistência comum à política dos Estados Unidos”, além de “denúncias” acerca das ingerências estadunidenses na América Central.

O próprio Barão do Rio Branco já deixara explícito, anteriormente, em duas ocasiões, o seu descontentamento com os rumos do “americanismo” brasileiro: a primeira, de 1908, é exposta por Alsina Júnior, e trata-se de um ofício de Rio Branco a Joaquim Nabuco, onde o Barão mostra-se decepcionado com o fato dos Estados Unidos não tomarem o partido do Brasil na questão da corrida naval com a Argentina, tendo Washington adotado uma certa “neutralidade”:

Quando se falou em aliança argentina, você disse-me que não deveríamos querer outra aliança senão a dos Estados Unidos. Essa e a chilena são as duas que desejaríamos ter, mas a americana só existe nas bonitas palavras que temos ouvido a Roosevelt e a Root (PEREIRA, 2006, p. 194 apud ALSINA, 2015, p. 274)

O segundo descontentamento de Rio Branco com os Estados Unidos também dissertado por Alsina Júnior (2015, p. 277) pode ser ilustrado no contexto da segunda Conferência de Paz de Haia, em 1907, onde o Barão teve de seguir a “orientação de Rui Barbosa” e preconizar a

---

<sup>152</sup> A Baía de Guanabara talvez corresponderia como o principal recorte espacial de nossa pesquisa. Na mesma se situam o Arsenal de Marinha e a Ilha das Cobras, e também fora palco dos levantes da Revolta da Chibata, que ocorreria meses depois da visita de Roque Sáenz Peña. Alguns anos antes, ainda fora, supostamente, ameaçada de invasão por Estanislao Zeballos, como já exposto anteriormente. Desde sua ocupação e disputa por seu domínio entre franceses protestantes e portugueses católicos, a baía representa um centro de tensão e formação de identidade para o Rio de Janeiro, e consequentemente, para o Brasil.

“tese de igualdade jurídica das nações” a fim de que o Brasil passasse a ter alguma relevância na conferência e pudesse se posicionar como “líder” dos pequenos Estados. Os desprestígios impostos ao Brasil no tocante à criação de um Tribunal de Presas Marítimas e, logo em seguida, de uma Corte Permanente de Arbitragem, representaram grandes decepções ao Rio Branco.

No contexto dessa mesma Conferência, o Brasil, ao adotar essa nova diretriz de defesa da “igualdade jurídica das nações”, expõe dois sentidos distintos: o primeiro é que, ao defender esse “princípio de igualdade”, o Brasil, “líder dos pequenos países”, se coloca no mesmo patamar dos Estados “anárquicos” da América Latina, e isso é um contraponto à tradição “imperial” da política externa brasileira e contra a própria “pompa” oligárquica ainda presente na “república dos conselheiros”; o segundo sentido se revela no contexto dos primeiros debates da Conferência, onde Rui Barbosa se posiciona contra a supracitada “doutrina Drago”, e evita de condenar o “suposto direito dos países credores de cobrar à força as dívidas dos devedores morosos”, sendo esta posição lamentada por delegações de outros países latino-americanos, como expõe Laidler (2014, p. 119-120). O descontentamento com o “americanismo” mostra-se não apenas presente no corpo diplomático brasileiro, e sobre isso, Moniz Bandeira também pontua:

E em virtude dos conflitos com o governo norte-americano, que “para servir aos interesses comerciais do seu país” movia processos a fim de derrubar o preço do café brasileiro, o ex-presidente do Brasil, Rodrigues Alves, outra vez no governo de São Paulo, revelou que às vezes perguntava a si mesmo “se teríamos acertado com a política que andamos desenvolvendo nos EUA, desde o tempo do Rio Branco (BANDEIRA, 2010, p. 131)

A partir de 1912, no entanto, o Brasil continua mantendo relações próximas aos Estados Unidos, sendo essa diplomacia mantida mesmo com a morte do Rio Branco, com o Itamaraty sob comando do chanceler Lauro Müller (1912-1917). A Argentina, com a morte de Roque Sáenz Peña, em 1914, aos poucos passa, também, a orbitar a zona de influência dos Estados Unidos, afastando-se gradualmente de sua tradição diplomática até então.

## CONCLUSÃO

Essa pesquisa, como exposta nos três capítulos, buscou, desde a análise das fontes primárias até às leituras bibliográficas, abordar a história da política externa de Argentina e Brasil, buscando referências desde os grandes vultos temporais até fatos “menores”, então isolados, que nos ajudaram na interpretação do objeto.

A Marinha do Brasil – sua história, trajetória e signos – nos ofereceu um pano de fundo propício para explorar diversas áreas acerca da história do Brasil republicano no início do século XX: suas complexas questões sociais e políticas, a diplomacia, as desigualdades e, principalmente, parte das biografias de Rio Branco e Estanislao Zeballos, nossos protagonistas.

O estudo da trajetória de uma figura da magnitude de José Maria da Silva Paranhos Júnior, pelo seu status alcançado ainda em vida e suas “conquistas diplomáticas”, nos ofereceu a oportunidade de aprofundamento não apenas a respeito de sua vida pessoal, mas também nas influências e fatores que o levaram a se tornar o Barão do Rio Branco.

A personalidade “multifacetada” de Estanislao Zeballos, por sua vez, seguiu um caminho semelhante nesse trabalho: a sua ascensão social desde Santa Fé até se tornar um estadista em Buenos Aires, possibilitou abordar as particularidades da consolidação de formação do Estado argentino e as diferenças para o Brasil.

A divisão do trabalho em três capítulos, sendo cada um deles dedicado especificamente à uma dimensão da rivalidade entre os Estados (e seus chanceleres) no contexto do processo de modernização da Marinha do Brasil, possibilitou o estudo em três distintas esferas: a mais “estratégica”, voltada à geopolítica e à concepção da “Esquadra de 1910”; a “biográfica”, que buscou tratar das trajetórias de Zeballos e Rio Branco a fim de encontrar interseções e comprovar nossas hipóteses; e a “social”, onde utilizando a história comparada, metodologia consagrada por Marc Bloch e Jürgen Kocka, procuramos nos debruçar acerca da história da imprensa de Buenos Aires e Rio de Janeiro a fim de encontrar as “semelhanças e diferenças”, além da Revolta da Chibata e a questão racial – cuja discussão acerca da figura de João Cândido ainda se faz presente.

O trabalho buscou elucidar algumas questões presentes no debate público: o racismo existente nas relações entre Argentina e Brasil, deveras perceptível no meio do futebol, por exemplo; a questão de alteridade entre as duas nações; a construção da imagem “hagiográfica” do Barão do Rio Branco na sociedade brasileira; a atualidade da questão naval brasileira.

Por fim, espera-se que o trabalho contribua para a articulação de novos debates, à luz da

História Social, sobre os nacionalismos argentino e brasileiro – que Zeballos e Rio Branco mostram-se como expoentes – e para o melhor entendimento entre Argentina e Brasil, e consequentemente, entre os países da América do Sul.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves. **A imagem do herói Horatio Lorde Nelson (1758-1805) na História Naval segundo Sir John Knox Laughton (1830-1915) e Alfred Thayer Mahan (1840-1914): Uma Análise Comparada**. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. **Rio Branco, Grande Estratégia e Poder naval**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Johny Santana. A construção do poder naval brasileiro no início do século XX. **Revista Navigator**. Rio de Janeiro: DPHDM, v. 1, n. 2, 2005, p. 69-83

ARANHA, Bruno Pereira de Lima. **Entre sertões e desertos: viajantes brasileiros e argentinos na fronteira (1882-1905)**. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

ARAÚJO NETO, José Carlos Araújo. **A estratégia naval brasileira na geopolítica comparada do Atlântico Sul no início do século XX (1902-1914)**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

ARIAS NETO, José Miguel Arias. A Marinha Brasileira no início do século XX: tecnologia e política. **Revista Antíteses**, v. 7, p. 84-112, 2014.

ARIAS NETO, José Miguel Arias. Contradições na modernização da Marinha do Brasil. Resenha do livro “A marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910”. Fortaleza: **Revista Tensões Mundiais**, v. 6, n. 10, 2010.

ARIAS NETO, José Miguel. **Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional, 1867-1910**. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

BAGGIO, Kátia Gerab. Dos trópicos ao Prata: viajantes brasileiros pela Argentina nas primeiras décadas do século XX. **História Revista (UFG)**, v. 13, n. 2, p. 425-445, 2008.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BANDEIRA, Moniz. O Barão de Rothschild e a questão do Acre. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43, n. 2, p. 150-169, 2000.

BARACUHY, Braz (Org). **Os fundamentos da Geopolítica Clássica: Mahan, Mackinder, Spykman**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2021.

BARBOSA, Rui. Cartas de Inglaterra. Rio de Janeiro: **Revista Marítima Brasileira**, 1895.

BARCELOS, Ana Paula. Escrita da história, diplomacia e nação em perspectiva dialógica: As ideias de Bartolomé Mitre e o Brasil. In: Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva; Paulo Cruz Terra; Ana Carolina Huguenin Pereira (Org.). **Narrativas de Formação da Nacionalidade: Nação, identidade e memória no Brasil e na Ibero-América (do século XIX ao XII)**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 71-98, 2020.

BETHEL, Leslie. Conferências Pan-Americanas. In: ABREU, Alzira (Org.) **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

BETHELL, Leslie. Nabuco e o Brasil entre Europa, Estados Unidos e América Latina. **Novos estudos CEBRAP**, n. 88, p. 73-87, 2010.

BOMENY, Helena. **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BÓVEDA, Jorge. **La Armada Argentina y la Guerra Ruso-Japonesa**. Boletín del Centro Naval, nº 821, 2008.

BRAGA, Fábio Carvalho. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro na concepção do Almirante Vidigal: Uma composição de meio para a Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2020.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. **O Negócio do Século: O Acordo de Cooperação Nuclear Brasil – Alemanha**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

BUENO, Clodoaldo. **A República e sua Política Exterior (1889-1902)**. Brasília: FUNAG, 1995.

BURNS, Edward Bradford. **Unwritten Alliance: Rio-Branco and Brazilian-American Relations**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1966.

CASTRO ALFÍN, Demetrio. Comprender comparando. Jalones de una búsqueda en historia y ciencias sociales. **Studia histórica-Historia contemporánea Vol X-XI**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. pp. 77-90. 1993.

CABALLERO ESCORCIA, Boris Alexander. La historia comparada. Un método para hacer Historia. **Sociedad y discurso**, n. 28, 2015.

CANDEAS, Alessandro. Relações Brasil-Argentina. Uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, p. 178-213, 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo**. Campinas: Papyrus, 1998.

CASTRO, Fernando. Uma revista para entender a diplomacia do Barão. In: **O barão do Rio Branco: política externa e nação**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

CASTRO, Martín. Estanislao Zeballos: sensibilidad diletante, nacionalismo y estado, 1906-1912. In: **Anuario del Centro de Estudios Históricos Profesor Carlos S. A. Segreti**, 14, 2014.

CAVALERI, Paulo. **La restauración del Virreinato: orígenes del nacionalismo territorial argentino**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes. Assis, 2016.

CHAGAS, Rodolfo. **Movimentos nacionalistas na Europa pós-Guerra Fria: os casos de Flandres, Escócia e Catalunha**. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

CERVO, Amado Luiz. History of International Relations. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. Cambridge, Nova York, Amsterdã: Elsevier, 2001.

CORTÉS CONDE, Roberto. **La economía argentina en el largo plazo (siglos XIX e XX)**. Buenos Aires, Sudamericana, 1997.

COUTO E SILVA, Golbery. **Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo e Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1981.

CRUZ, Sergio. Reseña. In: **Liminar** (ISSN 2007-8900), vol. 3, n. 2, 2005.

DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes (1867-1910), um líder da raça negra na capital da república. **Revista Afro-Ásia (UFBA)**, v. 41, p. 168-209, 2010.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. Guerra Russo-Japonesa: a preparação das Forças Armadas Imperiais do Japão. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, v. 105, p. 35, 2018.

DIAS, Arthur. **O problema naval: condições atuais da Marinha de Guerra e seu papel nos destinos do país**. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1899.

DELAMER, Guillermo; OYARZÁBAL, Guillermo; MONTENEGRO, Guillermo; BERGALLO, Jorge; SANTILLÁN, Haroldo. **Evolución del pensamiento estratégico naval argentino a lo largo de la historia**. Boletín del Centro Naval, nº 828, 2010.

DI RENZO, Christian. La comunidad imaginada por Estanislao Zeballos: entre la defensa de la soberanía nacional argentina y la instigación a la solución de los conflictos por medio de las armas. In: **Conjuntura Astral**, 2018.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014.

DUROSELLE, Jean-Baptiste; RENOUVIN, Pierre. **Introdução à história das relações internacionais**. São Paulo: DIFEL, 1967.

ESCUDE, Carlos. **La Argentina: ¿Paria internacional?** Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1984.

ETCHEPAREBORDA, Roberto. **Los armamentos navales de 1908: enfrentamiento de empresas y diplomacias**. Buenos Aires: UBA, 1972.

FÁVARO MARTINS, Marcos Antônio. **Terra e mar no pensamento geopolítico argentino: da disputa hegemônica no cenário doméstico a sua influência sobre a Geopolítica do Brasil**. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

FAVARO, MARTINS, Marcos Antônio. **Sobre a Geopolítica de Segundo Storni: raízes epistemológicas do seu pensamento e percepção da política sul-americana**. In: II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, 2014, São Paulo. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. São Paulo: ECA/USP, 2016.

FERRARI, Gustavo. “Prólogo”. In: ZEBALLOS, Estanislao Zeballos. **Diplomacia Desarmada**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires (Eudeba), 1974.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Estatismo, colonialismo e imperialismo: rumo a uma teoria autonômica do mundo multipolar e da reprodução territorializada-etnicizada-generificada dos poderes**. In: Revista Estudos Sociedade & Agricultura, 2024.

FERREIRA, Frederico. Os Contínuos dos Chanceleres: a trajetória de uma família de negros no Itamaraty. In: **História e Cultura**, v. 13, n. 2, 2024.

FERRERAS, Norberto. **A formação da sociedade argentina contemporânea: sociedade e trabalho entre 1880 e 1920**. História (São Paulo). Franca: v. 25, n. 1, 2006.

GIOVANAZ, Marlise et al.. A Figura do Tio Sam na Propaganda Política dos Estados Unidos em Guerra. In: Tania Rodrigues Cruz; Marininha Aranha Rocha. (Org.). **Jovens Pesquisadores: a ciência e o conhecimento do mundo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GOMES, Renato Cordeiro. **João do Rio: Vieras do Vício, Ruas da Graça**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/RioArte, 1996.

GREJO, Camila Bueno. **Escrita em ação: intelectuais e ação na Revista de Derecho, Historia y Letras (1898-1916)**. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2016.

GREJO, Camila Bueno. Entre a diplomacia e a História: a atuação de Estanislao Zeballos frente ao Panamericanismo. **Revista de Historia de América**, v. 1, p. 165-191, 2023.

GUGLIALMELLI, Juan Enrique. **Geopolítica del Cono Sur**. Buenos Aires: El Cid Editor, 1979.

HEINSFELD, Adelar. **Argentina x Chile: fronteira e corrida armamentista no Cone Sul no final do século XIX**. Revista História: Debates e Tendências, v. 19, p. 531, 2019.

HEINSFELD, Adelar. A influência de Ratzel e Mahan na política externa do Barão do Rio Branco. In: **Revista de Geopolítica**, 2013.

HEINSFELD, Adelar. A imprensa brasileira diante da corrida armamentista entre Brasil e

Argentina na primeira década do século XX. In: **Anais 1º Congresso de Relaciones Internacionales del IRI**. La Plata, 2002.

HEINSFELD, Adelar. O papel de Joaquim Nabuco na política externa de Rio Branco. In: **X Encontro Estadual de História - O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional**. Santa Maria, 2010.

HEINSFELD, Adelar. A Argentina diante do conflito entre Estados Unidos e o Chile: o incidente Baltimore (1891). In: **V Seminário do GT de História Política, 2023, Erechim. Anais do V Seminário do GT de História Política**. Erechim: UFFS, 2023.

HENRICH, Nathalia. Joaquim Nabuco e Oliveira Lima em diálogo: separados pelos Estados Unidos. **Revista de Historia de América**, v. 156, p. 181-216, 2019.

HOBSBAWN, Eric. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. “Industrialização: A Segunda Fase (1840-1895)”. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979, 2ª ed, p. 101-124.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

JUSTEN, Janine et. al. . Condições de produção e difusão do personagem Zé Povo no Brasil: um estudo sobre as caricaturas políticas na revista ilustrada O Malho (1900-1910). **Revista Intellèctus** (online), v. 19, p. 114-140, 2020.

KOCKA, Jürgen. Comparison and Beyond. History and Theory. **Studies in the Philosophy of History**, v. 42, n. 1, p. 39-44, fev. 2003.

LACOSTE, Pablo. Estanislao Zeballos y la política exterior de Argentina con Brasil y Chile. In: **Revista Confluencia**, 2003.

LAIDLER, Christiane Vieira. **O barão do Rio Branco: política externa e nação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

LANDES, David S. **Prometeu Desacorrentado**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1994.

LENIN, Vladimir. **O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo**. Lisboa: Edições Avante, 2013.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LUZ, Nícia Vilela. As tentativas de industrialização no Brasil. In: ELLIS, Myrin et al. **O Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 4, 1997, p. 28-42.

LYNCH, Christian. Um saquarema no Itamaraty: hipóteses para uma pesquisa sobre o pensamento político do Barão do Rio Branco. In: **O barão do Rio Branco: política externa e nação**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

MAESTRI, Mário. Estanislao Zeballos: a história jamais escrita da Guerra da Tríplice Aliança. **História: Debates e Tendências (Passo Fundo)**, v. 15, 2015.

MAGNOLI, Demétrio. **Corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

MANTUANO, Thiago. **A Revolução dos Vapores na Navegação Marítima**. In: Congresso Brasileiro de História Econômica e 13ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2017, Niterói. Anais.

MARTINI, Fernando Ribas. Toneladas de Diplomacia num mar sem fronteiras: discussões sobre os poderes navais de Argentina, Brasil e Chile no início do século XX. **Revista Antíteses**, v. 7, p. 309-332, 2014.

MARTINS, Hélio Leôncio. **A revolta dos marinheiros, 1910**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1988.

MARTINS, Estevão de Rezende. História das relações internacionais. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 73-93.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A Marinha Brasileira na era dos encouraçados. 1895-1910**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul**. São Paulo: Annablume Editora, 1996.

MOREL, Marco. **João Cândido e a luta pelos direitos humanos**. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2008.

MOURA, Gerson. **O alinhamento sem recomeço: a política externa do governo Dutra**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1990.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. "Sou escravo de oficiais da Marinha": a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). **Revista Brasileira de História**, v. 36, n. 72, p. 151-172, 2016.

OLIVEIRA, Adriano Moura. **Grande, só o Brasil: As regiões platina e amazônica no centro do pensamento geoestratégico do Estado**. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v. 5, p. 9, 2019.

PASSETTI, Gabriel. A construção de uma crise: usos da história por intelectuais argentinos na contestação aos tratados com o Chile nas décadas de 1960 e 1970. In: **Diálogos**. Maringá: v. 22, nº 1, p. 139-156, 2018.

PAULA, Dalvit. A ideologia do soldado-cidadão nas escolas brasileiras: Olavo Bilac e a Liga da Defesa Nacional (1916). **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 1, p. 149-171, 2017.

PIRES JÚNIOR, Arnaldo Lucas. Retratados da Inalteridade: a animalização do inimigo no discurso gráfico da imprensa ilustrada durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). In: **Fênix: revista de história e estudos culturais**, v.13, p. 1-20, 2016.

POMPEU, Ana Carollina Gutierrez. A Campanha do Deserto e os desafios da civilização: o “problema” do índio na Patagônia e a configuração do Estado-Nação. In: **Anais do XXVI**

**Simpósio Nacional de História da ANPUH.** São Paulo: 2011.

PEIXOTO, Gabriel Rodrigues. **Entre la pampa y el mar: Sarmiento, Hernández e um bosquejo histórico-literário sobre a gênese do pensamento geopolítico argentino.** Revista Neiba, v. 10, p. 1-21, 2020.

PEREIRA, Manoel Gomes. Apresentação. In: **Barão do Rio Branco e a caricatura: Coleção e Memória.** Rio de Janeiro: FUNAG, 2012.

PRADO, Eduardo. **Fastos da ditadura militar no Brasil.** Rio de Janeiro: 1890.

- PRADO, Maria Lígia Coelho. **América Latina: Historia comparada, historias conectadas, historia transnacional.** Anuario de la Escuela de Historia, n. 24, p. 9-22, 2012.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai 1893-1904.** Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo - Ediupf, 1999.

RICUPERO, Rubens. **Rio Branco: o Brasil no Mundo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

RICUPERO, Rubens. **Visões do Brasil: ensaios sobre a história e a inserção internacional do Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 1995.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. Embaixadas originais: diplomacia, jornalismo e as relações Argentina-Brasil (1888-1935). **Topoi (online): Revista de História**, v. 18, p. 537-562, 2017.

RODRIGUES, Fernando. Análise da presença territorial do Exército no Chile no contexto da evolução militar: passado e presente. **Análise Estratégica**, v. 13, p. 39-52, 2019.

ROMERO, Ana Leonor. **Movilizaciones patrióticas y crisis política: La Liga Patriótica Argentina (1898).** Buenos Aires: Anuario del Instituto de Historia Argentina, 2020.

ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. Convênio de Taubaté. In: Alzira Alves de Abreu, Israel Beloch, Fernando Lattman-Weltman e Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão. (Org.). **Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro CPDOC - FGV.** 1ed. Rio de Janeiro: FGV - CPDOC, 2013.

SAIANI, Renato. **O publicista oculto: o Barão do Rio Branco e a imprensa do Rio de Janeiro (1889-1912).** Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2018.

SAMET, Henrique. **A Revolta do Batalhão Naval.** Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

- SANTOS, Eduardo. **Entre o Beagle e as Malvinas: conflito e diplomacia na América do Sul.** Brasília: FUNAG, 2016.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro.** 1 ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O evangelho do Barão: Rio Branco e a identidade brasileira.** São Paulo: Editora UNESP, 2012.

SHUMWAY, Nicolas. **A invenção da Argentina: a história de uma ideia**. São Paulo: Editora da USP, 2008.

SILVA, Felipe César Sargaço. **Guerra do Paraguai e a indústria bélica brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

STORNI, Segundo Rosa. **Intereses Argentinos en el Mar**. Buenos Aires: Instituto Almirante Storni, 2009.

TAKEUCHI, Márcia Yumi. **Entre gueixas e samurais: a imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)**. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

TELLES, Angela Cunha da Motta. **Desenhando a nação: revistas ilustradas do Rio de Janeiro e Buenos Aires nas décadas de 1860-1870**. Brasília: Funag, 2012

VIDIGAL, Armando. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro: meados da década de 1970 até os dias atuais**. Rio de Janeiro: Clube Naval, 2002.

VIDIGAL, Armando. **A evolução tecnológica no setor naval na segunda metade do século XIX e as consequências para a Marinha do Brasil**. Revista Marítima Brasileira, v. 120, 2000.

WEGNER, Robert. **Sérgio Buarque de Holanda e a Tese da Fronteira**. Anais do XXII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1998.

ZEBALLOS, Estanislao. **Diplomacia Desarmada**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires (Eudeba), 1974.

## FONTES

### Ilustrações

- Caricaturas “O Malho”.

(Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional do Brasil).

- Caricaturas “Caras y Caretas”.

(Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional da Espanha).

- Caricaturas “El Mosquito”.

(Acervo digital - Biblioteca Nacional Mariano Moreno).

### Relatórios Ministeriais

- “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo vice-almirante Júlio César de Noronha” (1904, 1905 e 1906).

- “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo contra-almirante Alexandrino Faria de Alencar” (1907).

### Documentação (Arquivo Histórico do Itamaraty)

- Assis Brasil: um diplomata na República.

(Volume I: Buenos Aires, Lisboa & Washington).

- Assis Brasil: um diplomata na República.  
(Volume II: Buenos Aires & Volta à Diplomacia).